

UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

CONTINENTES

Revista de Geografia - Departamento de Geociências

Ano 3, N.º 5, Jul./Dez. 2014

-
- The map displays the geographical context of the research area in Croatia. It shows the Habsburg Monarchy to the north and west, the Ottoman Empire to the east, the Venetian Republic to the west and south, and the Republic of Dubrovnik to the south. The present border of Croatia is indicated by a solid red line. The research area is marked by horizontal white lines across the map, covering parts of the Dalmatian and Slavonian regions. Major cities like Zagreb, Zadar, Rijeka, and Dubrovnik are labeled. The Adriatic Sea (JADRANSKO MORSKO) is to the west, and the Mediterranean Sea (JADRANSKO MORSKO) is to the south. A scale bar at the top right indicates 0 to 100 km.
- Habsburg Monarchy
 - Ottoman Empire
 - Venetian Republic
 - Republic of Dubrovnik
 - Present border of Croatia
 - Research area

CAPA

A Croácia atual e a sua tríplice fronteira no século XVIII.

“Ao longo de três séculos (XVI-XIX), o território croata foi determinado pelas fronteiras de três sistemas imperiais: a Monarquia dos Habsburgo, o Império Otomano e a República de Veneza. Logo, as fronteiras foram significativamente influentes no sentido político, social, cultural e demográfico da Croácia. A tríplice fronteira condicionou uma verdadeira vizinhança multicultural. O território croata foi um "ponto de encontro" dos mundos ocidental e oriental, do cristianismo e do islamismo, bem como das tradições marítimas e continentais. Frequentes mudanças fronteiriças foram seguidas por migrações e pela introdução de novos (e outros) grupos sociais e culturais, o que levou a uma mistura de grupos culturais, religiosos e étnicos e de seus estilos de vida em espaços fronteiriços. A apreciação dessas diferenças, no sentido da singularidade e da percepção da alteridade por meio da territorialização, condicionou a criação de imagens espaciais que acabou resultando na identidade regional”. Borna Fuerst-Bjeliš, *Cartography revealed: multiculturalism and regional identities of the borderlands*, p. 11.

CONTINENTES

Revista de Geografia – Departamento de Geociências

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

– Geografia e Cartografia Histórica –

– Geografia Cultural –

– Geografia e Meio Ambiente –

– Geografia Urbana –

– Geografia Política –

Ano 3, N.º 5, Jul./ Dez. 2014

CONTINENTES

Revista de Geografia – Departamento de Geociências

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Ano 3, N.º 5, Jul./ Dez. 2014

ISSN 2317-8825

www.revistacontinentes.com.br

continentes@ufrj.br

CONTINENTES: Revista de Geografia da UFRRJ

Revista Semestral – Jul. / Dez. 2014, Ano 3, número 5.

ISSN 2317-8825

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

Instituto de Agronomia – Departamento de Geociências

Curso de Geografia (Licenciatura e Bacharelado)

Reitor: Professora Ana Maria Dantas Soares

Vice-Reitor: Professor Eduardo Mendes Callado

Diretor do IA: Alexis Rosa Nummer

Chefe do DEGEO: Andrea Carmo Sampaio

Coordenadora do Curso de Geografia: Regina Cohen Barros

Coordenação Editorial:

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ)

Andrews José de Lucena (DEGEO-UFRRJ)

Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ)

Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)

Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Coordenação Técnico-Executiva:

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Editorial:

Ambrosina H. G. Pascutti (DEGEO-UFRRJ)

André Santos da Rocha (DEGEO-UFRRJ)

Andréa Carmo Sampaio (DEGEO-UFRRJ)

Andrews José de Lucena (DEGEO-UFRRJ)

Francisco Carlos de Francisco (DEGEO-UFRRJ)

Guilherme Ribeiro (DEGEO-UFRRJ)

Gustavo Mota de Sousa (DEGEO-UFRRJ)

Jader de Oliveira Santos (DEGEO-UFC)

Leandro Dias de Oliveira (DEGEO-UFRRJ)

Lirian Melchior (DEGEO-UFRRJ)

Maria Hilde de Barros Goes (DEGEO-UFRRJ)

Maurilio Lima Botelho (DEGEO-UFRRJ)

Regina Cohen Barros (DEGEO-UFRRJ)

Tiago Badre Marino (DEGEO-UFRRJ)

Conselho Científico:

Ana Maria Lima Daou (UFRJ)

Arlete Moysés Rodrigues (UNICAMP)

Clarice Cassab (UFJF)

Denizart Fortuna (UFF)

Cleber Marques de Castro (UERJ)

Edu Silvestre de Albuquerque (UFRN)

Eduardo Vedor de Paula (UFPR)

Eustógio Wanderley C. Dantas (UFC)

Federico Ferretti (Univ. de Genebra)

Florian José Godinho de Oliveira (UERJ)

Gilmar Mascarenhas de Jesus (UERJ)

Hector Mendoza Vargas (UNAM)

Helena Pina (Univ. do Porto)

Jerusa Vilhena de Moraes (UNIFESP)

Jorge Soares Marques (UERJ)

Juliana Menezes (UFF)

Jurandyr Ross (USP)

Leonardo Arantes (UFF)

Luciano Ximenes Aragão (UERJ/FEBF)

Luís Ângelo dos Santos Aracri (UFJF)

Marco Antonio Sampaio Malagodi (UFF)

Marcos Antônio Silvestre Gomes (UFF)

Maria do Socorro Bezerra de Lima (UFF)

Marisa Silva Amaral (UFU)

Paul Claval (Sorbonne – Paris IV)

Rodrigo Hidalgo Dattwyler (PUC-Chile)

Rodrigo Teixeira (PUC-MG)

William Ribeiro da Silva (UFRJ)

SUMÁRIO

1 EDITORIAL

ARTIGOS

8 *Cartography revealed: multiculturalism and regional identities of the borderlands*
Borna Fuerst-Bjeliš

23 *Estimativa da produção de sedimentos e análise de cenários das áreas prioritárias à recuperação ambiental na bacia hidrográfica do rio Jaguari (MG/SP)*
Eduardo Vedor de Paula
João Guimarães
Diogo Rossi Ibaixe

45 *A vitrine e a guerra: estratégias territoriais de ocupação e integração das favelas cariocas*
Marcos Barreira

76 *Projetos e intervenções de saneamento na Baixada Fluminense do século XIX e início do XX - representações e continuidades*
André Santos da Rocha

93 *O surgimento das escolas de samba no Rio de Janeiro sob uma perspectiva territorial*
Zilmar Luiz dos Reis Agostinho

POSIÇÕES:

113 *As eleições de 2014 no Brasil*

114 Para além das campanhas
Pablo Ibañez

123 Eleições 2014 e o “Gigante Atordoado”: ou quem tem medo de partido?
Vinícius Teixeira Santos

RELATOS DE PESQUISA

131 *Desastres ambientais, prevenção e mitigação: um estudo de caso da região de Angra dos Reis/RJ*
Gabriel Lousada
Heitor Farias

150 *Redes populares de turismo e experiências de mapeamento participativo: a atuação da Rede Brasilidade Solidária em Teresópolis (RJ)*
Cleber Marques de Castro

Rafael Ângelo Fortunato

- 162** Entre duas metrópoles: notas preliminares de uma experiência e um convite
Marcio Rufino Silva

RESENHA

- 177** *Medo e ressentimento: a construção da barbárie como forma de subjugação*
João Victor Sanches da Matta Machado
Vinícius de Almeida Costa
Pâmela Martin

RELATOS DE EVENTOS

- 182** *As geografias da Europa contemporânea*
(IX Jornadas Internacionais sobre "Grandes Problemáticas do Espaço Europeu" – maio de 2014, Portugal)
Leandro Dias de Oliveira

SUMMARY

1 EDITORIAL

ARTICOS

8 *Cartography revealed: multiculturalism and regional identities of the borderlands*
Borna Fuerst-Bjeliš

23 *Estimation of the sediments yielded and scenario analysis of priority areas to environmental recovery in river Jaguari (MG/SP)*
Eduardo Vedor de Paula
João Guimarães
Diogo Rossi Ibaixe

45 *The shop window and the war: territorial strategies of occupation and integration of Rio de Janeiro's slums*
Marcos Barreira

76 *Projects and sanitation interventions in Baixada Fluminense between the nineteenth and the beginning of the twentieth century – representations and continuities*
André Santos da Rocha

93 *The rise of the samba schools in Rio de Janeiro under a territorial perspective*
Zilmar Luiz dos Reis Agostinho

POSITIONS:

113 *The 2014 elections in Brazil*

114 Beyond the campaigns
Pablo Ibañez

123 The elections 2014 and the “distracted Giant”: or who is afraid of the political party?
Vinícius Teixeira Santos

RESEARCH REPORTS

131 *Environmental disasters, prevention and mitigation: a case study of the region of Angra dos Reis/RJ*
Gabriel Lousada Borges
Heitor Farias

150 *Social tourism networks and participatory mapping experiences: activities of “Rede Brasilidade Solidária” in Teresópolis (RJ)*
Cleber Marques de Castro

Rafael Ângelo Fortunato

- 162** Between two metropolises: preliminary notes from an experience and an invitation
Marcio Rufino Silva

REVIEW

- 177** *Fear and resentment: the barbarian's construction as a form of subjugation*
João Victor Sanches da Matta Machado
Vinícius de Almeida Costa
Pâmela Martin

EVENTS REPORTS

- 182** *The geographies of contemporary Europe*
(IX International Conference on "Great Issues of the European Space" – May 2014, Portugal)
Leandro Dias de Oliveira

TABLE DES MATIÈRES

1 **ÉDITORIAL**

ARTICLES

8 *Cartographie révélée: multiculturalité et identités régionales des frontières*
Borna Fuerst-Bjeliš

23 *Évaluation de la production de sédiments et analyse des aires prioritaires pour la récupération environnementale dans le bassin hydrographique du fleuve Jaguari (MG/SP)*
Eduardo Vedor de Paula
João Guimarães
Diogo Rossi Ibaixe

45 *La vitrine et la guerre: stratégies territoriales d'occupation et d'intégration des bidonvilles cariocas*
Marcos Barreira

76 *Projets et interventions d'assainissement dans la Baixada Fluminense (XIX^e-début du XX^e siècles : représentations et continuités)*
André Santos da Rocha

93 *L'émergence des écoles de samba à Rio de Janeiro depuis une perspective territoriale*
Zilmar Luiz dos Reis Agostinho

POSITIONS

113 ***Les élections de 2014 au Brésil***

114 Au-delà des campagnes
Pablo Ibañez

123 Les élections 2014 et le "Géant Étourdi" ou Qui a peur des partis?
Vinícius Teixeira Santos

RAPPORTS DE RECHERCHE

131 *Désastres environnementaux, prévention et mitigation: étude de cas de la région d'Angra dos Reis/RJ*
Gabriel Lousada Borges
Heitor Farias

150 *Réseaux populaires de tourisme et expériences de cartographie participative : l'activité du Réseau Brasilité Solidaire à Teresópolis/RJ*

Cleber Marques de Castro
Rafael Ângelo Fortunato

- 162** Entre deux métropoles: notes préliminaires à propos d'une expérience –
et une invitation
Marcio Rufino Silva

COMPTE-RENDUS

- 177** *Peur et ressentiment: la construction de la barbarie en tant que forme de
subjugation*
João Victor Sanches da Matta Machado
Vinícius de Almeida Costa
Pâmela Martin

RAPPORTS DU COLLOQUE

- 182** *Les géographies de l'Europe contemporaine*
(IX Journées Internationales sur "Les Grandes Problématiques de
l'Espace Européen" – mai 2014, Portugal)
Leandro Dias de Oliveira

EDITORIAL

UMA GEOGRAFIA SEM FRONTEIRAS

Andrews José de Lucena

Esta é a edição de número 5 da “Continentes”, revista do curso de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ. A Geografia da UFRRJ se orgulha com mais uma edição da revista, que busca fortalecer a Geografia como uma ciência de notoriedade nos debates e análises do Brasil e do mundo contemporâneo. Somos gratos a todos os autores que contribuíram com seus artigos, e que divulgando suas pesquisas e percepções agregam conteúdo para um debate além da Geografia, mas tendo na Geografia o centro das discussões, haja vista a multiplicidade de conceitos e temas inerentes a sua essência.

A primeira seção da revista, “Artigos”, reúne cinco trabalhos de diversos eixos da Geografia. No primeiro artigo, *“Cartography revealed: multiculturalism and regional identities of the borderlands”*, somos brindados com o luxuoso e elegante trabalho de Borna Fuerst-Bjeliš, geógrafa e professora da Universidade de Zagreb/Croácia. Em seu artigo, a autora disserta sobre os elementos formadores da república da Croácia recorrendo a Cartografia e a Geografia Histórica. Incorpora princípios da Geopolítica e da Geografia Cultural, a partir do século XVI, para a compreensão da atual configuração territorial, cultural, étnica e religiosa da Croácia tendo como linha condutora de análise os mapas e as regiões de fronteira de outrora, que é exemplificado na figura de capa da revista. O texto da autora inaugura o artigo em língua inglesa da revista, permitindo o intercâmbio de línguas e linguagens, singularidades e pluralidades da Geografia ao redor do (e pelo) mundo, licenciando a promoção da ciência geográfica para o debate além das fronteiras nacionais.

O segundo texto, intitulado *“Estimativa da produção de sedimentos e análise de cenários das áreas prioritárias à recuperação ambiental na bacia hidrográfica do rio Jaguari (MG/SP)”* é uma parceria interdisciplinar, tão marcante nos estudos de

Geografia Física, de autoria do geógrafo e professor do Departamento de Geografia da UFPR, Eduardo Vedor de Paula, do engenheiro florestal e membro da Organização Não-Governamental Fauna e Flora Internacional, João Guimarães, e do economista e integrante da BRIIX (Brazil's Impact Investment Exchange - Plataforma de Investimentos de Impacto no Brasil), Diogo Rossi Ibaixe. O trabalho apresenta uma avaliação da produção de sedimentos na bacia do rio Jaguari (SP/MG) a partir de um rigoroso estudo e aplicação da Geografia Física (Geologia e Geomorfologia, Pedologia, Hidrologia) nas análises ambientais e avalia dois possíveis cenários de produção de sedimentos na bacia, integrando informações sobre a cobertura vegetal e o uso da terra tendo como produto final um mapa de suscetibilidade geopedológica. Este trabalho é uma boa proposta de análise integrada dos elementos físicos para estimar a redução da produção de sedimentos “em um cenário de restauração florestal das Áreas de Preservação Permanentes (APP's) e adoção de práticas conservacionistas em áreas que apresentam altas e moderadas suscetibilidade geopedológica à produção de sedimentos” (p.25).

O terceiro artigo segue o campo da Geografia Urbana, sob uma ótica da “geografia do crime”. O artigo “*A vitrine e a guerra: estratégias territoriais de ocupação e integração das favelas cariocas*”, do geógrafo Marcos Barreira, descreve os conflitos desencadeados pelo processo de “pacificação” nas favelas da cidade do Rio de Janeiro e analisa a estratégia de intervenção política guiada para a produção de uma nova polarização socioespacial. Em tom crítico incisivo à política de segurança pública em vigor na metrópole fluminense, o autor classifica a “pacificação” como um mostruário político e midiático que exhibe um falso controle da criminalidade e do (re) surgimento da paz nas favelas e considera que o seu saldo real recrudescer as disputas por territórios e proporcionou a expansão da criminalidade nas áreas omitidas ou esquecidas pelo poder do Estado.

O quarto artigo, “*Projetos e intervenções de saneamento na Baixada Fluminense do século XIX e início do XX - representações e continuidades*”, é assinado pelo professor de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ, André Santos da Rocha. O artigo combina elementos da Geografia Urbana e da Geografia Histórica para explicar

como as obras de saneamento na Baixada Fluminense, a periferia imediata da região metropolitana do Rio de Janeiro, sustentaram a região como um espaço apropriado para a condução deste tipo de política pública. O autor organiza o seu artigo em três pilares principais: o primeiro, a institucionalização da Baixada Fluminense como um espaço de intervenção no final do século XIX, que está associada ao seu sítio, as recorrentes condições de alagamento e a necessidade de expansão dos domínios e das atividades da cidade do Rio de Janeiro; o segundo, as intervenções na Baixada Fluminense no início do século XX em função das obras de saneamento, que criam representações simbólicas, inicialmente em torno da sua forte atividade agrícola da laranja, uma vez que sanear era necessário para a prosperidade regional; e em terceiro, as intervenções no setor de saneamento que se deflagram ao longo do século XX e marcaram uma nova representação simbólica, desta vez em torno da realidade urbana que se consolida até os dias atuais.

Finalmente, mas não menos importante, o professor de Geografia da rede pública de ensino de diversas prefeituras do estado do Rio de Janeiro, com mestrado em História Social, Zilmar Luiz dos Reis Agostinho, fecha a seção “Artigos” com o trabalho “*O surgimento das escolas de samba do Rio de Janeiro sob uma perspectiva territorial*”. Em seu artigo, pautado em princípios da Geografia Urbana e da Geografia Cultural, o autor discute o conceito de território a partir do surgimento das escolas de samba no Rio de Janeiro e busca nas origens da segregação espacial, ocorrida no início do século XX a partir das reformas urbanas operadas, a imposição de uma nova territorialidade às classes populares que organizaram as escolas de samba, que se conhecem hoje. Uma importante constatação explanada ao longo do artigo é que a territorialidade do carnaval e, conseqüentemente, a territorialidade das escolas de samba foram protagonizadas pelas classes populares segregadas que consubstanciaram essa importante manifestação cultural do espaço urbano carioca.

A seção “Posições” traz em pauta “As eleições de 2014 no Brasil”. Pablo Ibañez, geógrafo e professor do Departamento de Geociências da UFRRJ, traz com maestria uma reflexão “*Para além das eleições*”. Seu texto se sustenta sobre duas grandes questões: as divisões do poder com extrema vinculação do cenário político à esfera

federal; e discussões com pouca visibilidade nas eleições, mas que não omitiu a evidente polarização entre os dois principais partidos, PT e PSDB. Uma segunda reflexão sobre as eleições é apontada pelo historiador e professor do IFF, em Cabo Frio/RJ, Vinicius Teixeira Santos, no texto “Eleições 2014 e o ‘Gigante atordado’: ou quem tem medo de partido?”. O historiador remete-se as manifestações populares de junho de 2013 que se tornaram um potencial combustível para as eleições e ao mesmo tempo gerou uma comoção em torno de um possível “apartidarismo”, colocando em xeque o papel e a descrença dos e com os partidos políticos no Brasil. Neste caso, temas como “A quem interessa o apartidarismo?” ou “Os partidos políticos são necessários ou não?” são lançadas para discussão.

A seção “Relatos de Pesquisa”, inaugurada na edição anterior da revista, conta com três trabalhos. O primeiro trabalho, “*Desastres ambientais, prevenção e mitigação: um estudo de caso da região de Angra dos Reis/RJ*”, é organizado pelo geógrafo e mestrando em Geografia da UFRJ Gabriel Lousada com supervisão do professor Heitor Farias, do Departamento de Geociências da UFRRJ. No trabalho, os dois pesquisadores sugerem um estudo dos desastres naturais em Angra dos Reis, cidade do sul fluminense, considerando a conexão de sua complexa geomorfologia e uma urbanização forçada capaz de gerar situações de risco e vulnerabilidade a população ali alocada. O trabalho evolui ao expor e relatar medidas encontradas pela Defesa Civil local para a prevenção e mitigação dos desastres naturais.

O segundo relato de pesquisa da seção, “*Redes populares de turismo e experiências de mapeamento participativo: a atuação da Rede Brasilidade Solidária em Teresópolis (RJ)*”, tem como autores os professores do Departamento de Turismo da UERJ, campus Teresópolis, Cleber Marques de Castro e Rafael Ângelo Fortunato. O relato versa sobre a atuação da “Rede Brasilidade Solidária” no município de Teresópolis (RJ) e a experiência com os mapeamentos participativos com vistas a produção de novas territorialidades associadas ao turismo. As novas territorialidades são vistas como alternativas de roteiros, produtos e experiências populares, para além do que é oferecido pelo “trade turístico” convencional. Estimula-se a mobilização da comunidade local para compreender e assumir o turismo como uma atividade viável

na geração de renda complementar, uma vez que já possui o principal recurso, o patrimônio natural e cultural, necessitando estruturar a atividade como prática local.

O último relato, do professor Márcio Rufino Silva do Departamento de Geociências da UFRRJ, atem-se a sua experiência de trânsito entre as metrópoles do Rio de Janeiro e São Paulo e discorre um pouco sobre a sua trajetória acadêmica e profissional. O texto constitui-se um convite a viajar pelas ideias do autor nestes dois grandes centros metropolitanos da América do Sul sob o espectro da Geografia Urbana. No artigo intitulado *“Entre duas metrópoles: notas preliminares de uma experiência e um convite”*, o professor Márcio recorre, em sua discussão ou visão sobre as duas metrópoles, aos princípios da economia política do espaço, ao modelo centro-periferia e ao fenômeno do “urbano” no espaço capitalista contrapondo ou confrontando a realidade socioespacial da região metropolitana de São Paulo e do Rio de Janeiro.

A penúltima seção da revista conta com a resenha do livro “O Medo dos bárbaros: para além do choque das civilizações”, de Tzvetan Todorov, realizado pelos alunos do curso de Relações Internacionais da UFRRJ João Victor Sanches da Matta Machado, Vinícius de Almeida Costa e Pâmela Martins com supervisão do professor do Departamento de Geociências da UFRRJ, Guilherme da Silva Ribeiro. Com o título *“Medo e ressentimento: a construção da barbárie como forma de subjugação”* os alunos trazem o debate de Todorov acerca do discurso etno e eurocêntrico, que tem conduzido o incremento da extrema direita na Europa e uma rivalidade com outras culturas fora, mas presentes no continente europeu.

Para finalizar esta edição é inaugurada uma nova seção da revista, “Relatos de eventos”. Trata-se de uma oportunidade para professores, pesquisadores, alunos e interessados em relatar e divulgar os temas mais debatidos em simpósios, congressos, conferências e demais eventos de natureza nacional ou internacional no âmbito da Geografia. Para esta edição, o professor Leandro Dias do Departamento de Geociências da UFRRJ compartilha um pouco da sua participação e experiência acerca dos assuntos discutidos nas IX Jornadas Internacionais sobre “Grandes Problemáticas do Espaço Europeu”, ocorrida nos dias 30 e 31 de maio de 2014 na cidade do Porto, em Portugal. Com o título *“As geografias da Europa contemporânea”*, o professor

Leandro Dias relata os grandes temas do espaço europeu arrolados e discutidos nos dois dias em onze seções do evento: quadro social, cultura, multiculturalismo, turismo, economia, meio ambiente, desenvolvimento, espaço rural e educação. Há duas particularidades neste evento, a primeira diz respeito a maciça participação de pesquisadores da península ibérica, Itália, França e leste europeu e a ausência de países do centro e norte; e a abertura a trabalhos de nacionalidades fora do continente europeu, como é o caso do Brasil, estreitando laços e possibilidades de troca de experiências entre a América do Sul e a Europa.

Assim, damos boas vindas aos leitores da edição número 5 da revista Continentes. Que os textos e experiências aqui contidos contribuam para a reflexão da contemporaneidade sob o prisma da Geografia.

ARTIGOS

CARTOGRAPHY REVEALED: MULTICULTURALITY AND REGIONAL IDENTITIES OF THE BORDERLANDS

Borna Fuerst-Bjeliš *

Abstract: Borderlands are typical spaces where a multiplicity imperial and thus cultural, religious and ethnic contacts produces a multiplicity of perceptions and images. Through a number of examples of the Croatian borderlands, the main aim is to reveal the symbolic layer of the map that leads us into the process of imagining the past and constructing regional identities in the multicultural realities.

Keywords: borderlands; Croatia; history of cartography; multiculturalism; regional identities.

CARTOGRAFIA REVELADA : MULTICULTURALIDADE E IDENTIDADES REGIONAIS DAS FRONTEIRAS

Resumo: Fronteiras são espaços típicos onde a multiplicidade imperial e, deste modo, os contatos culturais, religiosos e étnicos produzem uma multiplicidade de percepções e imagens. Através de vários exemplos das fronteiras da Croácia, o objetivo principal deste trabalho é revelar o estrato simbólico do mapa que nos leva para o processo de imaginação do passado e construir identidades regionais em realidades multiculturais.

Palavras-chave: fronteiras; Croácia; história da cartografia; multiculturalismo; identidades regionais.

CARTOGRAPHIE REVELEE: MULTICULTURALITE ET IDENTITES REGIONALES DES FRONTIERES

Résumé: Les frontières sont des espaces où la multiplicité impériale et, de cette façon, les contacts culturels, religieux et ethniques ont produit une multiplicité des perceptions et des images. A travers de plusieurs exemples retirés des frontières de la Croatie, cet article veut montrer les couches symboliques de la carte, capable de nous amener à imaginer le passé et bâtir des identités régionales à l'intérieur des réalités multiculturelles.

Mots-clés: frontières; Croatie; histoire de la cartographie; multiculturalisme; identité régionales.

* Professor at the University of Zagreb (Zagreb, Croatia). E-mail : bornafb@geog.pmf.hr

Introduction

Maps always represent much more than merely physical nature and inventory of space. Maps understood and considered as social construction of reality have a number of layers, including the symbolic one. They are conveyors of meanings, messages and perceptions of the world – and not only of an individual cartographer, but also of common societal and cultural values. They reveal what may be called the spirit of time: philosophical, political, religious and general socio-cultural context. Understood as images, maps can be used on one hand as a tool of disseminating messages, as well as a medium in constructing identities, and, on the other hand as a source in analyzing the perceptions of past places, territories and societies.

Researching past images through maps is of particular interest in multicultural spaces, where a variety of different cultures, religious systems, complex ethnic structures and imperial systems have met. Borderlands are such typical spaces where a multiplicity of contacts reflect and produce a multiplicity of perceptions, images and identities.

Early modern period in Croatian history is burdened with frequent changes of borders between three imperial systems¹ with different religious systems² and cultural traditions that have intertwined on the Croatian territory.

Maps could and often did represent an image with multiple layers of meaning and perceptions, such as distinction of social groups, related systems of beliefs, territorialization and de-territorialization of borderland communities; construction of regional identities; and comprehension of the temporality of the border and the continuity of Croatian territory.

Questioning regional identities in the multiculturalism of borderlands was based primarily on deconstructing the maps of the time; tracing the rhetoric of map and its symbolic meaning. Key elements were place-names as they are as much related to an

¹ Habsburg Monarchy, Venetian Republic and Ottoman Empire.

² Christianity and Islam.

invisible social world and to ideology as they are to the material world that can be seen and measured.

The research is based on the cartographic originals of the time from the map collections of the Croatian State Archives, The National and University Library and the Museum of Croatian History, as well as on the numerous published facsimiles (MARKOVIĆ, 1993, 1998; KOZLIČIĆ, 1995; MALEKOVIĆ, 1992).

Constructed realities

Image–reality dualism of the map opposes subjective and objective spaces, unreal and real geographies, mental images and cartographic representations. Maps as geographic representations have been commonly accepted as realistic, although constructed according to the conventions of artificial perspective (COSGROVE, 1998). However, geographic “reality” is not a nonimage, as argued by Phillips (1993). “Reality” is also humanly constructed and merely conventional, and the “truth” is constructed, theoretically and politically committed. At this point we start to question the “unquestionable scientific objectivity” of the cartographic representation of the world and to question the map as a “mirror of reality” (FUERST-BJELIŠ, 2012). Recent researches show a break between a model of cartography as a communication system, and one in which knowledge is constructed (CRAMPTON, 1996, 2001).

On the other hand, the subjectivity of images has been questioned by iconographers and iconologists as well (PHILLIPS, 1993). Images are not merely mental representations, they can be read as explicitly social (or political) texts. Iconography defines images as a sign system and locates them at the social level (PANOFSKY, 1983).

Although some scholars anticipated the idea of map as a socially constructed image earlier (KORZYBSKI in WRIGHT, 1942), it was J. B. Harley who formulated a broad strategy for understanding how maps redescribe the world, like any other document, in terms of relations of power and of cultural practices, preferences and priorities (HARLEY, 2001). “...Maps are at least as much an image of the social order as they are

measurements of a phenomenal world of objects” (HARLEY, 1989). In his seminal work on deconstructing the map Harley argues that deconstruction as discourse analysis, demands a closer and deeper reading of the cartographic text and may be regarded as a search for alternative meaning. It means reading between the lines of the map – “in the margins of the text” and a search for metaphor and rhetoric in the textuality of the map (HARLEY, 1989).

Based on the iconographic studies by E. Panofsky (1983), Harley has defined a number of semantic layers of the map. The symbolic one often has ideological connotations. It refers to power relationships, distinction of social groups and system of beliefs, to worldviews and to what may be called as a spirit of time.

Spatial, temporal and cultural context

In the course of three centuries (16th – 19th), the territory of Early Modern Croatia was determined by the borderlands of three imperial systems of the time: Habsburg Monarchy, Ottoman Empire and Venetian Republic (Figure1). Borders were, consequently, significantly influential in political, social, cultural, and demographic sense.

Triple border conditioned a true multicultural surrounding. Croatian territory was a “meeting point” of Western and Eastern world, Christianity and Islam as well as maritime and continental traditions. Frequent changes of borderlines were followed by population shifts and migration, introduction of new (other) social and cultural groups, as well as leading to mixed cultural, religious, ethnic groups and lifestyles in borderlands. Appreciation of these differences, sense of uniqueness and perception of otherness, through the territorialization, conditioned the creation of spatial images and eventually resulted in regional identity.



Figure 1: Croatia and triple border, 18th century.

Source: REGAN, K. ed. (2003).

Otherness, territory and regional concept

Maps reveal a number of images that reflect social recognition and territorialization through the distinction of social otherness and, on the other hand, perceptions of territorial continuity in the circumstances of border fluctuation, through the distinction of territorial otherness. These images are related to concepts that are embedded in maps and leading eventually to the construction of regional concept and identity. That is appreciation of differences, uniqueness and otherness that, through the territorialization, result in specific spatial images and regional identity (FUERST-BJELIŠ, ZUPANC, 2007; FUERST-BJELIŠ, 2011).

Morlacchia and Little Wallachia

The image of the ultimate western borderlands area of Ottoman Empire with Venetian Republic and Habsburg Monarchy is related to the recognition of Morlacchi /Vlachs, a

distinct social group as other. Their presence in the borderlands is a consequence of the population shifts due to the warfare and border fluctuations. Autochthonous sedentary population abandoned land and migrated towards more secure areas, while a large portion of the Croatian borderlands became a destination of new semi-nomadic pastoral communities from the Dinaric mountain hinterland. These borderlands communities are generally called Vlachs or Morlacchi in the Venetian tradition. These communities partly immigrated to the borderlands area spontaneously, combining the pastoral economy with military service, while they were partly colonized and settled by the official politics of Venice and Habsburgs.

The toponyms Morlaccha or Morlacchia with a number of some other corresponding forms, such as Morlacca, Morlacha, Murlacha and Morlakia can be found on the maps as early as the 16th century (Figure 2).



Figure 2: Bonifačić's Map of the surroundings of Zadar and Šibenik with the region of Morlacha, 1573, facsimile. Source: MARKOVIĆ (1993).

Originating from the Venetian term for social community, the derived toponymic forms became a common name for the border region for more than three hundred years in circumstances where three imperial forces met. Throughout the course of

centuries, the term Morlacchi has been related to the territory they have settled. The term has gradually got the spatial connotation (FUERST-BJELIŠ, 1999-2000, 2011, 2012).

Territorialization is seen as a reflection of perceived otherness of Morlacchi and Vlach community; primarily through different social organization, religion, lifestyle and customs in relation to the prevailing population. Perception of otherness and uniqueness is the basis of regionality and regional identity that is leading to the construction of the regional concept of Morlacchia. The image of otherness is very well expressed on Vitezović's³ (1699) (Figure 3) and da Vignola's⁴ (1690) maps (Figure 4). What we can read on Vitezović's map from the notification along the border: "Terra deserta olim nunc a Valachis habitata" (deserted, depopulated and uninhabited land, yet inhabited by Vlachs!) is that Vlachs are considered as others in terms of social and religious differentiation (FUERST-BJELIŠ, ZUPANC, 2007; FUERST-BJELIŠ, 2011).



Figure 3: Vitezović's Map of the whole Kingdom of Croatia, 1699, facsimile. Source: MARKOVIĆ (1993).

³ Pavao Ritter Vitezović: Regni Croatiae Totius, 1699.

⁴ Giacomo Cantelli da Vignola: Parte della Sciavonia... abitata da popoli Slauini..., Rome, 1690.



Figure 4: Da Vignola’s map of Slavonia, 1690, facsimile.
Source: MALEKOVIĆ (1992).

At the other hand, da Vignola (1690) is pointing primarily to the religious differentiation of the borderlands communities when noted: “Wallacchi Pop. Di Rito Greco”⁵ (Vlachs, people of the Greek ritual) in the area that century later would be called Kleine Walache (Little Wallachia) on von Reilly’s map⁶ (1790). The western border of Ottoman Empire with Habsburg Monarchy was at the first place the border of Islam and Christianity. However, Orthodox Christians within the prevailing Roman Catholic religious affiliation of (Habsburg) Croatia were considered others. Their territorialization eventually led to the construction of regional concept of Little Wallachia, noted for example on von Reilly’s map (1790).

Morlacchia was an important regional concept if looking at the significance given by the typography. On Coronelli’s map⁷ (1700) for instance, La Morlaquie is listed in the

⁵ Orthodox Christians. The prevailing religious affiliation is Roman Catholic.

⁶ Franz Johann Joseph von Reilly: Das Koenigreich Sklavonien und Herzogthum Syrmien, Vienna, 1790.

⁷ Vincenzo Maria Coronelli: Nouvelle carte du Royaume de Dalmacie..., la Morlaquie, la Bosnie et la Servie..., Paris, 1700.

title of the map along with Bosnia, Serbia, Hungary and Croatia. In addition, in famous French encyclopedia edited by Diderot and D'Alembert⁸ (1782), La Morlaquie was given the same significance as other lands i.e. Bosnia and Serbia (MIROŠEVIĆ, FARIČIĆ, 2011).

With the disappearance of triple border conditions by the end of the wars with Ottoman Empire, the context of significance within which the Morlacchi/Vlach community have been evaluated throughout the centuries, was dissolved.

This change is clearly recognizable in the disappearance of toponyms associated with Morlacchi and Vlachs. Constructed in the multicultural border circumstances of the 16th – 19th centuries, they disappear from the maps with the change of circumstances that created them. Following the change in the rhetoric of the maps, we can read about the territorialization as well as about the de-territorialization of borderland communities. Cognition of social and cultural otherness along with the (de)territorialization of communities led to the (de)construction of regional concepts.

Contested identities of border regions

The issue of old and new border in the areas subdued to frequent changes throughout the history opens the question of identity of a border region. The research has shown that in spite of newly established political order and new borderlines, the perception of tradition and historicity of lands and territory still exists as a mental map in collective memory. Sense of common history and origin that is embedded in such regions reflects the image/mental map different to the actual status (FUERST-BJELIŠ, 1996, 1998). Probability of the existence of different versions of such mental map is much higher in the areas marked by significant changes through their historical and geographical development (MIROŠEVIĆ, FARIČIĆ, 2011).

⁸ Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, D. Diderot et J. D'Alembert (eds), Bern et Lausanne, 1782.

Cassini (1792)⁹, for example, on his map of Dalmatia, one of three Croatian historical provinces¹⁰ (Figure 5), clearly showed both: the actual supreme powers along with the appreciation of Croatian historical territory. We can read about the Croatian lands: Croatia, Dalmatia, Slavonia, perceived as autochthonous, enduring and constant, still divided in different jurisdictions; Hungarian, Venetian and Turkish, as Croatian territory was on the borders of these empires.



Figure 5: Cassini's map of Croatian territory, 1792, facsimile.
Source: MALEKOVIĆ (1992)

Turkish Croatia and Turkish Dalmatia

Although Croatia regained large parts of its territories by the peace treaty with Ottoman Empire at the beginning of 18th century, it failed to get back some of its historical lands. That was, primarily, the area between two rivers, Una and Vrbas, the area between the new and the old border. There are cases where the inscription, either a general one like "Croatia", or a more specific one like "Turkish Croatia" cover the interfluvial territory that is beyond the new actual border, but integral part of the

⁹ Giovanni Maria Cassini: *La Dalmatia con le Isole Adiacenti*, Rome, 1792.

¹⁰ Croatia, Slavonia and Dalmatia.

historical Croatian territory. There is quite a number of maps of different political backgrounds and cartographic traditions that are equally sharing the same image of Turkish Croatia at the ultimate western borderlands of Ottoman Empire, as well as Turkish Dalmatia at the southern borderlands i.e. M. Schimek's map (1788), J. von Reilly's maps (1790), map edited by Artaria and Comp. (1807), J. Szeman's map (1826), E. Zuchery's map (1848), Halavanja's map (1851) (MARKOVIĆ, 1993, 1998; MALEKOVIĆ ed., 1992).

Searching for metaphors will lead us to the perception of temporality of border fluctuation in these centuries of their frequent changes. Consequently, the territory of Turkish Croatia represents a mental map of the interfluves as integral Croatian territory in spite of the newly established border, as well as it is for Turkish Dalmatia on the south. This is an image of the new borderline as a temporary condition in relation to the "real historical" border. The image include the awareness of a temporality of the borders and understanding and appreciation of the continuity of Croatian territoriality, including Dalmatia as Croatian historical land (Turkish CROATIA/DALMATIA; emphasized by the author). At the other hand, the image reveal the distinction of cultural otherness (TURKISH Croatia/Dalmatia, emphasized by the author) that is grounded in the distinction of "Turkish"/Muslim as Other and the distinction of Christian Croatia versus Muslim Croatia. Thus, the image is pointing out to the awareness of different religious identities of the twofold region.

These examples open two levels of reading: old and new border as real historical border versus temporary border; distinction of different religious and cultural identities, Christian versus Muslim Croatia. The consciousness of the otherness and uniqueness as related to the territoriality is leading to the construction of regional identity. These elements are formative elements of regional identity and the regional concept in both examples: in Morlacchia as well as in Turkish Croatia and Dalmatia (FUERST-BJELIŠ, ZUPANC, 2007; FUERST-BJELIŠ, 2011).

Reflections

Still, the development and reflection of these regional concepts are different. Turkish Croatia has undergone the process of conceptual translation. By the mid 19th century it has changed the name into Bosanska Krajina¹¹. While the old name of Turkish Croatia emphasized the Croatian territoriality of different religious and cultural identity, the name of Bosanska Krajina is emphasizing the border character of the territory. Turkish Croatia / Bosanska Krajina retained its borderland character even later through the participation in the organization of Military Border that additionally sustained the image of otherness in terms of a particular military mentality, apart from multiculturalism. Still, Bosanska Krajina, as a regional concept, has preserved territorial coverage with an image of otherness and uniqueness in the multicultural and multiethnic sense. There has been a change in spatial image that conditioned the change, but also the preservation of regional identity and concept.

Turkish Dalmatia, at the other hand, along with the Austrian occupation of Ottoman territory in 19th century, gradually gave priority to the, until then, subordinated regional concept of Herzegovina. Still today, Herzegovina has distinct identity as a region within the Republic of Bosnia & Herzegovina, and it is culturally strongly bounded with Croatian region of Dalmatia, showing the development of multiple identities of the borderlands region.

Morlacchia and Little Wallachia have experienced the dissolution. The change in the multicultural architecture of the space and community as well as disappearance of triple border by the 19th century have led to the change of the spatial image and in this particular case conditioned the disappearance of the regional identity and concept. All these examples of socio-cultural images and spatial and regional concepts are common to all relevant European cartographies, regardless of different (and often opposed) political affiliations, interests and attitudes towards the borderlands. They

¹¹ Krajina has a meaning of borderlands.

are not imposed from above, from the centers of political power, but reflect an internal and local knowledge and perceptions.

Conclusion

Borderlands are typical spaces where a multiplicity of contacts reflect and produce a multiplicity of perceptions and images.

Map deconstruction was employed as a basic research strategy, signifying a search for alternative meaning, metaphor and rhetoric in the textuality of the map. Key elements of analysis were place-names and smaller cartographic transcriptions and objections as they are as much related to an invisible social world and to ideology as they are to the material world that can be seen and measured.

These images reflect social recognition and territorialization through the distinction of social otherness and, on the other hand, perceptions of territorial continuity in circumstances of border fluctuation, through the distinction of territorial otherness.

The consciousness of the otherness and uniqueness as related to territoriality is leading to the construction of regional identity. These elements are formative elements of regional identity and the regional concept in examples discussed: in Morlacchia and Little Wallachia as well as in Turkish Croatia and Dalmatia. These regional concepts, however, have undergone throughout different developments and have different reflections in present time. Morlacchia and Little Wallachia, as regional concepts, have been dissolved with the change of the multiethnic and multicultural triple border circumstances and the change in spatial image by the 19th century. On the contrary, Turkish Croatia, as a regional concept, has preserved territorial coverage with an image of multiculturalism till present time, but with the stronger accentuation of its borderlands character under the new name of Bosanska Krajina. The preservation of regional concept of Turkish Croatia / Bosanska Krajina is considerably due to the longer persistence of borderlands development even later through the Military Border and linking military and multicultural components of regional identity.

Former Turkish Dalmatia as present Herzegovina within the Republic Bosnia & Herzegovina has retained strong cultural bonds with the region Dalmatia within the Republic of Croatia, based on the sense of shared common history and identity.

References

COSGROVE, D. E. *Social Formation and Symbolic Landscape*. Madison, London: The University of Wisconsin Press (1998). (1996).

CRAMPTON, J.W. *Bordering on Bosnia*. *GeoJournal*, vol. 39 (1993).

CRAMPTON, J.W. *Maps as social constructions: power, communication and visualization*. *Progress in Human Geography*, vol. 25/2 (2001).

FUERST-BJELIŠ, B. *Pristup definiciji prostornog pojma tradicionalne regije*. Zbornik radova 1. Hrvatskog geografskog kongresa, Zagreb (1996).

FUERST-BJELIŠ, B. *Turopolje – položaj tradicionalne regije u sustavu geografske regionalizacije*. *Acta geographica Croatica*, vol. 33 (1998).

FUERST-BJELIŠ, B. *Toponimija i percepcija u prostoru Triplex Confiniuma: Morlakija*. *Radovi*, vol. 32-33 (1999-2000).

FUERST-BJELIŠ, B. *Slike i mijene regionalnoga identiteta - geografska imena na kartama ranoga novoga vijeka; odabrani primjeri*. Zbornik radova s Prvoga nacionalnog znanstvenog savjetovanja o geografskim imenima, Zadar (2011).

FUERST-BJELIŠ, B. *Imaging the Past: Cartography and Multicultural Realities of Croatian Borderlands*, *Cartography - A Tool for Spatial Analysis*, InTech, DOI: 10.5772/46223 (2012).

FUERST-BJELIŠ, B., ZUPANC, I. *Images of the Croatian Borderlands: Selected Examples of Early Modern Cartography*. *Hrvatski Geografski Glasnik*, vol. 69/1 (2007).

HARLEY, J. B. *The New Nature of the Maps, Essays in the History of Cartography*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press (2001).

HARLEY, J. B. *Deconstructing the Map*. *Cartographica*, vol. 26/2 (1989).

KOZLIČIĆ, M. *Kartografski spomenici Hrvatskog Jadrana*. Zagreb: AGM.(1995).

MALEKOVIĆ, V. *Borders of Croatia on maps from 12th to 20th century*. Zagreb: The Museum of Arts and Crafts (1992).

MARKOVIĆ, M. *Descriptio Croatiae*. Zagreb: Naprijed (1993).

MARKOVIĆ, M. *Descriptio Bosnae et Hercegovinae*. Zagreb: AGM (1998).

MIROŠEVIĆ, L., FARIČIĆ, J. Perception of Dalmatia in selected foreign lexicographic publication. *Geoadria*, vol. 16/11 (2011).

PANOFSKY, E. *Meaning in the Visual Arts*. Chicago: University of Chicago Press (1983).

PHILLIPS, R. The language of images in geography. *Progress in Human Geography*, vol. 17/2 (1993).

REGAN, K. (ed). *Hrvatski povijesni atlas*. Zagreb: Hrvatski leksikografski zavod "Miroslav Krleža" (2003).

WRIGHT, J. Map makers are human: comments on the subjective in maps. *The Geographical Review*, vol. 32 (1942).

ESTIMATIVA DA PRODUÇÃO DE SEDIMENTOS E ANÁLISE DE CENÁRIOS DAS ÁREAS PRIORITÁRIAS À RECUPERAÇÃO AMBIENTAL NA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO JAGUARI (MG/SP)

Eduardo Vedor de Paula*
João Guimarães**
Diogo Rossi Ibaixe***

Resumo: Os custos com tratamento de água mostram-se crescentes, sobretudo, nas bacias hidrográficas que revelam algo grau de intervenção, tal como ocorre na bacia do rio Jaguari (MG/SP). A conservação de recursos hídricos mediante ações de infraestrutura verde revela-se como sendo uma excelente alternativa. Constituiu como objetivo do presente estudo efetuar a comparação entre o cenário atual de produção de sedimentos, com um cenário hipotético que contemplou a restauração florestal de ambientes degradados.

Palavras-chave: Recuperação ambiental; Produção de sedimentos; Bacias hidrográficas, Sistemas de informações geográficas.

ESTIMATION OF THE SEDIMENTS YIELDED AND SCENARIO ANALYSIS OF PRIORITY AREAS TO ENVIRONMENTAL RECOVERY IN RIVER JAGUARI (MG/SP)

Abstract: Water treatment costs are rising, mainly in the hydrographic basin showing a high degree of intervention, as it is the case with the Rio Jaguari (MG/SP). The conservation of hydric resources through green infrastructure actions reveals itself as being an excellent alternative. The purpose of this study has been comparing the current scenario of sediment production to a hypothetical scenario that includes the reforestation of degraded environments.

Keywords: Environmental recovering; Sediments yielded; Hydrographic basin, Geographic information system.

* Professor Adjunto do Departamento de Geografia da UFPR. E-mail: edugeo@ufpr.br

** Fauna & Flora International. E-mail: joao.guimaraes@fauna-flora.org

*** BRIIX (Brazil's Impact Investment Exchange). E-mail: drossi@briix.com.br

ESTIMACIÓN DE LA PRODUCCIÓN DE SEDIMENTOS Y ANÁLISIS DE ESCENARIOS EN ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA LA RECUPERACIÓN AMBIENTAL EN LA CUENCA HIDROGRÁFICA DEL RÍO JAGUARI (SP)

Resumen: Los costos en relación al tratamiento de las aguas se muestran crecientes, sobre todo, en las cuencas hidrográficas que revelan alto grado de intervención, tal como ocurre en la cuenca del río Jaguari (MG/SP). La conservación de recursos hídricos, mediante acciones de infraestructura verde, aparece como una excelente alternativa. El objetivo del presente trabajo es efectuar la comparación entre el escenario actual de producción de sedimentos, con uno hipotético que contempla la restauración forestal de ambientes degradados“.

Palabras claves: Recuperación Ambiental. Producción de Sedimentos, Cuencas, Sistemas de Información Geográfica.

Introdução

A bacia do PCJ (que abrange os rios Piracicaba, Capivari e Jundiá) abriga o maior parque industrial do país, além de abastecer a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), região esta que concentra 28% do PIB nacional. Neste contexto o rio Jaguari responde por quase 50% da captação do Sistema Cantareira, que se constitui na principal fonte de abastecimento de água para RMSP.

O município de Jaguariúna, situado na foz do rio Jaguari apresenta gastos importantes para o tratamento da água em função, sobretudo, da elevada turbidez da água. No presente já se cogita a importação de águas residuárias para abastecer o crescimento econômico e populacional deste município, que é palco para investimentos iniciais previstos para uma área de 2.300 hectares. Em Jaguariúna localiza-se uma importante planta da Ambev, uma das maiores empresas de bebidas do mundo.

A The Nature Conservancy (TNC), recebendo financiamento da empresa Ambev (Companhia de Bebidas das Américas), desenvolve na região um projeto de conservação de recursos hídricos mediante ações de Infraestrutura Verde, que está centrado na ideia de que as áreas naturais prestam uma série de serviços para a sociedade. Sendo que garantir a quantidade e a qualidade da água é um dos mais importantes deles. Por isso, a manutenção das florestas tem um valor que pode ser

Eduardo Vedor de Paula; João Guimarães; Diogo Rossi Ibaixe, Estimativa da produção de sedimentos e análise de cenários das áreas prioritárias à recuperação ambiental na bacia hidrográfica do rio Jaguari (MG/SP).

pago por quem se beneficia deste serviço ambiental e recebido por quem às protege – os produtores rurais.

Neste contexto o principal objetivo deste trabalho refere-se à estimativa da atual produção de sedimentos na bacia do rio Jaguari, bem como a estimativa da potencial redução desta produção em um cenário de restauração florestal das Áreas de Preservação Permanentes (APP's) e adoção de práticas conservacionistas em áreas que apresentam altas e moderadas suscetibilidade geopedológica à produção de sedimentos.

O rio Jaguari nasce na Serra das Três Orelhas em Minas Gerais, possui aproximadamente 200 km de extensão e juntamente com o rio Atibaia, formam o rio Piracicaba. A bacia hidrográfica do rio Jaguari apresenta área de 2.196,2 km² e perímetro de 386 km. Conforme representado na Figura 1, seu terço superior está localizado no estado de Minas Gerais e terços médio e inferior no estado de São Paulo.

Para as análises de produção de sedimentos, a bacia do rio Jaguari foi dividida em 32 unidades hidrográficas (Figura 1), das quais 12 situam-se à montante do reservatório Jacaré-Jaguari. Esta porção da bacia está inserida no Sistema Cantareira. À jusante do reservatório Jacaré-Jaguari foram delimitadas 20 unidades hidrográficas, cuja área totaliza 960,55 km².

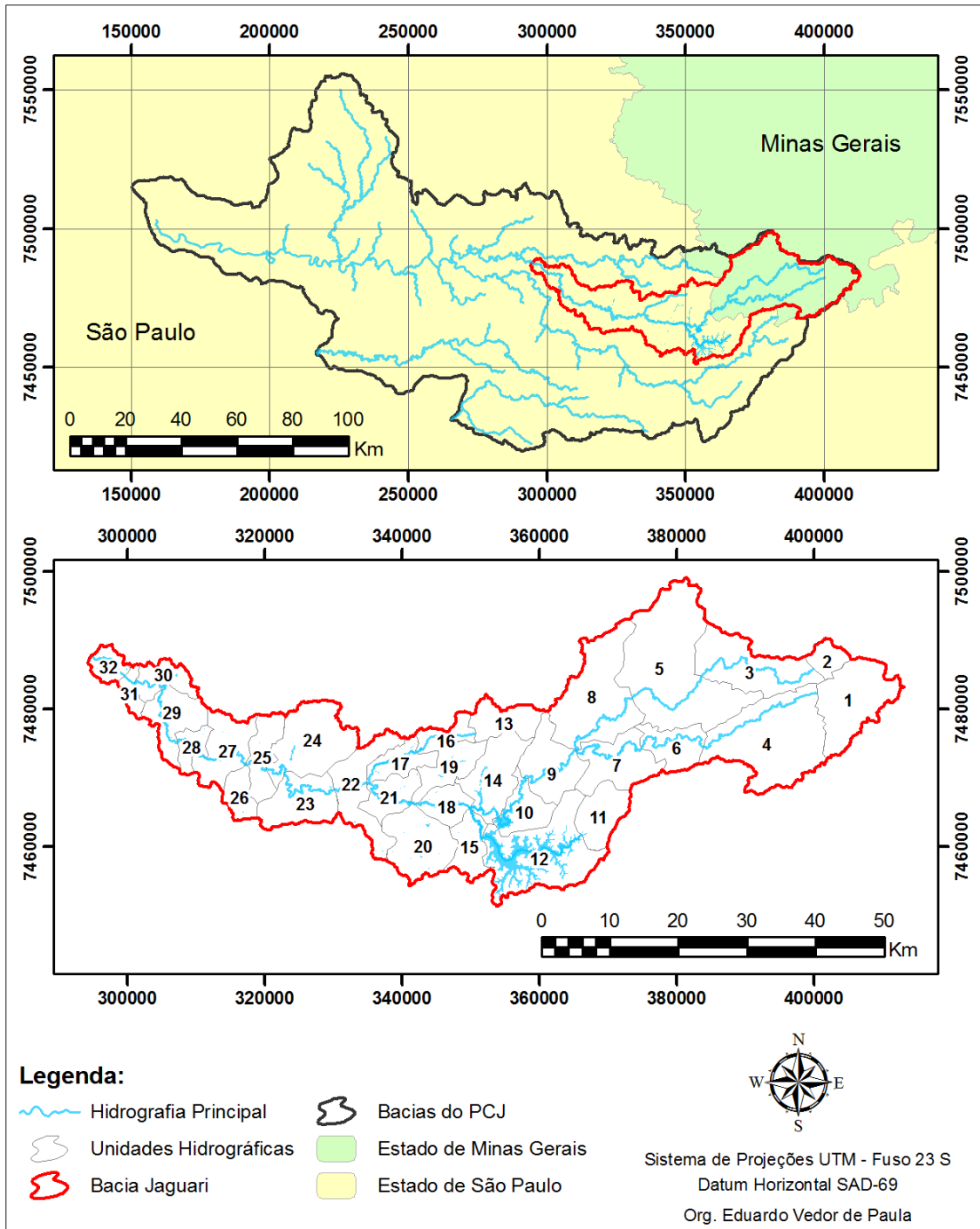


Figura 1: Localização e unidades hidrográficas da bacia do rio Jaguarí.

Material e Métodos

O presente estudo foi desenvolvido em duas etapas. A primeira delas contemplou primeiramente a delimitação da bacia do rio Jaguarí, bem como de suas unidades hidrográficas (Figura 1). Em seguida, efetuou-se a integração dos elementos que constituem o meio geopedológico, quais sejam: geologia, geomorfologia (declividade e

Eduardo Vedor de Paula; João Guimarães; Diogo Rossi Ibaixe, Estimativa da produção de sedimentos e análise de cenários das áreas prioritárias à recuperação ambiental na bacia hidrográfica do rio Jaguarí (MG/SP).

formas de vertente) e pedologia. Por fim, realizou-se a análise da suscetibilidade geopedológica à produção de sedimentos, por meio da confecção de uma carta de mesma denominação.

Os dados geológicos considerados são correspondentes à escala 1:500.000 e encontram-se descritos em CPTI (2011). Os dados pedológicos foram obtidos na escala 1:50.000 para a porção situada à montante do reservatório Jacareí-Jaguari (CPTI, 2011), enquanto que para o restante da área utilizou-se o mapeamento pedológico de reconhecimento do Estado de São Paulo, referente à escala 1:500.000 (OLIVEIRA et al., 1999).

Para a análise geomorfológica fez-se uso das cartas topográficas 1:50.000, a partir das quais efetuou-se a geração do MDT (Modelo Digital do Terreno), seguindo as proposições de TARBOTON et al. (1991). Sobre o MDT foram produzidas as cartas de declividade e forma das vertentes, conforme descrito em PAULA (2010).

Visando a confecção da carta de suscetibilidade efetuou-se a hierarquização das unidades geológicas, pedológicas e geomorfológicas quanto ao potencial de suscetibilidade à disponibilização de sedimentos, sendo que os pesos atribuídos encontram-se descritos e justificados em TNC (2014). Em seguida, atribuíram-se valores a cada classe existente, que variam de 1 (suscetibilidade muito baixa) a 3 (suscetibilidade muito alta), conforme proposto por Crepani et al. (2001). Finalmente, realizou-se a média aritmética dos elementos geopedológicos selecionados, sendo que a geomorfologia foi constituída pela média da declividade e forma das vertentes. Por meio de álgebra de mapas, foi implementada a Equação 1. Essa equação foi empregada a partir da ferramenta Raster Calculator, disponível na extensão Spatial Analyst, do software ArcGIS 9.3.1. A resolução espacial deste produto foi de 50 metros.

$$SG = ([Geo] + [Ped] + (([Dec] + [Fve]) / 2)) / 3 \quad (1)$$

Onde SG é a suscetibilidade geopedológica à produção de sedimentos, Geo é a unidade geológica, Ped classe de solo, Dec é a declividade, e Fve é a forma de vertente.

A segunda etapa do roteiro metodológico contemplou inicialmente a integração dos mapas de cobertura vegetal e uso da terra, recentemente elaborados para diferentes porções da área de estudo. A carta de cobertura vegetal e uso da terra resultante constituiu a base do Cenário 1 de estimativa da produção de sedimentos. O Cenário 2 foi construído a partir da hipotética restauração, com vegetação em estágio avançado de sucessão, das Áreas de Preservação Permanente dos corpos hídricos que se encontravam degradadas no Cenário 1. Também foram acrescentadas ao Cenário 2 aquelas áreas de uso agropecuário, cujo grau de suscetibilidade geopedológica apresentou-se alto e moderado.

A carta de cobertura vegetal e uso da terra foi confeccionada a partir de dois mapeamentos existentes. O primeiro abrange 54,3% da área de estudo e foi elaborado a partir da interpretação das imagens SPOT 5, obtidas no ano de 2007. O segundo mapeamento foi confeccionado a partir de imagens LANDSAT 5-TM, adquiridas no ano de 2010 (TNC, 2014).

Considerando-se a importante contribuição das estradas rurais no processo de produção de sedimentos, conforme sugerem CORRÊA e DEDECEK (2009) e THOMAZ e PEREIRA (2013), efetuou-se a espacialização das mesmas. Para tanto, foram confeccionados buffers de 20 metros a partir do traçado linear das estradas secundárias disponíveis nas bases fornecidas pela TNC. Sequencialmente, esses buffers foram incluídos na carta de cobertura vegetal e uso da terra da bacia do rio Jaguari.

A construção do Cenário 1 teve por objetivo estimar a atual produção de sedimentos na bacia do rio Jaguari. Para tanto, efetuou-se o cruzamento matricial, por meio de álgebra de mapas, das classes de suscetibilidade geopedológica à produção de sedimentos com as classes cobertura vegetal e uso da terra, conforme grau de proteção de cada classe de vegetação exerce sobre o solo. Na Tabela 1, são apresentados os pesos resultantes do cruzamento matricial em questão, sendo atribuído I para potencial muito baixo; II- baixo; III- moderado e; IV- alto.

Tabela 1: Definição das classes de potencial à produção de sedimentos no Cenário 1:

Cenário 1		Classes de Suscetibilidade Geopedológica			
		Muito baixa	Baixa	Moderada	Alta
Classe de cobertura Vegetal e Uso da Terra	Afloramento rochoso	I	I	I	II
	Floresta estágio avançado	I	I	I	II
	Floresta estágio inicial ou médio	I	II	II	III
	Várzea	I	II	II	III
	Reflorestamento	II	II	III	IV
	Campo	II	II	III	IV
	Pastagem	II	II	III	IV
	Agricultura	II	III	IV	V
	Área edificada	II	III	IV	V
	Estradas rurais	III	IV	V	V
	Solo exposto	III	IV	V	V
	Mineração	III	IV	V	V

Deve-se mencionar que para a atribuição dos pesos, a partir do cruzamento das classes de vegetação natural com as classes de suscetibilidade geopedológica, foi considerado o trabalho de BORGES et al. (2009). Todavia, em razão de o mencionado estudo referir-se a região do Cerrado brasileiro, fez-se necessária a adaptação das classes vegetais para as tipologias encontradas no bioma de Mata Atlântica. Para tanto, analisou-se o grau de proteção que cada classe de vegetação encontrada nessa última região confere ao solo, conforme descrições publicadas em IBGE (1992), LEITE (1994), RODERJAN et al. (2002), PARANÁ (2002).

O Cenário 2 foi construído com o objetivo de se estimar a produção de sedimentos, posterior à recuperação das áreas consideradas prioritárias à recuperação ambiental. De acordo com o exposto na Tabela 2 foram definidas quatro categorias de áreas prioritárias. Este método foi adaptado de PAULA e CUNICO (2008), o qual foi desenvolvido para subsidiar a restauração de áreas degradadas na bacia do rio Pequeno (Antonina/PR), visando à mitigação do processo de assoreamento da baía de Antonina.

Tabela 2: Categorias de áreas prioritárias à recuperação ambiental:

Categoria	Suscetibilidade Geopedológica	Uso da Terra	Código Florestal
Prioridade 1	Moderada e Alta	Agricultura Área Edificada Solo Exposto Estradas Rurais Mineração	Interna à APP de corpo hídrico
Prioridade 2	Moderada e Alta	Pastagem Reflorestamento Floresta em Estágio Inicial	Interna à APP de corpo hídrico
Prioridade 3	Baixa e Muito Baixa	Agricultura Área Edificada Solo Exposto Estradas Rurais Mineração Pastagem Reflorestamento Floresta em Estágio Inicial	Interna à APP de corpo hídrico
Prioridade 4	Moderada e Alta	Agricultura e Pastagem	Externa à APP de corpo hídrico

As Áreas de Preservação Permanente (APPs) de corpos hídricos foram delimitadas conforme NOWATZKI et al. (2010). Três classes de APP foram contempladas, quais sejam: 1) nascentes (buffer de 50 metros); 2) rede de drenagem unifilar (buffer de 30 metros); e 3) rede de drenagem bifilar (buffer 100 metros). É cabível apontar que para o processo de delimitação das APPs teve de ser considerada Lei n° 4.771/65 (BRASIL, 2001), uma vez que a Lei n° 12.727/12 (BRASIL, 2012) prevê que além da largura do rio para a definição do entorno protetivo dos mesmos, também se considere o número de módulos fiscais de cada propriedade rural. Desta forma, seria necessária a elaboração de um cadastro fundiário das propriedades existentes na bacia do rio Jaguari, para posteriormente aplicação da Lei n° 12.727/12, algo que se mostrou inviável no âmbito do corrente estudo.

A categoria denominada de **Prioridade 1** contemplou as porções cujas classes de uso da terra evidenciam, em geral, alta produção de sedimentos, quais sejam: mineração, solo exposto, estradas rurais, agricultura (sem adoção de práticas conservacionistas) e áreas edificadas. Deve-se enfatizar que se optou pela inclusão desta última classe na categoria de Prioridade 1, devido ao fato de inúmeras cidades e distritos do interior Eduardo Vedor de Paula; João Guimarães; Diogo Rossi Ibaixe, Estimativa da produção de sedimentos e análise de cenários das áreas prioritárias à recuperação ambiental na bacia hidrográfica do rio Jaguari (MG/SP).

brasileiro apresentarem vias não pavimentadas, muitas vezes implantadas no sentido do escoamento superficial, bem como por apresentarem loteamentos nos quais significativas parcelas de solo permanecem expostas à ação dos processos erosivos. Portanto, para esta primeira categoria foi considerada a ocorrência dos cinco usos do solo em áreas de moderada e alta suscetibilidade geopedológica à produção de sedimentos, situadas internas às APPs dos corpos hídricos.

As classes de uso da terra consideradas na categoria de **Prioridade 2** foram: pastagens, reflorestamento e cobertura vegetal secundária em estágio inicial de sucessão. Optou-se pela inclusão dos reflorestamentos nesta categoria, devido ao fato de que nos ciclos iniciais de sua produção, o grau de proteção do solo mostra-se reduzido. Desta forma, a segunda categoria contemplou os três mencionados usos situados em áreas de alta e moderada suscetibilidade geopedológica, internas às APPs de corpos hídricos.

Diante da obrigatoriedade legal de reconstituição das APPs a categoria de **Prioridade 3** abrangeu as demais áreas de APPs, ou seja, porções que revelaram muito baixa e baixa suscetibilidade geopedológica à produção de sedimentos, em qualquer dos usos da terra considerados nas categorias anteriores, conforme Tabela 2.

A categoria de **Prioridade 4** referiu-se às áreas de uso agropecuário externas às APPs de corpos hídricos, cuja suscetibilidade geopedológica mostrou-se alta e moderada, e que são passíveis da implantação de práticas conservacionistas, visando à redução das taxas de produção de sedimentos. De acordo com os estudos de LEPRUN (1983), MARGOLIS et al. (1985), BERTONI e LOMBARDI NETO (1990), DE MARIA e LOMBARDI NETO (1997), DERPSCH (2002) e CHAVES et al. (2004), a adoção de práticas conservacionistas para pastagem e cultivos predominantes na bacia do Jaguari, tende a reduzir pela metade a produção de sedimentos.

A exemplo da análise realizada para o Cenário 1, efetuou-se no Cenário 2 o cruzamento matricial das classes de suscetibilidade geopedológica à produção de sedimentos, agora com as classes de cobertura vegetal e uso da terra, considerando-se a restauração das APPs para as três primeiras categorias de prioridade à recuperação ambiental. Para as áreas de Prioridade 4, depois de estimada a produção de

sedimentos no Cenário 2, foi aplicada uma máscara de modo a reduzir em 50% os valores obtidos.

Para a estimativa do volume de sedimentos produzidos, optou-se por utilizar a metodologia proposta por CAMPAGNOLI (2006), empregada para analisar o potencial de produção de sedimentos dos terrenos brasileiros. Para tanto, este autor tomou por referência as metodologias de elaboração de mapas de risco à erosão e ao assoreamento aplicadas por DINIZ (1998), IPT (2000) e CAMPAGNOLI (2002). Sequencialmente, as classes de taxas de produção de sedimentos propostas foram aferidas às informações de campo, decorrentes do levantamento das séries históricas de vazão sólida provenientes de dados de medições sedimentométricas e/ou correlação com a ocorrência de processos erosivos mapeados.

Após a construção dos dois cenários descritos anteriormente, obteve-se o mapa de potencial à produção de sedimentos para ambos. Esses mapas tiveram suas classes de potencial associadas às taxas de produção de sedimentos, conforme definido por CAMPAGNOLI (2005; 2006), que utilizou os dados sedimentométricos apresentados por FILIZOLA JR. (1999), CARVALHO et al. (2000) e LIMA et al. (2004). Para os cálculos de produção de sedimentos, adotaram-se valores médios das faixas apresentadas na Tabela 3, a exemplo dos estudos realizados por CAMPAGNOLI (2006), BORGES et al. (2009) e PAULA (2010).

Tabela 3: Classes de produção de sedimentos:

Classe de Produção de Sedimentos	Taxa de Produção de Sedimentos (t.km⁻².a⁻¹)	Valores adotados para a estimativa (t.km⁻².a⁻¹)
I- Muito baixa	< 5	5
II- Baixa	5 – 70	35
III- Moderada	70 – 200	135
IV- Alta	200 – 400	300
V- Muito Alta	> 400	450

Para a estimativa do valor total da produção anual de sedimentos por unidade hidrográfica ou para toda a área de drenagem da bacia do rio Jaguari, foi

Eduardo Vedor de Paula; João Guimarães; Diogo Rossi Ibaixe, Estimativa da produção de sedimentos e análise de cenários das áreas prioritárias à recuperação ambiental na bacia hidrográfica do rio Jaguari (MG/SP).

implementada a Equação 2. Enquanto que para a estimativa da produção média por quilômetro quadrado efetuou-se a divisão do resultado obtido na Equação 2 pela área total da unidade hidrográfica ou para toda a bacia do Jaguari.

$$PS = A_{cI} * 5 + A_{cII} * 35 + A_{cIII} * 135 + A_{cIV} * 300 + A_{cV} * 450 \quad (2)$$

Onde PS é a produção de sedimentos, A_{cI} é a área da classe de potencial muito baixo, A_{cII} área da classe de potencial baixo, A_{cIII} área da classe de potencial moderado, A_{cIV} área da classe de potencial alto, A_{cV} área da classe de potencial muito alto.

Os dois cenários simulados foram comparados na tentativa de se avaliar o impacto da restauração da vegetação das áreas de APP degradadas, no aporte de sedimentos ao rio Jaguari. Contudo, é necessário enfatizar que devido à presença do reservatório Jacaré-Jaguari no terço médio da bacia, o qual apresenta aproximadamente 44,8 km² e funciona como retentor de sedimentos efetuou-se o somatório do aporte sedimentar para as poções situadas à montante e à jusante da barragem do reservatório Jacaré-Jaguari separadamente.

Resultados e Discussão

O mapeamento da suscetibilidade geopedológica à produção de sedimentos na bacia do rio Jaguari evidenciou o predomínio da classe referente à baixa suscetibilidade, a qual recobriu 44,5% da área estudada, conforme se observa na Figura 2. Acredita-se que o predomínio da classe de baixa suscetibilidade na bacia, se deva à combinação de rochas com alto grau de coesão (baixa suscetibilidade), com declividades e solos de baixa a moderada suscetibilidade à produção de sedimentos.

A classe de suscetibilidade moderada apresentou 36% da área total, sendo que 507,08 km² desta classe foram mapeados nas unidades hidrográficas situadas à montante do reservatório Jacaré-Jaguari, onde são encontrados solos e declividades mais elevadas. Nas unidades hidrográficas à jusante do reservatório citado verificou-se a existência de 259,44 km² referentes à classe moderada.

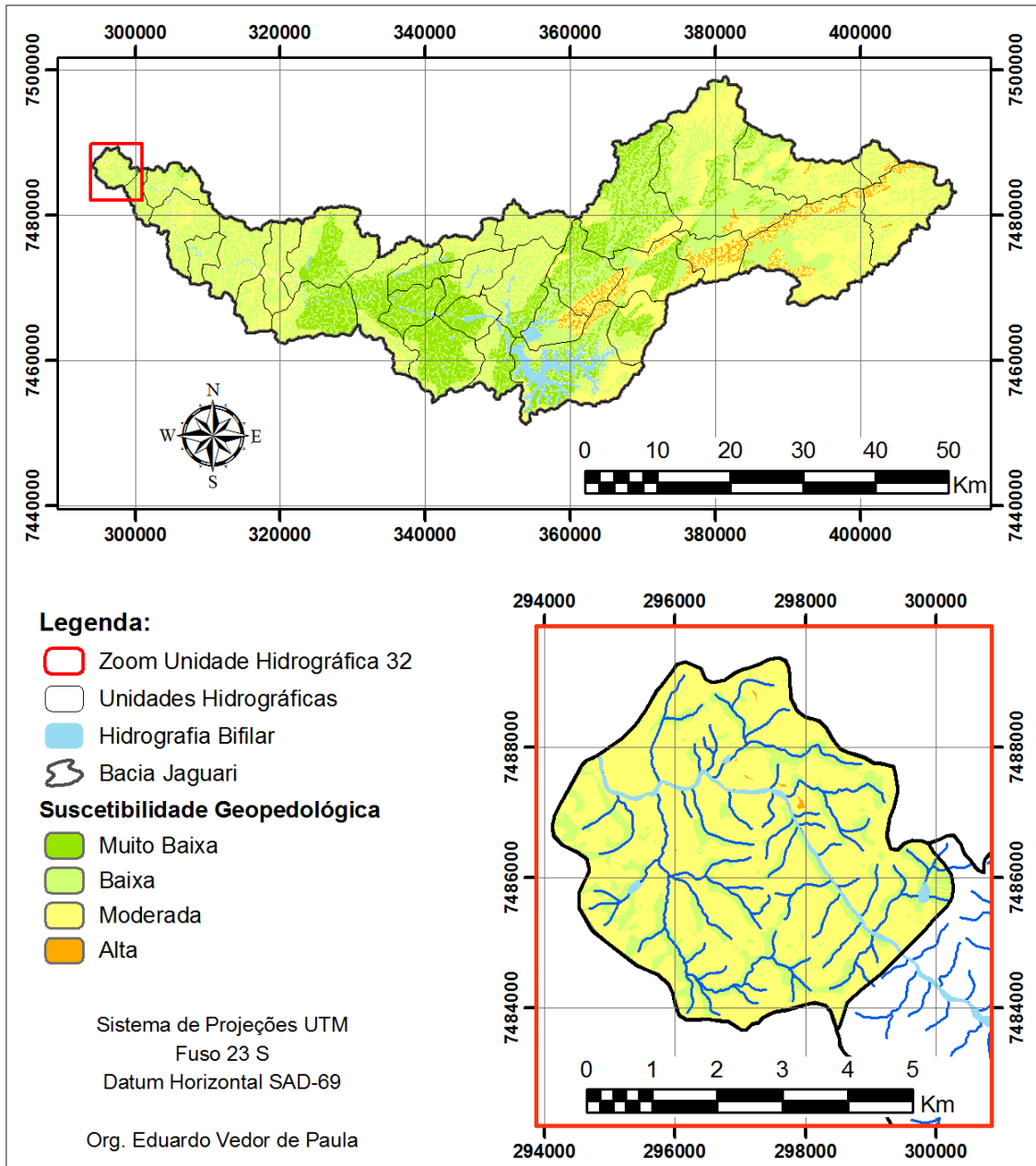


Figura 2: Suscetibilidade à produção de sedimentos na bacia do rio Jaguari.

Com 17,4% da bacia do Jaguari está a classe de muito baixa suscetibilidade, onde todos os fatores geopedológicos considerados na equação evidenciaram os menores valores possíveis de suscetibilidade. A classe de alta suscetibilidade correspondeu apenas 2,1% da área total, concentrando sua ocorrência nas unidades hidrográficas situadas à montante do reservatório Jacareí-Jaguari. Deve-se registrar que em função da praticamente inexistência de rochas sedimentares na área de estudo, não foi identificada nenhuma localidade com suscetibilidade muito alta.

Eduardo Vedor de Paula; João Guimarães; Diogo Rossi Ibaixe, Estimativa da produção de sedimentos e análise de cenários das áreas prioritárias à recuperação ambiental na bacia hidrográfica do rio Jaguari (MG/SP).

No que se refere aos resultados da estimativa da produção de sedimentos do Cenário 1, correspondente à cobertura vegetal e uso da terra recentes (2007/2010), notou-se que a porção situada à montante do reservatório Jacareí-Jaguari, apresentou volumes mais elevados em comparação aos estimados para a porção situada à jusante (95.369,9 t.a-1 e 71.873,9 t.a-1, respectivamente). Isso se deveu, sobretudo, à presença de importantes parcelas de suscetibilidade alta, sobrepostas ao uso de pastagem.

Conforme representado na Figura 3 (zoom), a porção situada próxima à foz da bacia que se refere ao município do Jaguariúna, evidenciou produção total de sedimentos no Cenário 1 de 2.332,7 t.a-1, o que corresponde a 105,0 t.km-2.a-1, sendo, portanto 38% superior à produção média da bacia do Jaguari. Esse elevado volume de sedimentos pode ser explicado pelo alto grau de intervenções existentes nesta porção da bacia, ou seja, 74,5% de sua área são recobertos pelos seguintes usos: pastagens, edificações, silvicultura, agricultura, solos expostos, estradas rurais e mineração.

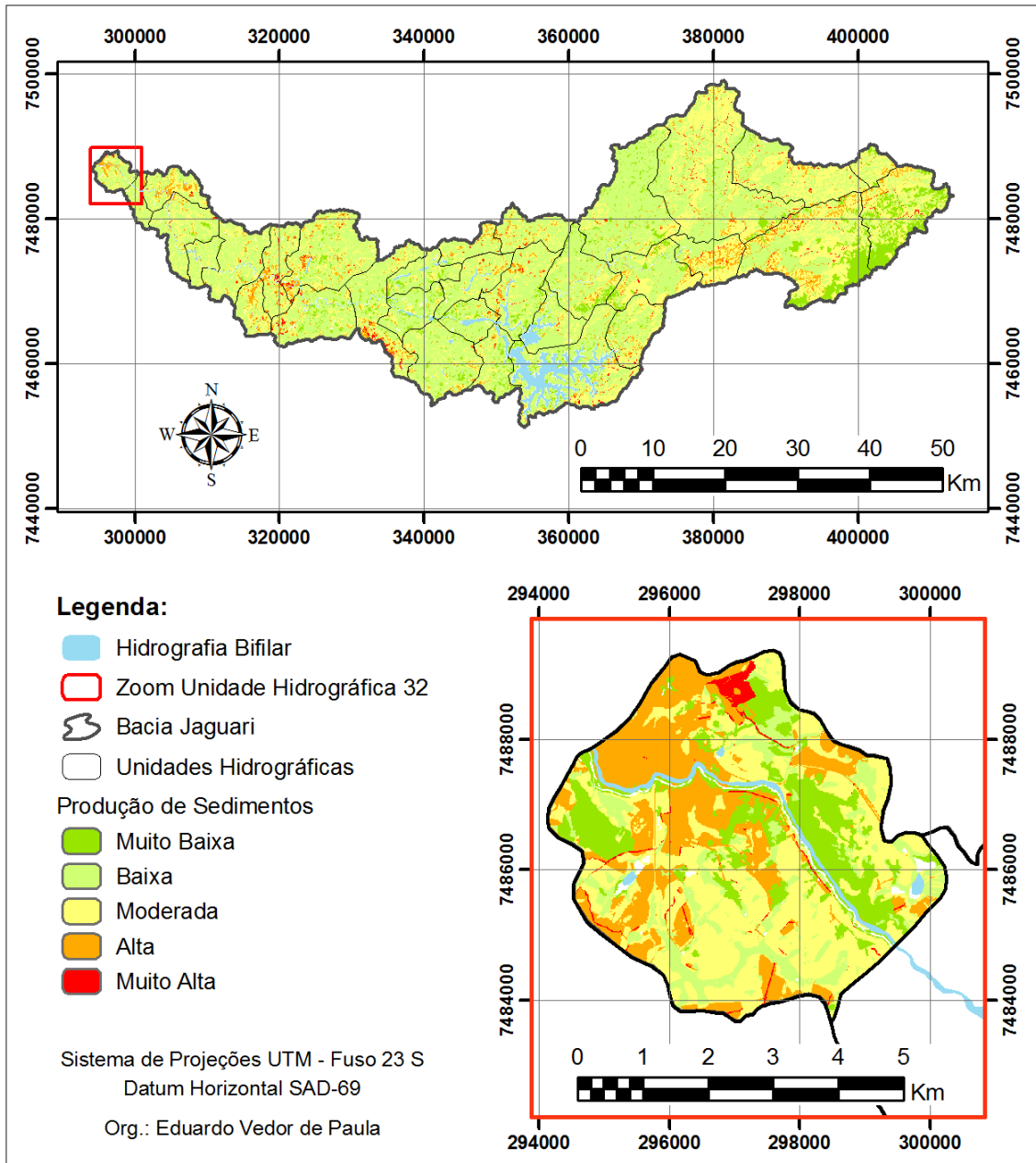


Figura 3: Estimativa da produção de sedimentos na bacia do rio Jaguari (Cenário 1).

O Cenário 2 de estimativa de produção de sedimentos, representado na Figura 4, contemplou a restauração com floresta em estágio avançado das áreas internas às APP's dos corpos hídricos (prioridades 1, 2 e 3), bem como a adoção de práticas conservacionistas em sistemas de produção agropecuária, externos às APPs dos corpos hídricos (prioridade 4). As quatro categorias de áreas prioritárias à recuperação ambiental totalizaram em toda a bacia 562,3 km², conforme representado na Tabela 4.

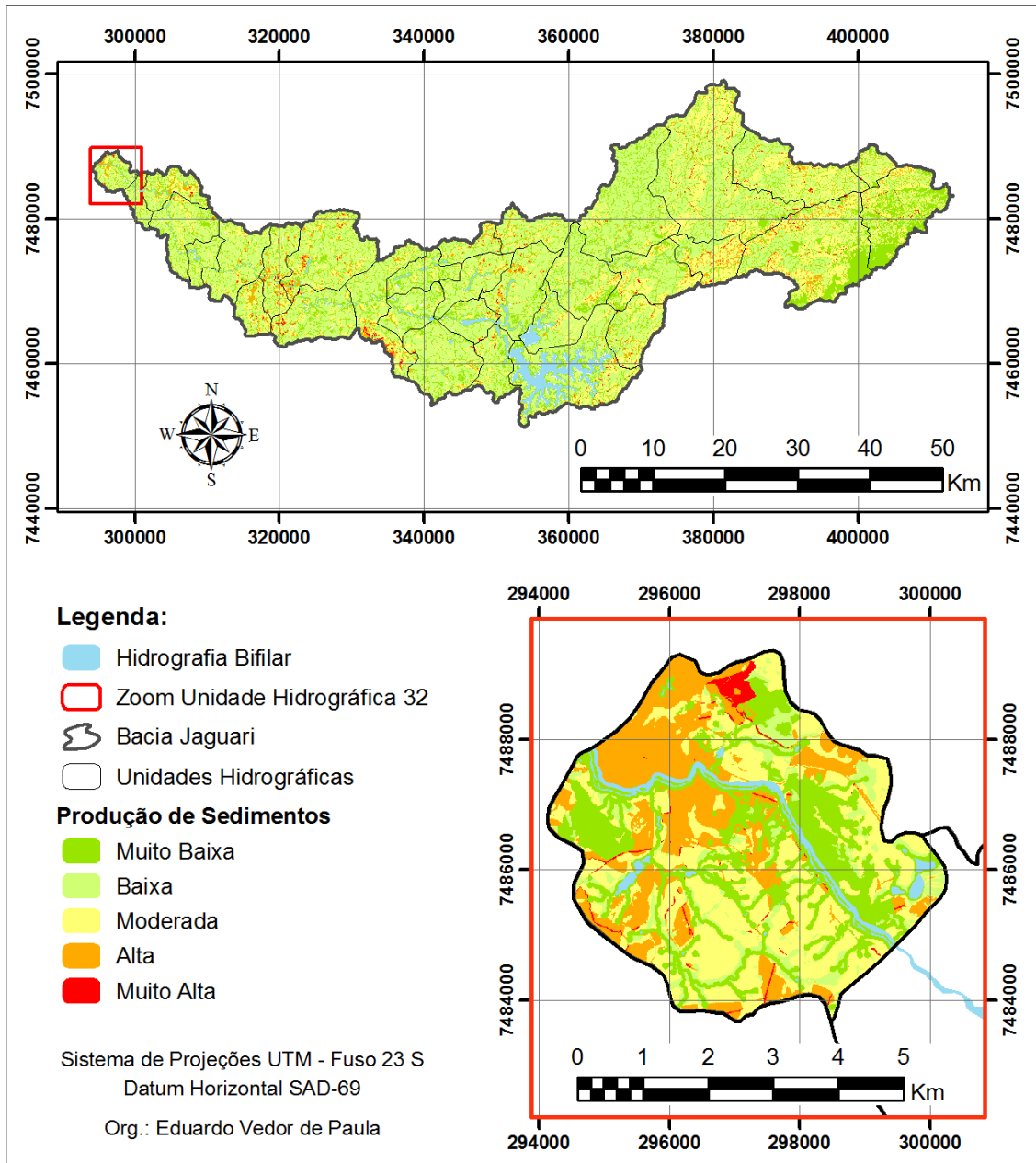


Figura 4: Estimativa da produção de sedimentos na bacia do rio Jaguarí (Cenário 2).

Neste segundo cenário a produção total de sedimentos na porção à montante continuou sendo superior, totalizando 18.406,3 t.a-1, à medida que a porção situada à jusante somou 15.986,7 t.a-1. Entretanto, quando se divide a produção total pela área (produção média) verifica-se que a porção à jusante do reservatório Jacareí-Jaguarí denota valor superior, isto é, 16,6 t.km-2.a-1, frente a 14,9 t.km-2.a-1.

Tabela 4: Áreas prioritárias à recuperação ambiental na bacia do rio Jaguari:

Prioridade	Área (km ²)	%
1	11,98	2,08
2	126,92	22,40
3	134,36	23,74
4	298,88	51,78

Ao se efetuar a comparação entre os dois cenários verificou-se redução de 80,7% no volume de sedimentos no Cenário 2, para a porção situada à montante do reservatório em questão (Tabela 5). Em termos absolutos a redução no aporte de sedimentos ao reservatório foi de 76.963,6 t.a-1.

Tabela 5: Estimativa da redução na produção de sedimentos para as unidades hidrográficas situadas à montante do reservatório Jacareí-Jaguari:

Código	Sub-bacia	Redução na Produção de Sedimentos		
		t.a ⁻¹	t.km ⁻² .a ⁻¹	%
1	JAGR110	6.576,36	62,98	82,57
2	JAGR211	1.777,05	81,77	86,40
3	JAGR106	7.827,07	73,88	83,07
4	JAGR100	14.003,90	78,23	79,08
5	JAGR108	16.411,76	68,68	81,74
6	JAGR217	5.446,17	112,05	84,75
7	JAGR105	4.751,17	63,52	81,80
8	JAGR104	5.417,60	37,55	76,47
9	JAGR107	3.258,20	45,36	76,64
10	JAGR111	1.722,49	39,44	75,32
11	JAGR082	3.563,70	68,49	79,08
12	JAGR080	6.208,10	41,23	79,84
Total		76.963,58	62,28	80,70

Na porção situada à jusante verificou-se redução de 77,8% na produção de sedimentos, o que corresponde à diminuição de 55.887,2 t.a-1 (Tabela 6). Desta forma, considerando-se a vazão média de longo termo de 18.646,4 L/s, calculada para a estação fluviométrica de Jaguariúna, estima-se redução dos sólidos em suspensão de 102,2 mg/L para 22,6 mg/L no rio Jaguari. O que certamente implicará, por exemplo,

Eduardo Vedor de Paula; João Guimarães; Diogo Rossi Ibaixe, Estimativa da produção de sedimentos e análise de cenários das áreas prioritárias à recuperação ambiental na bacia hidrográfica do rio Jaguari (MG/SP).

na redução de custos com tratamento de água, tornando economicamente viável o investimento na restauração de áreas degradadas e na manutenção de áreas conservadas da bacia do Jaguari.

Tabela 6: Estimativa da redução na produção de sedimentos para as unidades hidrográficas situadas à jusante do reservatório Jacaré-Jaguari: (Comparação entre os Cenários 1 e 2)

Código	Sub-bacia	Redução na Produção de Sedimentos		
		t.a ⁻¹	t.km ⁻² .a ⁻¹	%
13	JAGR076	2.748,00	61,29	77,74
14	JAGR081	3.914,86	52,32	77,31
15	JAGR149	1.869,87	45,91	76,20
16	JAGR077	1.740,10	65,08	77,72
17	JAGR074	1.492,38	41,95	77,50
18	JAGR079	1.243,66	38,04	74,74
19	JAGR132	2.314,85	51,52	77,07
20	JAGR078	3.604,05	44,16	74,98
21	JAGR075	1.419,06	35,84	73,70
22	JAGR057	5.317,52	69,98	76,25
23	JAGR058	3.802,74	53,38	75,86
24	JAGR115	6.893,84	67,23	77,92
25	JAGR114	3.570,87	79,66	79,47
26	JAGR116	2.355,12	85,10	77,68
27	JAGR134	3.505,44	54,62	79,11
28	JAGR135	1.134,02	51,02	83,33
29	JAGR133	3.493,63	59,93	81,84
30	JAGR070	2.872,82	83,98	80,28
31	JAGR072	747,38	47,82	80,78
32	JAGR071	1.846,96	83,16	79,18
Total		55.887,19	58,18	77,76

Deve-se salientar que os resultados decorrentes das estimativas de produção de sedimentos mostraram-se compatíveis quando comparados aos estudos de CAMPAGNOLI (2005), BORGES et al. (2009) e PAULA (2010), nos quais foi empregada a metodologia de estimativa de produção de sedimentos adotada neste trabalho. Os

resultados também apresentaram compatibilidade aos obtidos por SOUZA JUNIOR (2013) que estimou a produção de sedimentos para o sistema Cantareira.

Considerações Finais

Embora a captação do município de Jaguariúna esteja localizada nas proximidades da foz da bacia do rio Jaguari, verificou-se que a recuperação das áreas prioritárias delimitadas na região de Jaguariúna (unidade hidrográfica 32), implicou na queda de 71.873,89 t.a-1 para 70.026,93 t.a-1 na produção de sedimentos, conseqüentemente os sólidos em suspensão reduziram de 102,18 mg/L para 99,56mg/L no rio Jaguari. Contudo, se as ações de recuperação ambiental se voltar para toda a porção da bacia situada à jusante do reservatório Jacareí-Jaguari, o qual atua como importante armadilha de sedimentos, estima-se redução dos sólidos em suspensão de 102,2 mg/L para 22,6 mg/L.

Desta forma, recomenda-se que a conservação de recursos hídricos mediante ações de Infraestrutura Verde, especificamente relacionadas à restauração das áreas delimitadas como prioritárias no presente estudo, sejam estas adotadas como medidas mitigatórias/compensatórias à produção de sedimentos no processo de renovação das licenças ambientais dos empreendimentos existentes na região, bem como no processo de licenciamento ambiental de novos empreendimentos que pretendem se instalar nesta bacia hidrográfica.

Dentre as limitações do método adotado para a delimitação e hierarquização das áreas fornecedoras de sedimentos, seguida da estimativa dessa produção, destaca-se a subjetividade inerente à etapa de ponderação dos elementos do meio físico, algo que demanda clareza nos critérios estabelecidos, visto que não existe consenso na literatura. Outro aspecto limitante à imediata aplicação do roteiro metodológico adotado para o desenvolvimento do presente estudo refere-se à necessidade de se dispor das informações cartográficas padronizadas, em termos de escala e georreferenciamento para a área estudada.

Entretanto, dentre os aspectos positivos do método adotado, deve-se destacar a combinação do baixo custo e o reduzido intervalo de tempo (três meses) necessário para sua aplicação, aliados à viabilidade de sua utilização em grandes extensões territoriais, para as quais não se dispõe de uma rede de monitoramento, com longas séries temporais de dados hidrossedimentológicos, a exemplo do que ocorre na bacia hidrográfica do rio Jaguariúna.

Agradecimentos

À The Nature Conservancy (TNC) por financiar o presente estudo e ao PCJ pelo fornecimento de bases cartográficas.

Referências:

BERTONI, J.; LOMBARDI NETO, F. Conservação do solo. Ícone, SP, 355 p., 1990.

BORGES, R. O.; SILVA, R. A. A.; CAMPAGNOLI, F.; CASTRO, S. S. Mapeamento da evolução da produção de sedimentos no setor sul da Alta Bacia do Rio Araguaia. In: Simpósio Nacional de Controle de Erosão, 8. São Paulo, 2009. Anais do VIII Simpósio Nacional de Controle de Erosão, 2009. CD-ROM.

BRASIL. Lei Federal n. 4771/65, de 15 de setembro de 1965, alterada pela Medida Provisória nº 2.166 – 67, de 24 de agosto de 2001. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Código Florestal Brasileiro. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2001.

BRASIL. Lei Federal n. 12.727/12, de 17 de outubro de 2012. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Código Florestal Brasileiro. Brasília, DF: Congresso Nacional, 2012.

CAMPAGNOLI, F. A aplicação do assoreamento na definição de geoindicadores ambientais em áreas urbanas: exemplo na bacia do Alto Tietê, SP. São Paulo, 2002, 192f. Tese (Doutorado em Geologia). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

CAMPAGNOLI, F. The Brazilian lands: rates os potencial production of sediments. In: Sediment Budgets Symposium, 7. Foz do Iguaçu, PR, Brazil 2005. Anais of VII IAHS Scientific Assembly. 2005. CD-ROM.

CAMPAGNOLI, F. The production of the sediment from South American: propose of mapping of the erosion rates based on geological and geomorphological aspects. Revista Brasileira de Geomorfologia. Uberlândia: UFU. ano 7, n.1, 2006, p. 3-8.

Eduardo Vedor de Paula; João Guimarães; Diogo Rossi Ibaixe, Estimativa da produção de sedimentos e análise de cenários das áreas prioritárias à recuperação ambiental na bacia hidrográfica do rio Jaguari (MG/SP).

CARVALHO, N. O.; FILIZOLA, N. P.; SANTOS, P. M. C.; LIMA, J. E. F. W. Guia de avaliação do assoreamento de reservatórios. 1 Ed. Brasília: Dupligráfica Editora Ltda. 2000, v.1. 140p.

CHAVES, H. M. L; BRAGA JR., B.; DOMINGUES, A. F.; SANTOS, D. G. Quantificação dos custos e benefícios do “Programa do Produtor de Água”/ANA: I. Teoria. Revista da ABRH. 2004.

CORRÊA, C. M. C.; DEDECEK, R. A. Erosão real e estimada através da RUSLE em estradas de uso florestais, em condições de relevo plano a suave ondulado. Revista Floresta. Curitiba, v.39, n.2. 2009. p.381-391.

CPTI (Cooperativa de Serviços e Pesquisas Tecnológicas e Industriais). Balanço e modelagem de nutrientes e sedimentos nas bacias hidrográficas do Sistema Cantareira de abastecimento de água de São Paulo. Relatório Final – Volume 1. 2011.

CREPANI, E.; MEDEIROS, J. S.; HERNANDES FILHO, P.; FLORENZANO, T. G.; DUARTE, V.; BARBOSA, C. C. F. Sensoriamento Remoto e geoprocessamento aplicados ao Zoneamento Ecológico-Econômico e ao ordenamento territorial. São José dos Campos: INPE. 2001.

DE MARIA, I. C.; LOMBARDI NETO, F. Razão de perdas de solo e fator C para sistemas de manejo da cultura do milho. R. Bras. Ci. Solo, Campinas, v 21(2):263-270, 1997.

DERPSCH, R. Sustainable agriculture, in Saturnino & Landers (eds.): The environment and zero tillage. APDC-FAO, Brasilia, p. 31-53, 2002.

DINIZ, N. C. Automação da cartografia geotécnica: uma ferramenta de estudos e projetos para avaliação ambiental. São Paulo, 1998. Tese (Doutorado). Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (EDUSP). 2vol.

FILIZOLA, N. O fluxo de sedimentos em suspensão nos rios da Amazônia Brasileira. 1 Ed. Brasília: ANEEL, 1999. v.1. 63p.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Manual de classificação da vegetação brasileira. Série Manuais Técnicos em Geociências. n. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 1992.

IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo). Diagnóstico e Monitoramento do assoreamento dos reservatórios da Região Metropolitana de São Paulo. São Paulo, 2000. Relatório Parcial 2.

LEITE, P. F. As diferentes unidades fitoecológicas da região Sul do Brasil. Curitiba, 1994. Dissertação (Mestrado em Ciências Florestais). Setor de Ciências Biológicas, Universidade Federal do Paraná.

Eduardo Vedor de Paula; João Guimarães; Diogo Rossi Ibaixe, Estimativa da produção de sedimentos e análise de cenários das áreas prioritárias à recuperação ambiental na bacia hidrográfica do rio Jaguari (MG/SP).

LEPRUN, J. C. Manejo e Conservação de solos do Nordeste. Relatório de fim de Convênio de Manejo e Conservação do Solo do Nordeste Brasileiro (1982-83). Sudene-Orstom. Recife, 271 p., 1983.

LIMA, J. E. F. W.; SANTOS, P. M. C.; CARVALHO, N. O.; SILVA, E. M. Diagnóstico do fluxo de sedimentos em suspensão na bacia Araguaia-Tocantins. Brasília: EMBRAPA Cerrados; ANA; ANEEL, 2004. 116p. Relatório Técnico. CD-ROM.

MARGOLIS, E.; SILVA, A.B.; JAQUES, F. O. Determinação dos fatores da EUPS para as condições de Caruaru (PE). R. Bras. Ci. Solo, Campinas, V. 9 (2):165-169, 1985.

NOWATZKI, A.; SANTOS, L. J. C.; PAULA, E. V. Utilização do SIG na delimitação das Áreas de Preservação Permanente (APP's) na bacia do rio Sagrado (Morretes-PR). Sociedade & Natureza. Uberlândia. v.22. n.1. 2010. p.121-134.

OLIVEIRA. J. B.; CAMARGO, M. N.; ROSSI, M.; CALDERANO FILHO. Mapa pedológico do Estado de São Paulo: legenda expandida. Campinas/Rio de Janeiro: Instituto Agrônomo/Embrapa, 1999.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Programa Floresta Atlântica. Mapeamento da Floresta Atlântica do Estado do Paraná. Curitiba: SEMA. Relatório Final. 2002. CD-ROM.

PAULA, E. V. Análise do Processo de Produção de Sedimentos na Área de Drenagem da Baía de Antonina: Uma Abordagem Geopedológica. Tese (Doutorado em Geografia) Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2010.

PAULA, E. V.; CUNICO, C. Delimitação das áreas prioritárias à recuperação ambiental na bacia hidrográfica do Rio Pequeno (Antonina/PR). In: BOLDRINI, E. B.; SORAES, C. R.; PAULA, E. V.(Orgs.). Dragagens Portuárias no Brasil: Engenharia, Tecnologias e Meio Ambiente. Antonina: ADEMADAN; UNIBEM; Secretaria de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social (MCT). 2008. 296p.

PAULA, E. V.; SANTOS, L. J. C.; UBER, J. A. Análise da Suscetibilidade Geopedológica à Produção de Sedimentos na Área de Drenagem da Baía de Antonina/PR. Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA. v. especial VIII SINAGEO, n.2, p.134-147. (doc. 4.25).

RODERJAN, C. V.; GALVÃO, F.; KUNIYOSHI, Y. S.; HATSCHBACH, G. G. As unidades fitogeográficas do estado do Paraná, Brasil. Ciência e Ambiente. Santa Maria, n.24. 2002 p.75-92.

SOUSA JUNIOR, W. C. Pagamento por Serviços Ecosistêmicos: sedimentos e nutrientes sistemas de abastecimento da RMSP. Relatório Técnico. São Paulo: SMA, 2013.

TARBOTON, D. G.; BRAS, R. L.; RODRIGUEZ-ITURBE, I. On the Extraction of Channel Networks from Digital Elevation Data. Hydrological Processes. n.5, 1991, p.81-100.

Eduardo Vedor de Paula; João Guimarães; Diogo Rossi Ibaixe, Estimativa da produção de sedimentos e análise de cenários das áreas prioritárias à recuperação ambiental na bacia hidrográfica do rio Jaguari (MG/SP).

THOMAZ, E. L.; PEREIRA, A. A. Estrada rural não pavimentada como fonte de escoamento superficial e sedimento. *Revista Brasileira de Geomorfologia*. Uberlândia. v.14, n.1, 2013, p. 13-21.

TNC (The Nature Conservancy). *Recuperação Ambiental na Bacia Hidrográfica do Rio Jaguari/SP: Plano de Negócios*. Curitiba: BRIIX (Brazil's Impact Investment Exchange), 2014. 44p.

A vitrine e a guerra: estratégias territoriais de ocupação e integração das favelas cariocas

Marcos Barreira *

Resumo: O presente artigo tem como objeto a lógica espacial da ocupação militar das favelas cariocas a partir de 2008, com a criação das Unidades de Polícia pacificadora (UPPs). Além de descrever os conflitos desencadeados pelo processo de “pacificação”, analisamos a estratégia de intervenção política orientada para a produção de uma nova polarização socioespacial. Tendo como ponto de partida da análise da escala da cidade, concluindo que, enquanto o aparato político-midiático exalta a novidade e as virtudes da forma de enfrentamento do crime, que teria, finalmente, permitido ao Estado “recuperar territórios”, o saldo real das UPPs foi o recrudescimento das disputas por territórios e a expansão da criminalidade violenta nas áreas negligenciadas pelo Estado.

Palavras-chave: território, pacificação, estratégia espacial.

THE SHOP WINDOW AND THE WAR: TERRITORIAL STRATEGIES OF OCCUPATION AND INTEGRATION OF RIO DE JANEIRO'S SLUMS

Abstract: The spatial logic of the military occupation in Rio de Janeiro's favelas/slums since 2008, following the creation of the Pacifying Police Unit (UPP), is the subject of this article. The conflicts triggered by the pacification process were described and the politics interventions strategies, aimed to the production of a new sociospatial polarization, were also analyzed. Taking as a starting-point the city scale, it is concluded that, while the politics and the media extol the news and the virtues of this way of tackle the crime, the UPP's real result was the intensification of the quarrel for territories and the increase of the violent criminality in the neglected areas by the State.

Keywords: Territory, pacification, spatial strategy.

* Geógrafo (UERJ), Mestre e Doutor em Psicologia Social (UERJ). E-mail: marcosbarreira01@hotmail.com

LA VITRINE ET LA GUERRE: STRATEGIES TERRITORIALES D'OCCUPATION ET D'INTEGRATION DES BIDONVILLES CARIOCAS

Résumé: Le sujet de cet article c'est la logique spatiale de l'occupation militaire des bidonvilles cariocas, à partir de la création des Unités de Police Pacificatrice en 2008 (UPP's). Au-delà de décrire les conflits engendrés par le processus de « pacification », on analyse la stratégie d'intervention politique orientée vers la production d'une nouvelle polarisation socio-spatiale. En ayant l'échelle de la ville comme référence géographique, on peut conclure que tandis que l'appareil politico-médiatique prône la nouveauté et les vertus de cette façon d'affronter le crime (ce qu'il y aurait finalement permis l'État de récupérer les territoires), le résultat réel des UPP's a été l'exacerbation des conflits pour les territoires et l'expansion de la criminalité violente dans les aires négligées par l'État.

Mots-clés: territoire; pacification ; stratégie spatiale ; UPP's ; Rio de Janeiro.

“A UPP é uma vitrine construída com dificuldade”.
**Dirceu Viana, chefe da assessoria de comunicação da Secretaria
de Segurança.**

Durante os últimos cinco anos, a UPP foi o símbolo das “mudanças positivas” alardeadas pelos discursos oficiais, representando a imagem de ordem que convém ao período de prosperidade pelo qual a cidade do Rio de Janeiro estaria passando. Tratar-se-ia de uma retomada do crescimento econômico garantida pelas ocupações militares, não fosse o fato de que, no Rio, somente estas últimas se fazem presentes na vida cotidiana. A militarização do espaço urbano favoreceu um modelo de cidade voltada para o lucro, com impulsos de fragmentação do espaço. Isso significa que existem mudanças profundas na cidade, mas não no que diz respeito ao problema da violência. As transformações realizadas pelo Estado e pelas tendências de mercado têm se caracterizado pelo aumento da segregação socioespacial e pela dissolução de formas de sociabilidade – por isso mesmo, o processo de integração econômica das favelas pode ser considerado tão aparente quanto o crescimento econômico.¹ A

¹ Um estudo da FGV, publicado em agosto 2010, constatou o aumento da pobreza na cidade do Rio, no que poderíamos chamar de “integração negativa”: entre 1996 e 2008, “o Rio se integrou em renda não pela melhoria da favela, mas pela queda do asfalto”. Ver “Desigualdade e favelas cariocas. A cidade partida está se integrando?”. Disponível em: <http://cps.fgv.br/favela>. Acesso em fev. 2014.

ampliação dos instrumentos repressivos não diminuiu a criminalidade, mas os indicadores de violência foram habilmente subestimados, em práticas policiais oficiosas e operações de maquiagem estatística, para criar um contexto favorável aos investimentos. Nesse quadro, as UPPs alcançaram o objetivo de construir uma imagem de segurança baseada no controle territorial que, por sua vez, criou o que poderíamos chamar de “condições subjetivas” para outras intervenções urbanas.

Para compreender esse tríplice papel das UPPs na dinâmica da cidade — e na relação da cidade com outros lugares — é preciso considerar as estratégias territoriais adotadas pelo Estado desde o início dessa nova forma de intervenção nas favelas cariocas. Esta compreensão é ainda mais necessária quando nos deparamos com um conjunto de abordagens nas quais é frequente o uso da palavra “território” e outras metáforas espaciais, mas estão ausentes os raciocínios geográficos que definem a distribuição das forças militares (e dos investimentos) pelo espaço urbano — uma preocupação que tem menos a ver com a produção de discursos de verdade sobre um determinado campo teórico do que com a urgência de lidar com uma dimensão negligenciada do processo de militarização social. Quando falamos em estratégias, pensamos no uso do domínio político do espaço, algo que requer manobras de guerra para alcançar objetivos — especialmente econômicos —, à sombra das quais são produzidos os mais variados discursos sobre o território.² Uma abordagem consistente do processo de “pacificação” implica uma série de questões que envolvem poder político, interesses econômicos e modificações na estrutura urbana. Nesse ponto de vista, o problema da “segurança” é correlato às dinâmicas de revitalização econômica de áreas subutilizadas da cidade, especulação imobiliária e integração econômica parcial de aglomerados de baixa renda. São formas renovadas de apropriação do espaço através das quais a representação social das favelas cariocas é modificada, especialmente no que diz respeito à dualidade — mais aparente do que real — entre “espaços integrados” e “espaços de conflito”.

² O emprego do termo *estratégia* guarda uma relação próxima com a noção de espaço estratégico em Henri LÉFEBVRE (1976: 139). Sobre o conceito de território ver Claude RAFFESTIN (1993: 143-4).

A “pacificação” deve ser vista como uma estratégia abrangente e, ao mesmo tempo, seletiva. O que ocorre em cada um dos lugares incluídos no programa encontra sua razão de ser na concepção de cidade que norteia o conjunto das intervenções estatais. No entanto, a maior parte das abordagens sobre o tema dá ênfase às dinâmicas locais, em “estudos de caso” que, com frequência, perdem de vista o conjunto (o que não os impede de obter resultados). Além disso, há o risco da generalização de aspectos isolados. Para apreender os processos sociais na escala da cidade e as formas diferenciadas de intervenção sobre os territórios, é necessário recorrer a uma visão mais extensiva.³ De um ponto de vista mais global, podemos afirmar que as recentes modificações do quadro geral da política de segurança pública ocorrem menos em termos de “retomada” de territórios do que de ajuste, redistribuição e reconfiguração das práticas ilegais. Igualmente, a “integração” das favelas no contexto pós-UPP, isto é, a partir de 2008, coexiste com processos bastante evidentes de segregação socioespacial. Para chegar a essa conclusão é imperativo sobrepor os mapas das ocupações de favelas, da criminalidade violenta e dos grandes investimentos públicos e privados. Assim, é possível ligar as UPPs a um projeto político-empresarial que pensa a cidade a partir da valorização do espaço urbano.

Inicialmente, as UPPs serviram bem ao propósito de “acabar com a visibilidade da violência do tráfico de drogas e eliminar os conflitos armados em áreas de alta renda que concentram atrativos para os consumidores vindos de fora” (BARREIRA, 2013: 145). Mas, ao invés da pacificação social, o que esse modelo de segurança produziu foi a reconfiguração econômica e espacial dos conflitos: “com as UPPs, a situação [de crise] se agrava e a guerra por territórios se intensifica” (BARREIRA, 2013: 148). É claro que isso não deve ser confundido com o fracasso do modelo vigente, tendo em vista que seus objetivos foram alcançados: ele funcionou como fiador do empreendimento olímpico, além de produzir um efeito direto sobre a valorização patrimonial das camadas proprietárias e sobre a gentrificação das favelas integradas ao circuito

³ Não é o caso de analisar o mesmo fenômeno em escalas diferentes, pois a modificação na escala impõe uma problemática nova. A abordagem aqui proposta se situa no mesmo plano da ação urbanística e militar em questão. Como lembra Yves LACOSTE, “existem níveis de análise que é preciso privilegiar, pois eles correspondem a espaços operacionais, em decorrência das estratégias e táticas elaboradas” (1997: 81).

turístico – isso para mencionar apenas o aspecto econômico. Ao mesmo tempo, é possível afirmar que, mesmo enfrentando dificuldades, o objetivo de reconstrução da imagem da instituição policial foi parcialmente alcançado.⁴ Por outro lado, essa abordagem — como tantas outras — trata o fenômeno “UPP” como algo homogêneo, sem considerar diferenças importantes relacionadas às estratégias de ocupação territorial. Essa dimensão até agora não tematizada pela análise teórica diz respeito à concepção geral do projeto e ao seu *modus operandi*, ou seja, inclui tanto os conteúdos profundamente diferenciados que se escondem por trás da forma-imagem “UPP”, quanto as estratégias adotadas para selecionar as favelas ocupadas.

A lógica espacial da ocupação militar das favelas

O “mapa das UPPs” parece revelar uma política de caráter acessório (e até mesmo provisório), a serviço dos megaeventos e, de fato, ele foi interpretado dessa maneira, sem que se levasse em consideração a real dimensão do processo de militarização. Mas a “pacificação” tornou-se, após cinco anos de existência, uma política com alcance muito maior do que os seus críticos imaginavam – e, não obstante, menor do que aparenta ser. Ela tem, é claro, relação direta com os grandes espetáculos esportivos, no sentido amplo da atuação do Estado em harmonia com a lógica seletiva dos interesses privados; uma relação que ultrapassou em muito os interesses envolvidos na preparação da cidade para as Olimpíadas de 2016. O circuito de grandes eventos é apenas um instrumento usado para a mobilização de recursos financeiros. Ao invés de reduzir de modo utilitarista as UPPs a uma determinada iniciativa político-empresarial, é preferível defini-las, de maneira mais geral, como a face policial-militar do empreendedorismo urbano. Não são, de qualquer forma, parte de uma política pública para o conjunto da cidade e sim uma estratégia de segurança feita sob medida para a

⁴ Um relatório do Banco Mundial nos informa que: “... embora a UPP represente uma tentativa de trazer a paz para as favelas para quem vê de fora e para a narrativa oficial, na visão da maioria dos moradores a UPP representa uma tentativa por parte do Estado de pacificar a polícia. No entanto, alguns casos de abuso que foram relatados mostram que esse novo relacionamento ainda precisa ser institucionalizado. Embora reconheçam a mudança do comportamento da nova polícia, os moradores em geral também enfatizam que essa nova relação “depende do plantão” de cada policial ou capitão”. (*O retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro. Uma análise da transformação do dia a dia das comunidades após o processo de pacificação das UPPs*. Banco Mundial, 2013. Disponível em: http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2013/03/15/000333037_20130315120855/Rendered/PDF/760110ESWOP12300Rio0de0Janeiro02013.pdf. Acesso em fev. 2014.

garantia de espaços de lucratividade cada vez mais estreitos e artificialmente induzidos pelo crédito estatal. Em torno dessas ilhas de prosperidade baseadas na simulação financeira encontramos um quadro de deterioração pós-urbano composto por pequenos empresários da miséria, indivíduos “inempregáveis”, desabrigados, catadores de lixo, dependentes químicos e bandos armados a controlar territórios e atividades clandestinas. Daí a necessidade de agir em algumas áreas antes negligenciadas e tirar do caminho o crime violento, afastando-o tanto quanto possível dos locais de circulação da riqueza.

Para ilustrar esse movimento, basta reconstituir o processo de implantação das UPPs, iniciado em dezembro de 2008. Atualmente, a cidade conta com trinta e seis unidades, muito irregularmente distribuídas. O primeiro passo foi a ocupação de pequenas favelas na zona sul carioca, sucedida por uma operação semelhante em morros da área central da cidade – o que produziu uma resposta imediata do tráfico. Em seguida, um cerco militar improvisado aos complexos do Alemão e da Penha, em decorrência dos “ataques”, exigiu das Forças Armadas uma ação que se prolongou por mais de um ano.⁵ Esse episódio, marcado pela imagem da fuga da Vila Cruzeiro, colocou a Secretaria de Segurança numa situação defensiva. Pela primeira vez, ficou em evidência o problema do deslocamento das atividades criminosas. Foi elaborado, então, um discurso *ad hoc*, no qual a ênfase era colocada nos “territórios ainda não dominados”, como se houvesse uma tendência à ocupação de todas as favelas da cidade – uma fala corroborada pelos discursos eleitorais do governador Sérgio Cabral. Para o coronel Mário Sérgio Duarte, então no comando geral da Polícia Militar, a opção pelo “cerco” foi uma estratégia bem definida: teria sido não um efeito inesperado, mas um resultado calculado pelas forças de segurança.⁶ Essa versão, que pressupõe a ideia fantasiosa do Complexo do Alemão funcionando como uma espécie de núcleo do tráfico a partir do qual a violência se dispersava pelo resto da cidade, caiu por terra até mesmo nas falas oficiais subsequentes, além de ter sido desmentida também na

⁵ Com a saída do Exército, foram criadas oito UPP nesta região, com um total aproximado de 1300 policiais.

⁶ “Polícia, câmera, ação”, *Revista Piauí*, Edição 74, ago. 2010. Disponível em: <http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-47/questoes-de-seguranca/policia-camera-acao>. Acesso em fev. 2014.

prática, pela forma como o setor de inteligência da Secretária de Segurança planejou as ações.

Primeiramente, foram identificadas 97 áreas enquadradas na categoria de territórios a serem “retomados”. A Secretaria “elaborou uma relação de todos os pontos do Rio que padeciam de três mazelas diferentes: o Estado não se fazia presente, havia domínio ostensivo de traficantes ou milicianos armados e estavam sob o controle de uma ideologia de facção”.⁷ Não havia, portanto, nenhum centro difusor da violência. O diagnóstico mostrava a fragmentação da estrutura do tráfico armado e sua abrangência – uma situação agravada pela presença dos grupos paramilitares. Em função da enorme quantidade de áreas que permaneciam fora de controle, foi necessário definir um novo critério de ação governamental a partir do nível de periculosidade apresentado por cada um desses lugares. Chegou-se, então, a um número menor, os 47 locais prioritários (número um pouco superior às 44 UPPs anunciadas como objetivo pela Coordenadoria da PM). No entanto, esse plano jamais foi adotado. O que ocorreu a partir de 2009, na fase de expansão do programa, foi uma verdadeira inversão de perspectiva: ao invés de agir nas áreas de maior poder das quadrilhas de traficantes e milicianos, a Secretaria de Segurança decidiu “atacar pelas beiradas”, o que resultou no “cerco final”. De acordo com a versão da própria Secretaria, era preciso escolher entre duas vias de ação: “Poderíamos começar pelo núcleo” – ou seja, o Complexo do Alemão – “e provocar um espalhamento de criminosos, ou partir para outras áreas, deixando que eles se reunissem num único lugar”.⁸ Essa versão oficial dos fatos teve a dupla vantagem de responder à crítica de que as UPPs apenas mudavam o crime de lugar e, além disso, permitir – com ajuda da cobertura midiática — a construção de uma grande expectativa em torno do “dia D”, símbolo da “regeneração” da cidade. Uma imagem duplamente falsa, se considerarmos que foi a política adotada pelo Estado que provocou o adensamento de uma das facções naquele local e que o resultado da operação de retomada do Complexo do Alemão foi uma nova fragmentação das redes do tráfico de drogas.

⁷ Idem.

⁸ Idem.

A maior dificuldade na construção da vitrine de segurança era evitar que os confrontos fossem travados nas adjacências dos bairros “nobres” e com grande circulação turística. As facções do tráfico foram empurradas para as periferias, definidas pelos critérios do governo como “não prioritárias”. Nessas condições, era forçoso o espalhamento das quadrilhas atingidas pelas UPPs. O Estado fez apenas uma opção pelo direcionamento da chamada migração do crime para longe do campo de visão da opinião pública.⁹ De fato, a “pacificação”, entendida como construção da imagem de uma cidade segura, jamais poderia começar com uma intensificação dos conflitos nos bairros mais ricos. Se fosse inaugurada com uma grande operação militar nas favelas da zona norte, daria início a uma disputa por territórios nas áreas turísticas da cidade. Com a mudança de perspectiva, manteve-se a meta dos 44 (ou 47) locais prioritários, mas os critérios anteriores foram abandonados. Havia agora um fator novo: a visibilidade das operações visando à adesão da população. De acordo com o novo critério, a implantação das UPPs não levaria em conta a periculosidade das áreas e sim o caráter estratégico de determinados locais. Assim, se impôs uma visão mais orientada para a produção da imagem de segurança do que para a diminuição da criminalidade violenta. Se antes de 2009, metade das áreas identificadas como “fora do controle do Estado” e “submetidas a ideologias de facção” havia ficado de fora dos planos, nos anos seguintes a escolha das prioridades para a intervenção na metade restante seria redefinida a partir do *marketing urbano* e das pressões da “opinião pública”. Para simplificar: entre uma área violenta e outra, com localização privilegiada, a escolha tem de recair sempre sobre a segunda (o mesmo valendo para

⁹ A migração acontece quando um grupo criminoso se muda para outra favela dominada pela mesma facção e de lá prepara incursões contra adversários. Essencialmente, as facções, criadas a partir de alianças no interior do sistema carcerário ou nas disputas pelos lucros do tráfico, funcionam como uma rede de apoio para ações contra inimigos e refúgio para foragidos e lideranças destituídas. Nesse momento (entre 2009 e 2010), os integrantes da facção que se tornou alvo preferencial das operações policiais, nos morros da zona sul e da região da Grande Tijuca, começaram a se concentrar nas favelas da chamada zona da Leopoldina (especialmente a Vila Cruzeiro). A partir daí, o Complexo do Alemão exerceu um papel chave na distribuição de armas e drogas para as favelas dominadas pelo Comando Vermelho. Essa migração ocorreu a partir de uma estrutura de organização muito elementar, sem planejamento ou estratégia. É interessante observar o papel do chamado “funk proibido” nos conflitos. De exaltação dos chefes e do estilo de vida das facções, ele passou a funcionar como um meio de comunicação improvisado entre as favelas através do qual é possível acompanhar a movimentação dos grupos armados. A maior parte das informações sobre a guerra do tráfico - inclusive a sua lógica territorial - circulam mais rapidamente nas letras desse tipo de música funk do que no noticiário, mas, ao contrário das mídias convencionais, elas permanecem restritas às favelas.

áreas com potencial de valorização imobiliária ou acesso às localidades centrais da cidade). Desse modo, as UPPs resguardaram um segmento da metrópole que é vital para a construção da “Cidade Olímpica” e, no interior desses espaços, colocaram quase todas as favelas sob controle policial. No restante da cidade, a guerra continuou sem trégua. Quanto ao episódio do Complexo do Alemão, podemos ver na ação das Forças Armadas um recurso de emergência. A ocupação militar daquele conjunto de favelas foi menos uma ação planejada do que um efeito colateral da expansão das primeiras UPPs. E sua consequência foi o contrário do anunciado pela Secretária de Segurança: uma nova onda da migração do tráfico.

Outra etapa da estratégia teve início com a operação Choque de Paz, que dominou as grandes favelas da zona sul.¹⁰ Os primeiros objetivos foram alcançados com a ajuda dos meios de comunicação e dos principais atores políticos. Foi o momento de concentrar as forças nas áreas com maior potencial econômico. Nessa etapa, era necessário lidar com a situação nova e mais complexa das áreas de conflito em favelas com dimensões muito maiores que as anteriores. Foi o caso do Complexo do Alemão e das favelas da Penha, ocupadas pelo Exército. Pode-se dizer que a operação conduzida pelas Forças Armadas e pelas polícias na Rocinha, além de consolidar a ação do Estado na zona sul, inaugurou esse novo estágio, no qual ainda nos encontramos. A ocupação das favelas do Jacarezinho e Mangueiras, em janeiro de 2013, que possuem, juntas, uma população similar à da Rocinha, é parte dessa mesma etapa, marcada pela dificuldade de administração dos territórios ocupados. O conjunto de favelas da Maré, cuja ocupação está planejada para 2014, deve apresentar as mesmas dificuldades.

Existe ainda uma segunda estratégia espacial que diz respeito à concepção das UPPs. Estas costumam apresentar diferenças conforme a localização e a função que desempenham no conjunto do plano de controle social armado. Poderíamos dividi-las de forma quase típico-ideal em: vitrines da política estadual, contextos de conflito permanente e modelos de intervenção mínima. Como disse o secretário de Segurança,

¹⁰ A favela da Rocinha foi ocupada em dezembro de 2011, mas a UPP só foi inaugurada em setembro de 2012. De acordo com os dados da Secretaria de Segurança, a unidade é responsável por “atender” mais de 70 mil moradores e aproximadamente 26 mil habitações. Na mesma época, o morro do Vidigal, próximo aos bairros de São Conrado e Leblon, também foi ocupado.

José Mariano Beltrame, “cada caso é um caso, assim como cada uma das 28 UPPs [em 2012] do Rio nos apresentou desafios variados e bem diferentes”.¹¹ O que à primeira vista parece um bom aprendizado, pode ser visto, de outro ângulo, como a concepção que orienta desde o início as operações. Aproximam-se do primeiro caso as favelas pequenas em áreas valorizadas e sem “conflagração”; do segundo, áreas de ocupação progressiva, nas quais grandes contingentes policiais precisam disputar o território com facções ali estabelecidas; o terceiro modelo, mais simples que os anteriores, ajuda a explicar a presença do aparato repressivo em favelas que não contam com as “ações sociais” mobilizadas em outras situações. Nas pequenas favelas situadas na zona sul é possível observar uma atuação concentrada do governo estadual, da administração local (UPP Social), de empresas e organizações não governamentais. Esse conjunto de ingerências contribui para a mudança do perfil socioeconômico das favelas e cria uma aparência de tranquilidade e conciliação considerada positiva pelas empresas de mídia com interesses em empreendimentos locais, além de ajudar a fortalecer, entre os moradores das favelas, o consenso em torno das UPPs. Nos complexos de favelas do Alemão e da Penha — e também na Rocinha — a situação é bem diferente, pois os moradores são forçados a conviver com a violência dos conflitos.¹² Além dos pontos de vendas de drogas, está em disputa a adesão dos moradores. Por esse motivo, aglomerados mais numerosos tornam-se os alvos prioritários dos programas de estímulo econômico do governo federal, com o que se pretende ampliar a oferta local de empregos. Em alguns casos, como a favela do Itararé (no Alemão) e nas proximidades de Manguinhos, foram instaladas delegacias para ampliar a presença policial. Finalmente, temos um amplo conjunto de favelas onde a “pacificação” ficou reduzida à ocupação militar permanente, sem as “ações sociais” presentes em outros locais. Em geral, são favelas pequenas ou médias, na zona norte e nas áreas centrais decadentes, que, em virtude da sua localização, contam com efetivos policiais reduzidos, menos recursos públicos e pouca ou nenhuma circulação de turistas. Podemos considerá-las pouco atrativas para investimentos econômicos, contudo, não deixam de ter um papel complementar no deslocamento das facções do tráfico.

¹¹ “Não é só um policial com fuzil na mão...”, José Mariano Beltrame, *O Globo*, 11 de dez. 2012.

¹² Na Rocinha o conflito entre facções, inexistente desde 2004, foi retomado entre fevereiro e março de 2012, após a ocupação policial.

Cada uma dessas circunstâncias diz muito sobre a lógica espacial do processo de “pacificação”, cujo sentido, já o dissemos, é evitar que a porção mais rentável da cidade seja afetada pela lógica da informalidade e pelos surtos de brutalidade que ocorrem nas periferias. Por isso, as primeiras UPPs foram inauguradas ao mesmo tempo em que as chamadas milícias consolidavam territórios — praticamente sem resistência política — nas regiões mais abandonadas pelo Estado. Também era essencial que as novas unidades policiais fossem pensadas a partir do reforço das diferenciações sociais, isto é, em função da existência, no interior dos bairros, de territórios bem delimitados e estigmatizados como áreas violentas. Há, na origem do quadro atual, uma ideologia defensiva de classe média, que considera a favela um elemento estranho ao bairro. Na orla da zona sul carioca ou na Tijuca, tradicional reduto das camadas médias, a retórica do combate à violência significa, em primeiro lugar, a criação de mecanismos de controle violento das populações que por qualquer motivo “não deveriam estar ali”. O período pré-UPP foi caracterizado por uma grande sensação de insegurança dos moradores do “asfalto” e pela depreciação do patrimônio imobiliário das localidades próximas às favelas – ou até de bairros inteiros. O caso da Tijuca é paradigmático, não só por se tratar de um bairro cujos moradores mais abastados muitas vezes creem estar ameaçados pelas favelas, mas devido ao esvaziamento econômico e populacional do início dos anos 2000. Nesse período, muitos moradores trocaram o bairro por outras regiões da cidade, especialmente as áreas de expansão urbana da zona oeste (Barra da Tijuca e Recreio). Esse ponto de vista é resumido na ideia de que a Tijuca deixou de ser o “sonho de consumo” da classe média: “Encravado num vale, o bairro está cercado por favelas, que ocupam principalmente as encostas. Segundo dados oficiais, são 13 favelas (...). De 1991 para 2000 a população do asfalto caiu 8%, de 168.043 para 154.767. Nas favelas, também houve queda, mas dez vezes menor: 0,8%, de 26.440 para 26.225”.¹³ O quadro mudou sensivelmente após a instalação das UPPs, como se pode ver, por exemplo, na esperançosa mensagem de natal da última edição de 2012 de *Tijuca em foco*: “Durante muitos anos, os moradores da Tijuca e dos bairros adjacentes viveram dias e anos de insegurança constante (...). Com a implantação das UPPs, começamos a viver um

¹³ Ruben Berta, “Tijuca, um bairro degradado pela favelização”, *O Globo*, 15 de out. 2005.

momento diferente: parece que novos ares começaram a soprar e uma nova esperança a bater em nossas portas, ao invés do medo e do pavor”.¹⁴ Aqui as UPPs têm menos a ver com a redução da violência do que com uma sensação de proteção e de que “algo começa a ser feito” para acabar com a estagnação do bairro. Em alguns casos, essas UPPs produziram mais efeitos no entorno das áreas ocupadas, com poucas vantagens para os moradores das favelas, excetuando, é claro, o fim dos conflitos com armamentos pesados – um elemento decisivo na conquista do apoio às UPPs. Isso se deve ao fato de que a maioria das favelas da grande Tijuca é pouco atrativa para empresas e “ações sociais”. Algumas favelas chegaram a ser removidas ou voltaram a ser ameaçadas depois de 2009. Por outro lado, o bairro tem recebido grandes investimentos públicos e assistiu a um ressurgimento do setor de imóveis de luxo. Independentemente dessas transformações, o exemplo tijucano revela que o princípio da “pacificação” tende a cristalizar uma imagem negativa da favela e da sua relação com o restante da cidade.

Um aspecto importante da relação local entre estrutura urbana e intervenção política é a dificuldade de estabelecer uma divisão nítida entre os bairros convencionais e as favelas. Quanto mais nos afastamos das áreas centrais em direção aos municípios que compõem a Região Metropolitana, mais tênue é a diferença entre as formas “normais” de habitação e os chamados “aglomerados subnormais”. Em consequência da falta de demarcações, a ocupação militar permanente deixa de ser uma opção. As periferias das zonas norte e oeste dificilmente poderiam ser ocupadas em função da grande extensão da favelização e do modo como ela se mescla com os bairros mais precarizados. Nessas regiões, o que encontramos é uma vastidão de bairros semifavelizados cuja forma e conteúdo dificultam a estigmatização dos territórios da pobreza.¹⁵

¹⁴ Roberto Costa, “A paz de Cristo e a segurança na Tijuca”, *Tijuca em foco*, ano I, no. 8, 2012.

¹⁵ Não nos referimos aqui às favelas originadas de conjuntos habitacionais dos anos 1960, como Vila Kennedy ou a Cidade de Deus, mas a uma porção do espaço urbano sem estrutura bem definida, no sentido de um conjunto disforme de usos e representações. Acrescente-se que o conceito de “favela” permanece insuficiente e sua definição, de modo contraditório, depende tanto das experiências cotidianas quanto de critérios puramente quantitativos. No caso do IBGE, são contabilizadas como “aglomerado subnormais” as favelas com mais de cinquenta residências. Por outro lado, na percepção de muitos moradores das áreas mais abastadas, esses bairros apresentam-se, em sua totalidade, como uma grande área de favelas.

A precária atuação estatal em todas essas áreas, quer se trate de favelas, assentamentos, conjuntos ou periferias pauperizadas possibilita a dominação do território por bandos armados. Ainda que não caiba falar em uma ação planejada, pode-se supor que as milícias e a presença do tráfico de drogas nas periferias são funcionais ao projeto empreendedor, com a condição de que não borrem a imagem da cidade, pois é através dessa presença que se forma o consenso em torno da militarização.¹⁶ Territórios ocupados pelas milícias não são objetivos estratégicos, mas um resultado da lógica de gestão urbana baseada nos critérios de mercado. O abandono das periferias não desmonta apenas a suposição de que a “Cidade Olímpica” produzirá um legado de integração. Ele também expõe a fragilidade das teorias que explicam o empresariamento urbano como uma forma de incorporação econômica das populações marginalizadas. As duas visões contribuem para escamotear a crise urbana que, no caso do Rio de Janeiro, ganhou uma dimensão inédita com o crescimento da favelização na década de 1980 e continua a se desenvolver através da criação de novos espaços de pobreza e do adensamento dos já existentes (BOTELHO: 2013).

Um outro mapa das UPPs

A UPP do Santa Marta foi a primeira a ser instalada, em novembro de 2008. Com aproximadamente 10 mil moradores, a favela é considerada um modelo para as demais. Exemplo de sucesso do programa, seu “diferencial”, como diz o jargão empreendedor, é a possibilidade de exploração comercial das belas vistas para os cartões postais da cidade. Mesmo no caso de uma favela que recebeu muitos recursos e que, além disso, conta com o desenvolvimento recente da atividade turística, “lideranças locais reclamam da não correspondência entre os deveres que tiveram que assumir abruptamente com a entrada da polícia, seguida pelo mercado, e a ausência de bens públicos que resguardem os direitos da cidadania” (FLEURY, 2012: 214). Um

¹⁶ Aqui poderíamos ser acusados de inverter as relações de causa e efeito: à primeira vista, parece claro que a militarização é uma resposta ao crescimento da estrutura do tráfico de drogas. Mas cabe perguntar como é que o Estado manteria sob controle a população “sobrante” que abarrota os espaços periféricos e os morros da cidade sem a presença de um inimigo como o “crime organizado”. Uma resposta ingênua para essa questão é a de que os dispositivos de segurança do Estado funcionam apenas para coibir ações criminosas e não para finalidades de controle social.

efeito imediato do policiamento permanente foi a diminuição dos conflitos e dos pequenos delitos cometidos por menores nas proximidades da favela, mas não foi perceptível uma alteração do quadro geral da violência. “O negócio dos traficantes era apenas vender a droga e não ‘assaltar’ no bairro”, diz Regina Chirádia, presidente da Associação dos moradores do bairro de Botafogo.¹⁷ Passados cinco anos, começa a ficar claro que as mudanças ocorridas desde 2008 favoreceram alguns moradores e dificultaram a vida de outros. O desenvolvimento do turismo e do comércio contrasta com a repressão de atividades informais e iniciativas locais (como as rádios comunitárias). Na parte mais alta do morro — o local conhecido como Pico do Santa Marta —, onde as primeiras casas da favela foram construídas, os moradores denunciam que o plano de remoção de cerca de 40 famílias está associado aos empreendimentos turísticos locais.¹⁸ Outra forma de expulsão dos antigos moradores é a elevação constante dos preços de alugueis, que atingem particularmente as favelas da zona sul. Esse também é o caso da favela do Vidigal, ocupado pela Polícia Militar no final de 2011, na qual se desenvolveu um potente mercado imobiliário atrativo até para a classe média, inclusive com a compra de muitas casas por estrangeiros. A especulação no valor dos imóveis está relacionada aos novos usos, que atendem uma demanda turística crescente. O Vidigal é a favela carioca com a maior renda domiciliar: ocorreu ali “uma substituição inevitável (!) da população típica da favela por outra, mais rica, até de fora do Rio e do Brasil”.¹⁹ Esse crescimento sem regulação urbanística, com fortes tendências especulativas, deu origem a disputas em torno das propriedades – algo que já se verificava antes mesmo da inauguração da UPP. Uma iniciativa anterior à ocupação, como a do empresário Rolf Glaser, que comprou 37 imóveis somente nessa favela, foi noticiada por *O Globo*, na capa de 25 de janeiro de 2009, como “o ambicioso projeto de um alemão que quer fazer do Vidigal um ponto turístico”.²⁰ O projeto faliu devido à exigência de escrituras dos terrenos para a

¹⁷ Robson N. Rodrigues, “A influência da UPP Santa Marta no entorno da comunidade”. Disponível em: <http://www.youblisher.com/p/214008-A-INFLUENCIA-DA-UPP-SANTA-MARTA-NO-ENTORNO-DA-COMUNIDADE-ROBSON-MARCELO-VAZ-DE-NUNES-RODRIGUES-MAJ-PM/>. Acesso em fev. 2014.

¹⁸ Ver sobre isso: “Sobre o processo de remoção no Santa Marta: moradores do pico se organizam para resistir”. Disponível em: <http://www.ocotidiano.com.br/2012/07/sobre-processo-de-remocao-no-santa.html>. Acesso em fev. 2014.

¹⁹ “O morro do Vidigal visto do alto”, *Revista O Globo*, 19 de maio 2013.

²⁰ Com a chegada da UPP, o mesmo empresário – de acordo com outra reportagem de *O Globo* - tentou reassumir a posse dos imóveis vendidos a baixo preço no começo de 2010. Segundo o jornal, “Rolf

regularização das lojas e albergues que se pretendia criar, mas não deixa de indicar o tipo de transformação pela qual as favelas com boa localização estão passando. É a partir de exemplos assim que se produz a idealização do processo de integração das favelas, embora nenhuma das tendências apontadas exclua as formas violentas de controle policial.

Um tipo de problema diferente é vivenciado pelos habitantes das favelas da Rocinha e do Complexo do Alemão, ainda que as duas façam parte – de diferentes maneiras – do novo circuito turístico. Desde a retirada apressada do Exército, para que a sua imagem de “força pacificadora” não saísse arranhada em consequência dos inevitáveis conflitos, sem falar na dificuldade de estender em demasia uma situação de flagrante ilegalidade, o Complexo do Alemão tornou-se novamente um território em disputa. As Forças Armadas, entretanto, permanecem como uma última instância a qual sempre se pode recorrer, tendo em vista que as dificuldades que se apresentam ao aparato regular de policiamento são insuperáveis. Aqui a ideologia da “pacificação” ganha a forma de uma guerra permanente. Naturalmente, muitas posições estratégicas permanecem sob controle, permitindo a reprodução da ideologia de ocupação, só que a presença policial não é suficiente para impor a autoridade estatal sobre o conjunto do território. Sabe-se, por exemplo, que após a criação da UPP do Morro do Adeus (a terceira das oito unidades do Complexo do Alemão), o Comando Vermelho perdeu o controle da venda de drogas para outra facção. Apenas alguns dias após a inauguração das bases policiais na parte central do Complexo, já sem as tropas do Exército, os conflitos armados reiniciaram. Dessa vez, no entanto, não foi o aparato repressivo que tomou a iniciativa, a exemplo das chacinas de 1994 e 1995 ou de 2007, todas perpetradas no interior do Complexo do Alemão, mas, ao revés, foram os policiais que se tornaram alvos dos ataques. Pelo menos desde a metade de 2012, são intensos os tiroteios e as ordens de fechamento do comércio vindas dos traficantes. Atentados contra as bases das UPPs tornaram-se frequentes. A carta que os PMs da Vila Cruzeiro

Rudiger Glaser aproveitou a ausência do austríaco Andreas Wielend, de 34 anos, para tomar a pousada Alto Vidigal, no alto da favela pacificada (...) Glaser teria invadido o imóvel e expulsado funcionários e hóspedes sob a alegação de que ele era o verdadeiro dono do local”. “Disputa europeia do alto do Vidigal”, disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/disputa-europeia-no-alto-do-vidigal-6234217>. Acesso em fev. 2014.

e do Parque Proletário fizeram chegar aos jornalistas, com denúncias sobre a vigência das “leis do tráfico” e um pedido de socorro teve o efeito de uma pedrada na frágil vitrine de segurança montada pelo Estado e pela própria imprensa que, pela primeira vez contou uma nova versão dos fatos: “depois dos dias de esperança, os moradores agora se trancam em casa ao cair da noite. Eles confirmam que os criminosos voltaram a circular armados em ruas e becos, e os antes esporádicos tiroteios agora cortam o silêncio quase todas as noites”.²¹ Efeito semelhante teve o ataque à sede do grupo AfroReggae, naquele mesmo ano. A morte de uma policial em serviço, na frente da UPP Nova Brasília, noticiada erroneamente como a primeira morte em serviço nas favelas ocupadas, gerou mais dúvidas sobre o programa de “pacificação” do que comoção pública. No final de 2012, mais da metade dos policiais mortos em serviço estava em áreas com UPP.

Na Rocinha temos uma situação ainda mais contraditória: entre a ocupação da favela e a instalação da UPP, período que vai de novembro de 2011 até setembro no ano seguinte, dois policiais que patrulhavam a área e um líder comunitário foram mortos. Mas esse é apenas um lado da guerra que foi deflagrada entre fevereiro e março de 2012, com a favela sob controle do Batalhão de Choque da Polícia Militar. Nesse período, se intensificou a disputa pelos pontos de vendas de drogas, à medida que o grupo que exercia o controle na favela começou a se desmantelar. Após a queda do “chefe” local, ruas e vielas da Rocinha foram tomadas pela guerra de facções. Só em fevereiro de 2012, ocorreram pelo menos cinco assassinatos. Com cerca de 700 PMs, a Rocinha lidera o número de denúncias contra policiais por “desvio de conduta”. Foi lá que ganhou repercussão nacional o “Caso Amarildo”, outra “dificuldade” na construção da UPP. Antes desse caso furar o bloqueio midiático, surgiram muitas denúncias semelhantes, na própria Rocinha, envolvendo crimes de tortura, roubo e estupro.

²¹“Acuados pelo tráfico, PMs clamam por ajuda”, disponível em: <http://odia.ig.com.br/portal/rio/acuados-pelo-tr%C3%A1fico-pms-clamam-por-ajuda-1.520934>. Acesso em fev. 2014.

A similaridade entre ações de “aproximação” e práticas policiais convencionais pode ser igualmente observada nos casos de corrupção e associação ao tráfico: com o comércio de drogas local ainda ativo e lucrativo — algo em torno de R\$ 10 milhões mensais, de acordo com o comando da UPP²² — a manutenção da venda das drogas continua a funcionar com a cumplicidade dos agentes do Estado. Dificilmente as investigações sobre os acordos com o tráfico resultam em punição. Os casos de afastamento e remanejamento de policiais estão associados à repercussão midiática negativa e nunca decorrem de investigações internas, o que evidencia, por parte da corporação, uma clara intenção de acobertamento dos crimes – no caso Amarildo, sequestrado e torturado até a morte, esse tipo de manipulação foi exposta em toda a sua simplicidade: os policiais envolvidos davam dinheiro a testemunhas para atribuir ao tráfico a responsabilidade pela morte do ajudante de pedreiro. De certo modo, a imprensa se colocou contra a versão dos policiais apenas para fabricar a mentira ainda maior de que o desaparecimento era um fato isolado que não podia comprometer a “pacificação”. Também foi noticiado o aumento do número de assaltos na Rocinha depois da criação da UPP, bem como a permanência de um sistema de cobrança de taxas impostas aos comerciantes locais. É uma circunstância curiosa que a ampliação do turismo e a pressão imobiliária nas grandes favelas, ambas estimuladas pelas representações televisivas, estejam a conviver “pacificamente” com o recrudescimento dos conflitos armados diretamente vivenciados pelos seus moradores. Mas essa representação não é inteiramente falsa. Ela corresponde a uma divisão entre as partes das favelas mais integradas à vida urbana, com fluxos comerciais mais volumosos, e os locais de difícil acesso, que permanecem como redutos das quadrilhas. Tudo isso ocorre em meio às obras de reassentamento e de urbanização que ajudam a transmitir uma imagem de renovação – uma espécie de efeito direto da “paz social”. Os grandes investimentos, por sua vez, confirmam o embate entre as escolhas do poder público pelas obras voltadas para a construção da imagem da favela integrada e as prioridades defendidas pelos moradores (p.e., teleféricos vs. saneamento básico).

²² “Comandante da UPP diz que tráfico fatura R\$ 10 milhões por mês na favela”, disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/comandante-da-upp-da-rocinha-diz-que-traffic-fatura-10-milhoes-por-mes-na-favela-10733178.html>. Acesso em fev. 2014.

A maior parte das favelas ocupadas, no entanto, possui uma visibilidade bem menor que a dos exemplos que listamos. Ausência de ações sociais, precariedade das instalações das UPPs, corrupção e violência policial são os principais elementos que compõe o quadro da ocupação nos morros da zona norte da cidade – e até mesmo nas áreas centrais. É o caso do Borel, na Tijuca, a oitava favela a ganhar uma UPP, em junho de 2010. Uma primeira diferença em relação a uma favela como o Santa Marta, é a baixa adesão da população local à ideologia da “pacificação”.²³ A desconfiança da comunidade se baseia em muitos fatores, mas o maior deles talvez seja a ausência da UPP Social. Essa carência, compensada por pequenas ações assistencialistas, indica o limite das intervenções continuadas por parte do Estado. Assim, se reforça entre os moradores a ideia de que o projeto possui uma dimensão efêmera e puramente instrumental. Ao mesmo tempo, diz uma liderança comunitária, o governo estadual vende a ideia de que “a partir da lógica da pacificação temos ações que nunca haviam acontecido, o que é uma inverdade”.²⁴ Em muitos casos, os poucos projetos existentes se desenvolveram a partir da iniciativa dos próprios moradores, muito antes da chegada das UPPs. Em outros, a população se torna objeto passivo das intervenções do governo. O exemplo mais drástico é o plano de remoção das mais de 150 famílias que moram na beira do rio que corre em frente ao morro do Borel, numa localidade conhecida como favela da Indiana. Mas o problema central continua sendo a relação entre os moradores e a polícia: “É um namoro no qual o Estado está impondo o marido”, diz Zoraide Vidal, da Ação Pastoral Pró-Favela.²⁵ Lideranças como Mônica Francisco afirmam: “quem está fazendo parte dessa pacificação é a polícia e mais ninguém”.²⁶ No Borel, são frequentes os desentendimentos entre policiais e moradores, o que é agravado por um histórico de violência no local.²⁷ Para Mônica,

²³ No Borel, apenas 61% dos moradores entrevistados após o primeiro ano de ocupação declarava-se satisfeito com a UPP (CANO, 2012: 7).

²⁴ Mônica Francisco,

²⁵ Idem.

²⁶ Idem.

²⁷ Em 2003, durante uma operação da Polícia Militar, quatro jovens foram executados e outros dois ficaram feridos, sem que qualquer um deles pudesse se identificar, em uma aparente represália contra protestos protagonizados pelos moradores do Borel nos dias anteriores. Todos os policiais envolvidos foram absolvidos, apesar das denúncias consistentes de execução. Dos cinco indiciados, somente o cabo Marcos Duarte Ramalho foi condenado, embora o julgamento tenha sido anulado. Os demais foram inocentados ou tiveram os processos arquivados.

não há uma “nova polícia”: a preocupação ainda é grande por causa de “uma série de violências cotidianas que vão se configurando a cada dia”.²⁸ Mesmo sem o “auto de resistência”, sem bala perdida, a violência continua: “se for perguntar para a maioria da população, vão dizer: é muito bom porque não tem mais o tiroteio; o tiroteio era o terror de todo mundo. Era a guerra, a polícia entrando e matando. Mas hoje escuto muito as pessoas falarem que entre um tiro e apanhar da polícia, é melhor apanhar. É melhor apanhar do que morrer, não é?”.²⁹ Para contornar o problema das denúncias crescentes de “abusos” cometidos por policiais, a Secretaria de Direitos Humanos criou um curso para funcionar como espaço de diálogo com a comunidade. Nas palavras de Andréa Sepúlveda, “ainda existe muito preconceito na polícia. Porque, segundo eles, os direitos humanos sempre estavam ao lado dos bandidos. Ao longo das discussões, em sala de aula, percebemos que precisávamos fazer um pacto de respeito entre a comunidade e os policiais”.³⁰ O problema, no entanto, permanece. As arbitrariedades tornaram-se mais comuns, inclusive o toque de recolher, denunciado pela imprensa desde 2012.³¹

Mais do que um desvio de conduta de alguns indivíduos, a violência policial permanece uma prática sistemática do Estado. A diferença em relação às áreas sem UPPs é que a chamada “aproximação” com as comunidades substitui as invasões violentas por uma administração repressiva permanente. Só que na atual concepção de cidade, quanto menor a importância econômica e simbólica das áreas ocupadas, maiores as semelhanças entre a polícia dita pacificadora e a política belicista da “guerra às drogas”. No morro do Fogueteiro, próximo à área central, a família de um morador denunciou uma execução cometida por policiais da UPP e uma perícia independente constatou a modificação da cena do crime.³² Fato semelhante, ocorrido na favela de

²⁸ Mônica Francisco, entrevista concedida ao autor em out. 2012.

²⁹ Idem.

³⁰ “Curso de Direitos Humanos em comunidade carioca promove diálogo entre policiais e moradores”. Disponível em: <http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-12-12/curso-de-direitos-humanos-em-comunidade-carioca-promove-dialogo-entre-policiais-e-moradores>. Acesso em fev. 2014.

³¹ “Moradores do Borel contra toque de recolher”, disponível em: <http://odia.ig.com.br/portal/rio/moradores-do-borel-contratoque-de-recolher-1.523023>. Acesso em fev. 2014.

³² Em relato à imprensa, a irmã da vítima afirma: “ajoelharam ele no chão e atiraram na cabeça dele. Desfiguraram o meu irmão. Eu tentei abraçá-lo pela última vez, mas me agrediram. Arrastaram meu irmão já morto como se fosse um bicho e jogaram na viatura”. “Família acusa policiais de executar

Manguinhos, na Leopoldina, também apareceu timidamente na imprensa: familiares do jovem Paulo Roberto Pinho de Menezes, morto por asfixia, acusaram cinco policiais de terem espancado o rapaz em uma abordagem.³³ De tão frequentes, casos como estes já não podem mais ser contados. No Borel, uma operação da Polícia Civil, no início de 2013, resultou na prisão de 24 pessoas envolvidas com o tráfico, entre elas um soldado da UPP.³⁴ Pouco antes, na favela da Mangueira, também na Grande Tijuca, doze PMs foram presos por suspeita de extorsão: “Segundo a denúncia, durante uma revista na casa de um traficante do morro, eles teriam encontrado drogas, mas não as encaminharam à delegacia, ficando com o material e ainda exigiram dinheiro para não prendê-lo”.³⁵ Em todas essas favelas, a “pacificação” se faz presente apenas como braço armado do Estado. A UPP São Carlos, numa área contígua ao Centro e com efetivo de 244 policiais que também atuam em favelas vizinhas como o morro da Mineira, é uma espécie de síntese das contradições do processo de ocupação das favelas cariocas com menor visibilidade: o tráfico continua armado, o comandante da unidade foi preso por corrupção e grupos de PMs mascarados impõem suas próprias leis aos moradores enquanto as lideranças comunitárias são ameaçadas.³⁶ Na mesma região, as favelas da Coroa, Fallet e Fogueteiro apresentam um quadro parecido: traficantes negociando diretamente com o comando da UPP o pagamento regular de propina.³⁷ O que se instaura a partir daí é um tipo de coexistência na qual os agentes do Estado podem apenas simular sua atuação institucional. Com os acordos entre os policiais e as facções, tornam-se frequentes os

mecânico na UPP do fogueteiro”, disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/familia-acusa-policia-de-executar-mecanico-na-upp-do-fogueteiro-5154082>. Acesso em fev. 2014.

³³ Na versão do comandante da UPP de Manguinhos, o jovem “fugiu em direção a um beco, visivelmente alterado, e caiu desmaiado antes mesmo de ser capturado pelos policiais”. “Parentes acusam policiais da UPP de Manguinhos pela morte de jovem de 18 anos”, disponível em: <http://extra.globo.com/casos-de-policia/parentes-acusam-policiais-da-upp-de-manguinhos-pela-morte-de-jovem-de-18-anos-10403538.html>. Acesso em fev. 2014.

³⁴ De acordo com uma reportagem, “a quadrilha praticava extorsões e ameaças, sendo responsável por pelo menos 15 homicídios”. “Ação em comunidades pacificadas no rio tem 24 presos”, disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/01/acao-em-comunidades-pacificadas-no-rio-tem-24-presos.html>. Acesso em fev. 2014.

³⁵ “PMs da Mangueira são presos por denúncia de extorsão contra traficante do Rio”, disponível em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/27/pms-da-upp-da-mangueira-sao-presos-por-extorsao-contra-trafficante-no-rio.htm>. Acesso em fev. 2014.

³⁶ “São Carlos, a UPP que ainda não deu certo”, disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/sao-carlos-a-upp-que-ainda-nao-deu-certo/n1597651636203.html>. Acesso em fev. 2014.

³⁷ “Traficantes mandavam em patrulhas, escalas e transferiam PMs em UPP”, disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/rj/traficantes-mandavam-em-patrulhas-escala-e-transferiam-pms-em-upp/n1597232635294.html>. Acesso em fev. 2014.

Marcos Barreira, A vitrine e a guerra: estratégias territoriais de ocupação e integração das favelas cariocas.

atentados, sempre que uma das partes se sente prejudicada. A autoridade política da Secretária de Segurança, cuja influência sobre o comando oficial das UPPs permanece num nível mais abstrato, sem base material, não dispõe dos meios para combater o poder negociado de maneira informal entre os agentes locais.

Por causa desse tipo de atuação policial, é grande a desconfiança em relação às UPPs. Todas as etapas da “pacificação” são marcadas por suspeitas e denúncias. Na favela do Jacarezinho, ocupada desde janeiro de 2013, a maioria das pessoas permaneceu em casa para proteger seus bens, mesmo ante os rumores de um conflito iminente que antecederam a chegada da polícia. Para Rumba Gabriel, presidente da Associação de Moradores, apesar da diminuição dos conflitos violentos, “a maior parte dos moradores permanece assustada com as notícias de ‘abusos’ cometidos em outras favelas”.³⁸ As diferenças entre a situação do Jacarezinho e outras favelas, como o Vidigal ou Santa Marta, são evidentes. Apesar do contingente numeroso – mais de 500 policiais – a UPP do Jacarezinho é responsável pelo patrulhamento dos bairros da região. Situada numa área estratégica, na qual passam importantes eixos viários, a ocupação da favela do Jacarezinho – bem como a vizinha Manguinhos – é parte de um grande plano de reestruturação urbana. Com investimentos estaduais e federais em habitações populares e num complexo de investigação chamado Cidade da Polícia, pretende-se “recuperar” o bairro repleto de fábricas e refinarias abandonadas. Para André Fernandes, da Agência de Notícias das Favelas (ANF), organização que atua no Jacarezinho, o novo complexo policial também visa as favelas da região, “e com a circulação de policiais nas proximidades eles podem colocar dois ou três contêineres espalhados pela favela e dizer que é mais uma UPP”.³⁹ Essa impressão, anterior à ocupação, pôde ser confirmada em seguida. A ação do Estado naquela área visa, em primeiro lugar, a valorização do espaço. Quando o governador Sérgio Cabral explicitou o seu projeto para as áreas próximas a Manguinhos e ao Jacarezinho, ficou claro que não havia lugar para a inclusão da favela: “estou enxergando aquela região, nos próximos seis, oito, dez anos, completamente redefinida do ponto de vista urbanístico, do ponto de vista social, do ponto de vista da ocupação territorial, com pessoas

³⁸ Rumba Gabriel, entrevista concedida ao autor, dez. 2012.

³⁹ André Fernandes, entrevista concedida ao autor, dez. 2012.

vivendo dignamente em uma área nobre do Rio”.⁴⁰ A recuperação dos bairros do entorno, desvalorizados pelo esvaziamento industrial e pela escalada da violência, desde o final dos anos 1970, passa por um tipo de ordenamento territorial da favela que exige cada vez mais o controle militar da pobreza. A ocupação baseada na violência contra os marginalizados pelo processo de valorização coloca a maioria dos moradores de favelas como o Jacarezinho contra a UPP, tornando os conflitos cada vez mais frequentes – a exemplo dos protestos contra a morte do catador de material reciclável Alielson Nogueira, em abril de 2013.

O morro da Providência, na área central da cidade, é em vários aspectos um caso singular no cenário da “pacificação”. A integração da favela ao espaço turístico-empresarial chamado Porto Maravilha não se limita a aproveitar uma localização privilegiada para facilitar o acesso aos turistas. As favelas da Providência e da Pedra Lisa, situada no sopé do morro, estão ocupadas militarmente desde abril de 2010. Antes, foram ocupadas diversas vezes, tanto pela polícia (Gpae), quanto pelas Forças Armadas, que lá permaneceram entre 2006 e meados de 2008, e se retiraram depois da crise desencadeada pelo sequestro de três jovens que foram entregues a bandidos de uma favela “rival” pelos militares. Após a saída da tropa do Exército, o patrulhamento foi reforçado por policiais militares. Na época da inauguração da primeira UPP, em Botafogo, o Gpae da Providência, uma das sete unidades de policiamento em “áreas especiais”, encontrava-se quase abandonado. Com a UPP, a ocupação policial ganhou novo fôlego e o morro começou a passar por uma grande transformação.

O Porto Maravilha é uma operação urbana de valorização da área portuária. As obras estruturais do projeto acompanham o movimento da especulação imobiliária, que provocou a expansão da cidade em direção à zona oeste e agora retorna a uma porção empobrecida do centro, mas que conta com alguma infraestrutura e boa localização. Junto ao porto, o morro da Providência foi incorporado ao projeto, com a ajuda de

⁴⁰ “Manguinhos e Jacarezinho vão receber investimentos de 100 milhões”, disponível em: <http://www.ebc.com.br/2012/10/manguinhos-e-jacarezinho-va-receber-investimentos-de-r-100-milhoes-em-infraestrutura>. Acesso em fev. 2014.

experiências internacionais duvidosas de “regeneração” das favelas. A reurbanização do morro inclui dois teleféricos e um plano inclinado, para conectá-lo à Central do Brasil e ao complexo de entretenimento popular (Cidade do Samba) criado pela Prefeitura. Se os teleféricos, idênticos aos do Complexo do Alemão, foram inspirados em Medellín, na Colômbia, a definitiva incorporação turística do morro — pois um “museu a céu aberto” havia sido criado em 2005, durante as obras do favela-bairro — encontra um paralelo com o Barrio Las Penãs, na cidade de Guayaquil, igualmente ligado à urbanização da área do porto, o chamado *Malecón 2000*.⁴¹ Tal como na cidade equatoriana, a conversão da área do porto do Rio em centro turístico a partir das modificações recomendadas pela ideologia do empreendedorismo urbano dependia do controle dos territórios de pobreza mais próximos. Outra semelhança entre os processos de urbanização de Las Penãs e do morro da Providência é a ideia de resgate histórico: ambos possuem um forte simbolismo que remete, no primeiro, às origens da ocupação de Guayaquil e, no Rio, à primeira favela da cidade. Mas, enquanto o caminho de acesso a Las Penãs preserva um velho casario colonial, no qual foram instalados os cafés, restaurantes e galerias de arte que completam o circuito do centro comercial da cidade, a história da favela carioca mais antiga está sendo modificada e recriada pela Prefeitura de acordo com um estilo colonial postiço que descaracteriza seu núcleo original.

Ao invés de “resgatar a ambiência” do período da ocupação do morro, a construção de áreas com apelo turístico na Providência tende a produzir um cenário descontextualizado e sem vida. Por isso, está prevista a demolição de todas as residências localizadas na parte mais alta do morro, no entorno da Capela do Cruzeiro. Com uma população de aproximadamente 5.000 moradores, a qual menos de 40% possui documentos de propriedade regularizados, a reurbanização e o fator de risco têm sido usados como pretexto para as remoções. De acordo com um relatório

⁴¹ O *Malecón 2000* é considerado um modelo de renovação urbana. O morro Santa Ana foi ocupado pela polícia, que atua diretamente no serviço de orientação aos turistas. O Santa Ana foi dividido em duas partes, separadas por muros e portões. A maior preocupação das autoridades é manter os visitantes na parte do morro voltada para o porto, o que os afasta do contato com a pobreza que subsiste no outro lado do morro, abandonado à criminalidade cotidiana. Outra característica do projeto foi o mecanismo de financiamento custeado pelos próprios moradores. A favela foi integrada à cidade através de um aumento temporário dos impostos, até que os residentes pagassem suas dívidas.

independente sobre as visitas técnicas realizadas no Morro da Providência e da Pedra Lisa, cujo objetivo é avaliar as situações de risco geodésico e os impactos do programa municipal de urbanização “Morar Carioca”, está prevista a remoção de 48,3% do total das residências, incluindo todas as 351 casas da Pedra Lisa.⁴² Na Providência, mais de 600 famílias têm de ser removidas devido às obras e aos alegados fatores de risco.⁴³ O relatório ressalta que “os moradores não tiveram acesso a qualquer laudo técnico com o mapeamento do risco ou aos projetos que conteriam as especificidades das obras previstas, com a exceção de uma apresentação superficial realizada pela Prefeitura, durante um evento ‘festivo’ promovido na comunidade (...) às vésperas do início da execução das obras”.⁴⁴ A maior parte das remoções e despejos tem acontecido de forma truculenta, sem notificação prévia e em número muito superior ao das unidades habitacionais a serem construídas pelo governo. O sentido das intervenções urbanísticas, com obras que pretendem diminuir o adensamento de trechos da favela e melhorar a mobilidade, é claramente elitizador, ainda que se preste ao uso político como símbolo da inclusão da população da favela. Também o teleférico e o plano inclinado, que contribuem para o processo de remoção em massa, são parte da “revitalização” da zona portuária e não uma demanda prioritária dos moradores.

⁴² Maurício Campos dos Santos e Marcos de Faria Asevedo. “Relatório sobre as visitas técnicas realizadas nas comunidades do Morro da Providência e da Pedra Lisa nos dias 23/8 e 7/9/2011 e Parecer Técnico sobre os motivos alegados pela Prefeitura do Rio de Janeiro para a remoção de 832 famílias nessas duas comunidades”. Rio de Janeiro, 31 de out. 2011. Disponível em: http://forumcomunitariodoporto.files.wordpress.com/2011/12/relatc3b3rio-morro-da-providc3aancia_final-1.pdf. Acesso em fev. 2014.

⁴³ De acordo com a Prefeitura, o total de “relocações” é de 832 casas, sendo 515 referentes ao “risco” e 317 referentes às obras de urbanização. A despeito da existência de riscos pontuais, os argumentos usados pela prefeitura são bastante duvidosos: na Pedra Lisa, “um fator de risco real que foi identificado não está associado às condições de estabilidade da encosta, mas sim à existência de construções precárias, com a utilização de madeira e material reaproveitado”. Idem, p. 8. O Relatório também conclui que “inexiste justificativa para a realocação de 351 domicílios em função de ‘risco’ e para a não inclusão da comunidade no projeto de urbanização” (p. 9). Na localidade conhecida como “Centro Histórico”, na parte alta da Providência, foram usadas definições de risco genéricas: “ignorando a situação objetiva encontrada no local e sem qualquer justificativa, prevê a ‘relocação’ de 37 domicílios localizados em área considerada segura” (p. 17). Na mesma localidade, 36 residências serão removidas por causa do projeto urbanístico. Além disso, em áreas avaliadas como em “situação de risco” está prevista no projeto a construção de áreas de lazer.

⁴⁴ Idem, p. 1.

A reconfiguração espacial da “guerra às drogas”

O quadro que descrevemos até aqui não estaria completo se não abarcasse as áreas da cidade e da Região Metropolitana do Rio de Janeiro que, até agora, ficaram de fora dos planos governamentais. Essa divisão não pode ser compreendida apenas como um efeito da desigualdade da presença estatal. É preciso reconhecer que a estratégia de intervenção política está orientada para a produção da nova polarização socioespacial. Enquanto o aparato político-midiático exalta a novidade e as virtudes da forma de “enfrentamento do crime”, que teria, finalmente, permitido ao Estado “recuperar” territórios ocupados há décadas por bandos ilegais, o saldo real das UPPs foi o recrudescimento da guerra – e esse resultado se parece mais com uma tendência crescente do que com um efeito colateral provisório.

A principal consequência da reconfiguração espacial da “guerra às drogas” – que envolve a migração das facções – é a transformação de locais relativamente apaziguados no cenário pré-UPP em áreas de conflito e a ampliação da violência em vários redutos “tradicionais” dos bandos armados. Enquanto as atenções se voltavam para a ocupação militar do Complexo do Alemão, bairros como Bangu (Vila Kennedy) e Praça Seca (morros da Chacrinha e São José Operário) assistiram a uma escalada da guerra entre as quadrilhas. Em Senador Camará, a perseguição de helicóptero ao traficante “Matemático” (líder da facção TCP), numa operação noturna de alto risco, com emprego de armamentos pesados em áreas residenciais, nos permite ver a diferença de tratamento do Estado em relação às regiões da cidade.⁴⁵ Com cerca de 1,7 milhão de habitantes (27% da população do município), a parte mais pobre da zona oeste, formada por bairros como Santa Cruz, Campo Grande, Bangu e Realengo, concentra mais de 250 favelas, mas conta com apenas uma UPP, no Jardim Batam. A

⁴⁵ Essa facção possui uma origem obscura. Especula-se que tenha surgido no interior do sistema prisional para se contrapor ao domínio do Comando Vermelho. O nome “Terceiro Comando”, provavelmente, sugere um distanciamento em relação às duas forças que se enfrentavam nas favelas, o CV e o aparato policial. Em meados dos anos 1990, lideranças do TC se uniram dentro das prisões a uma dissidência do CV, o ADA (“Amigos dos Amigos”); após uma briga no interior dessa aliança, remanescentes do TC criaram o TCP (“Terceiro Comando Puro”, com influência na zona oeste, localidades da zona norte como Acari e Vigário Geral, Morro do Dendê, na Ilha do Governador, além de outras cidades, como Niterói e São Gonçalo). Antes da execução do traficante “Matemático”, em maio de 2012, o TCP era a única facção carioca a qual a política do governo estadual não havia infligido perdas significativas.

zona oeste também se tornou uma área de disputa entre os traficantes e as milícias. Na Praça Seca, que faz a ligação com a zona norte, o enfraquecimento das milícias locais fez com que o bairro fosse disputado pelas facções. O Estado respondeu com a criação de uma Companhia Destacada da Polícia Militar, o que reforça a política do confronto do período pré-UPP. Outro exemplo de como a polícia continua a atuar fora das áreas ditas pacificadas é a intervenção na favela Nova Holanda (Complexo da Maré), em junho de 2013. A violência se intensificou na Maré depois que um policial foi atingido numa troca de tiros com traficantes: os agentes do Estado cometem abusos de autoridade, invadem casas e fazem ameaças, em formas de violência física e psicológica que não devem em nada ao terror imposto pelo tráfico. A ocupação da favela pelo Bope resultou em pelo menos nove mortes denunciadas por moradores e organizações de direitos humanos como execuções motivadas pela tentativa de vingar a morte do policial.

Um mapeamento dos principais conflitos em áreas periféricas nos permite visualizar o papel das UPPs no deslocamento das disputas por territórios. No período entre 2009 e 2010, a facção desalojada da zona sul aumentou os ataques às favelas de outras regiões da cidade, tendo como base principalmente as favelas do Complexo do Alemão e da Penha. Desde os preparativos para a ocupação da Vila Cruzeiro, no final de 2010, uma nova onda de conflitos pôs fim à trégua entre as duas maiores facções. Em meados do ano seguinte, a facção ADA, que controlava os morros da Rocinha, Vidigal, Macacos e São Carlos (todas ocupadas pela polícia) se reorganizou para conquistar novos territórios, a exemplo do Morro do Juramento, em Vicente de Carvalho e da Vila dos Pinheiros, na Maré. Da Pavuna, Costa Barros (Morro da Pedreira/Lagartixa) e Águia Santa (Morro do Dezoito), na extrema zona norte, partem os seus “bondes” para invadir outras favelas. O Complexo do Chapadão, também em Costa Barros, é o novo reduto do CV, onde se refugiaram quadrilhas de diversas favelas, e a partir do qual esta facção tenta expandir suas atividades em Jacarepaguá, enfrentando a milícia local. Tal como no Complexo da Maré, a proximidade entre as três facções nos bairros mais pobres da zona norte produziu uma área de conflito permanente. Em toda essa extensa região, próxima da Baixada Fluminense, a “solução” encontrada pela Secretaria de Segurança foi a mesma usada para conter a guerra entre traficantes e

milicianos na Praça Seca. As Companhias Destacadas foram definidas pelo secretário Beltrame como um “meio termo” entre a UPP e o policiamento convencional, o que significa uma intervenção limitada à ocupação permanente, sem a retórica da cidadania e das oportunidades de mercado. Na maioria dos casos, o número de policiais por habitante é muito menor do que a quantidade empregada nas UPPs, embora as Companhias Destacadas fiquem responsáveis por bairros inteiros. Trata-se apenas de um precário reforço policial em áreas conflagradas. A orientação seletiva da ação repressiva faz com que o índice de mortes violentas na periferia carioca alcance patamares análogos — ou até mesmo superiores — aos de zonas em guerra declarada. Em alguns bairros a taxa de homicídios chega a 47,9 para cada 100 mil habitantes: “na prática, o risco [de morte] de um morador da Pavuna, bairro da zona norte onde não há UPP, é quase vinte vezes maior do que o de um turista em Copacabana, bairro da zona sul que conta com três unidades instaladas”.⁴⁶ O discurso em defesa da “pacificação” sustenta que ela consegue produzir uma redução imediata dos crimes violentos nas favelas ocupadas — o que não é falso. As críticas mais comuns — que se pretendem construtivas — se atêm ao fato de o governo ter priorizado o chamado “corredor hoteleiro”, o que exigiria uma revisão estratégica capaz de incluir outras áreas da cidade no planejamento da segurança. Isso tudo mostra uma incompreensão do fenômeno “UPP”, pois não se leva em conta a dificuldade de ocupar os espaços nos quais a pobreza é mais difusa. Com essa omissão, perde-se a oportunidade de descrever o caráter essencialmente seletivo da “pacificação”.

A essência de uma coisa corresponde às suas propriedades não acidentais. Exigir que as UPPs sejam mais bem distribuídas ou que priorizem áreas mais violentas da cidade é tão insensato quanto pedir a uma empresa que priorize as ações sociais em detrimento do lucro. Pedir UPPs menos discriminadoras é transformá-las idealmente no seu inverso. Para compreender a essência da “pacificação”, é preciso recordar o contexto no qual ela foi criada. No final de 2007, a imagem do primeiro ano do governo de Sérgio Cabral era bastante negativa no que diz respeito à segurança. A

⁴⁶ “Sem UPP, subúrbio do Rio tem taxa de homicídio 20 vezes maior do que área pacificada”. <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2012/06/02/sem-upp-suburbio-do-rio-tem-taxa-de-homicidio-20-vezes-maior-do-que-area-pacificada.htm>

Secretaria de Segurança havia adotado uma política de enfrentamento com muitas mortes e poucos resultados. O quadro se agravou quando as quadrilhas do tráfico usaram pela primeira vez a estratégia da migração interna (pré-UPP) nas favelas. Deslocavam armas para a zona sul da cidade com o objetivo de diminuir o enfrentamento com a polícia – o que se explica pela afirmação de Beltrame segundo a qual um tiro em Copacabana “é uma coisa” e no Complexo do Alemão, “é outra”. Nas palavras do secretário: “Porque eles estão indo para o Pavão-Pavãozinho? Porque uma ação policial em Copacabana tem uma repercussão muito grande, porque as favelas e os comandos estão a metros das janelas da classe média”.⁴⁷ Ao inverter o sentido da “migração”, impedindo os conflitos armados nos bairros de classe média, nos quais é preciso “mais critério” nas operações policiais, as UPPs permitiriam modificar a imagem da polícia e do Estado. Construindo a imagem de segurança que, logo em seguida, serviria para dar respaldo à candidatura olímpica do Rio de Janeiro, o governo estadual não só foi impotente para evitar a guerra nas áreas mais pobres da cidade, mas agiu deliberadamente para mantê-la o mais distante possível da sua vitrine. Em Niterói, a presença do tráfico e das milícias fez a violência aumentar em proporção muito superior à capital e ao conjunto do Estado – de acordo com os dados do Instituto de Segurança Pública, em 2013 o número de homicídios dolosos foi 48% mais alto que no ano anterior.⁴⁸ A rápida elevação dos índices de criminalidade vem sendo atribuída pela imprensa local à política estadual de segurança: “UPPs no Rio levam polícia a montar barreiras nos acessos a Niterói para tentar impedir migração para a cidade e também para São Gonçalo”.⁴⁹ O presidente do Conselho Comunitário de Segurança da cidade, Leandro Santiago de Barros, relata que “após a instalação das unidades [UPPs] em diversas comunidades da capital fluminense acreditamos que

⁴⁷ *Folha de São Paulo*, 24 de out. 2007. Também o *Estado de São Paulo*, em 23 de out. de 2007, noticiou: “Traficantes estão migrando com seus arsenais para a zona sul do Rio com o objetivo de dificultar o trabalho da Polícia, devido à maior repercussão que a ação policial teria junto às ‘janelas da classe média’ nos bairros mais ricos da capital fluminense, afirmou hoje o secretário de Segurança, José Mariano Beltrame”.

⁴⁸ “Violência em Niterói sobe mais do que no estado do Rio e na capital”, disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/bairros/violencia-em-niteroi-sobe-mais-que-no-estado-do-rio-na-capital-11820905>. Acesso em fev. 2014.

⁴⁹ “Cercos armados contra bandidos após implantação de novas UPPs”, disponível em: <http://www.ofluminense.com.br/editorias/policia/cercos-armados-contra-os-bandidos-apos-nova-upp>. Acesso em fev. 2014.

houve uma migração de criminosos para Niterói”.⁵⁰ Mas a lógica espacial desse tipo de administração armada da pobreza não é apreendida. Assim, nas cidades que sofrem os efeitos da “pacificação”, as autoridades apenas lamentam a ausência do programa no seu próprio território e não vislumbram nada melhor do que a reprodução, em um tamanho menor, do modelo carioca de “externalização” da violência: “a notícia da UPP aqui, em 2014, é maravilhosa e a comunidade que deve receber a unidade é o Morro do Estado, ponto estratégico entre o Centro e Icaraí, próximo de outra favela perigosa, o Morro do Palácio, e área de constantes conflitos que atrapalham a rotina de moradores e comerciantes dessas regiões”, diz o mesmo Leandro Santiago.⁵¹ Em cidades como Macaé e Duque de Caxias, a sigla “UPP” usada pela imprensa para caracterizar a ocupação de bairros considerados perigosos é apenas uma designação informal. Talvez esta seja a antecipação do destino das UPPs, o que significaria não tanto uma degeneração do programa, mas a revelação da sua verdadeira natureza, a expansão descontrolada do aparato policial como última instância na administração da crise social. Outra possibilidade — que não é de todo incompatível com a anterior — é a renovação da imagem das UPPs a partir de uma orientação mais “social”, por exemplo, com ênfase em programas de renda mínima e um caráter menos seletivo.⁵²

Como se vê, não basta traçar uma linha demarcando favelas com e sem UPP. Foi estabelecida uma divisão real no espaço da metrópole: enquanto os defensores da “pacificação” comemoram êxitos localizados do programa (especialmente a redução do poder do tráfico nas áreas mais integradas da economia urbana), as periferias sofrem com os conflitos armados ou então são entregues às práticas mafiosas que se desenvolvem por dentro do aparato policial. Em muitos casos, as UPPs podem estar funcionando, na prática, como embriões do poder paramilitar. Do mesmo modo, a recente redução do número absoluto de homicídios não pode ser explicada sem o

⁵⁰ “Niterói terá UPP até 2014”, disponível em: <http://www.ofluminense.com.br/editorias/cidades/niteroi-ganhara-upp-ate-2014>. Acesso em fev. 2014.

⁵¹ Idem.

⁵² Esse tipo de alternativa teria que levar a sério a tarefa impossível de realizar na prática a ideologia afirmativa da “pacificação”. Experiências recentes do governo estadual da Bahia, encabeçado pelo PT, apontam claramente esse caminho, que exige um estudo específico. Ainda que o governador Jacques Wagner tenha afirmado que se trata da “mesma filosofia” adotada no Rio de Janeiro, os critérios para a ocupações das favelas foram muito diferentes. Na Bahia, a distribuição das “UPPs”, chamadas Bases Comunitárias de Segurança, foi feita a partir dos indicadores de violência e teve, desde o início, uma distribuição espacial mais equilibrada. Outra diferença foi a criação de “UPPs” fora da capital do estado.

crescimento do número de desaparecidos (que permanecem fora das estatísticas) em regiões dominadas por milícias. Diminui-se apenas o número de mortes contabilizadas oficialmente. A “pacificação” é o contrário do que aparenta ser: ainda que os comandos do tráfico continuem a perder seus espaços, os conflitos são apenas deslocados e o Estado não recupera o monopólio da violência. O que tem ocorrido até agora é um fortalecimento das redes informais de associação criminosa provenientes das instituições repressivas. Ao invés de uma transformação da cultura policial pelas UPPs, pode-se supor o inverso: a transformação das novas unidades em facilitadoras da reprodução dos esquemas mafiosos de poder. São muitas as denúncias de crimes de extorsão de comerciantes e de monopolização dos transportes alternativos por policiais das UPPs. Na zona oeste, uma das milícias criou a sua própria “UPP genérica”, que funcionava como base para as atividades da quadrilha. O que aconteceu no passado com o déficit habitacional e a favelização, se repete agora no modo como o Estado lida com a violência: esta só é vista como um problema quando ocorre em determinadas áreas da cidade. De qualquer forma, até nas pequenas favelas que se aproximam do modelo da “vitrine” de segurança, a militarização começa a ser contestada. A expansão das UPPs — pelo menos no padrão atual — parece ter chegado a um impasse, pois a tentativa de abarcar novas áreas da cidade coincide com o início da crise de legitimação da ideologia policial nos territórios ocupados.

Referências:

BANCO MUNDIAL. O retorno do Estado às favelas do Rio de Janeiro. Uma análise da transformação do dia a dia das comunidades após o processo de pacificação das UPPs. 2013. Disponível em: <http://www.wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2013/03/15/00033303720130315120855/Rendered/PDF/760110ESWOP12300Rio0de0Janeiro02013.pdf>. Acesso em fev. 2014.

BARREIRA, Marcos. Cidade Olímpica: sobre o nexa entre reestruturação urbana e violência na cidade do Rio de Janeiro. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. Até o último homem: visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 129-168.

BOTELHO, Maurílio Lima. Crise urbana no Rio de Janeiro. Favelização e empreendedorismo dos pobres. In: BRITO, Felipe; OLIVEIRA, Pedro Rocha de. Até o

último homem: visões cariocas da administração armada da vida social. São Paulo: Boitempo, 2013, 169-213.

CANO, Ignácio (coord.). Os 'Donos do Morro': uma avaliação exploratória do impacto das Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) no Rio de Janeiro. Relatório do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Rio de Janeiro, 2012, 227 pp.

FLEURY, Sônia. Militarização do social como estratégia de integração: o caso da UPP do Santa Marta. Sociologias, ano 14, n 30, mai./ago, 2012, p. 194-222.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. Desigualdade e favelas cariocas. A cidade partida está se integrando? 2010. Disponível em: <http://cps.fgv.br/favela>. Acesso em fev. 2014.

LACOSTE, Yves. A geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. Campinas: Papyrus, 1997.

LEFEBVRE, Henri. Espacio y Política. Barcelona: Península, 1976.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder, São Paulo: Ática, 1993.

PROJETOS E INTERVENÇÕES DE SANEAMENTO NA BAIXADA FLUMINENSE DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX - representações e continuidades.

André Santos da Rocha*

Resumo: Os projetos e intervenções de saneamento concebidos no final do século XIX e início do XX para a porção oeste Baixada da Guanabara, se revelam como elementos fundamentais para entender a constituição da área que hoje denominamos como Baixada Fluminense, e também de sua legitimidade como espaço de intervenção deste tipo de política pública. A análise Geohistórica de projetos e intervenções das políticas de saneamento e, também, das suas representações, são caminhos possíveis para elucidar como ações no campo político-discursivo em torno da temática do saneamento são recorrentes a essa área.

Palavras-chave: Baixada Fluminense; Saneamento; Geo-história. Projetos e intervenções.

PROJECTS AND SANITATION INTERVENTIONS IN BAIXADA FLUMINENSE BETWEEN THE NINETEENTH AND THE BEGINNING OF THE TWENTIETH CENTURY – REPRESENTATIONS AND CONTINUITIES

Abstract: The projects and Sanitation interventions designed at the end of the nineteen and beginning of the twenty century for West part of Baixada da Guanabara, showing as fundamental elements to understand the construction of área that called today as Baixada Fluminense, and, also of your legitimities as space of intervention this tipy of public policy. The geohistoric analysis of projec and public policy of sanitation and, also, this your representations, are possibol ways to elucidate who the action in politico-discursive fields in surroundings of sanitation thematic are are applicants to this area.

Keywords: Baixada Flumiense, Sanitation; Geohistory; Projects and interventions.

PROYECTOS E INTERVENCIONES DE SANEAMIENTO EN LA BAIXADA FLUMINENSE DEL SIGLO XIX Y PRINCIPIOS DEL XX- REPRESENTACIONES Y CONTINUIDADES

Resumen: Las intervenciones de saneamiento y proyectos diseñados en finales del siglo XIX y principios del XX para la parte occidental de la Baixada da Guanabara, se revelan como elementos claves para comprender la constitución de la zona hoy conocida como Baixada

* Professor Adjunto, Departamento de Geociências – UFRRJ. E-mail: asrgeo@gmail.com

Fluminense, y también de su legitimidad como un espacio de intervención para este tipo de política pública. El análisis Geohistórica de proyectos e intervenciones de las políticas de saneamiento y, también, de sus representaciones, son posibles caminos para dilucidar cómo acciones en el campo político discursivo alrededor del tema de la sanidad son solicitantes a esta área.

Palabras claves: Baixada Fluminense; Seneamiento; Geohistoria; proyectos y intervenciones.

Um olhar para uma Geografia histórica de projetos e intervenções

A relação entre a produção geográfica do presente está intimamente ligada às práticas e projetos historicamente construídos (PHILO, 1996). Questões que envolvem a condução de ações contemporâneas no âmbito da intervenção territorial estão relacionadas não apenas as condições naturais de sítio de um lugar, mas aos projetos que sedimentam essas ações que oportunamente legitimam espacialidades numa geografia regional que guarda em sua configuração espacial que é historicamente produzida.

Abreu (1997, p.197) aponta que a “organização espacial é campo fértil para descobertas dessas heranças do passado”. Essa organização espacial não é dotada apenas de formas e funções, mas também de projetos e significados.

A leitura das intervenções, projetos e significados conduzem uma construção geohistórica dos espaços. Essa observação se revela como um exercício pleno de tentar reconstruir o entendimento das práticas que legitimam “geografias presentes”.

Wallerstein (1989) lembra a importante contribuição de Fernand Braudel para uma análise da história, onde estrutura, conjuntura e acontecimento são oportunos elementos de análise. Ribeiro (2008) complementa Wallerstein, e avança destacando que os pensamentos braudelianos contribuem, também, nas análises geográficas. Instituinto bases para estudos geo-históricos.

Neste trabalho, pensar os projetos e intervenções que são elaborados em uma dada conjuntura (econômica, política e social) se revelam parte do entendimento da estrutura territorial. Ao tentar apresentar leituras sobre projetos e intervenções no campo do saneamento, e também das representações que essas ações fomentam, são forjadas possibilidades analíticas no âmbito da Geografia Histórica. Em especial para o entendimento de continuidades e descontinuidades geográficas que estão diretamente relacionadas as práticas sociais, por vezes “naturalizadas” (como o discurso sobre o saneamento para a Baixada Fluminense).

O exemplo da construção da imagem que temos hoje da Baixada Fluminense¹ como espaço de intervenção serve para demonstrar como políticas de saneamento conduzidas no século XIX e início do XX foram capazes de cooperar na construção do imaginário político e social de uma área e legitimá-la.

A Baixada Fluminense se constituiu como uma área privilegiada no que tange às intervenções por parte do Estado que criaram uma geografia própria com limites e ações distintas para essa área. Esta possui uma extensão que não corresponde hoje às mesmas daquelas destacadas no século XIX e início do XX, e que muitas vezes nos projetos deste período fora mencionado como “Baixada da Guanabara” ou “baixada do Rio de Janeiro”.

Asseveramos como argumento norteador deste artigo pensar a seguinte questão: de que forma os projetos e intervenções de Saneamento no século XIX e Início do século XX e suas representações serviram para legitimar a Baixada Fluminense como espaço para condução deste tipo de política pública?

A fim de uma delimitação metodológica, restringiremos à temática do saneamento e suas representações as ideias relativas às intervenções e projetos construídos em nosso recorte temporal, tendo como justificativa a demanda sobre o saneamento que

¹ É importante destacar que é comumente associado como Baixada Fluminense refere-se à parte dos municípios da porção oeste da Baía de Guanabara que foram incorporados pela célula urbana do Rio de Janeiro (ROCHA, 2011) que corresponde espacialmente aos antigos territórios da Vila de Iguassú e Estrela (SIMÕES, 2007).

ainda orienta as ações presentes nesta área. Tomamos como base a leitura de documentos e relatórios datados entre 1870 e 1950 bem como a revisão bibliográfica que versa sobre este assunto.

Outrossim, enfocaremos a análise das intervenções que incidiram sobre a Baixada da Guanabara, compartimentação da Baixada Fluminense que no período hodierno tem sua porção oeste da baía nomeada e conhecida popularmente como a “Baixada Fluminense”. Área que carrega representações relativas ao urbano periférico, a pobreza, miséria e problemas de saneamento (ROCHA, 2011, ENNE, 2002; BARRETO, 2006). E é legitimada enquanto um espaço diferenciado no contexto regional fluminense que se traveste das ações sedimentadas em sua história territorial a partir de projetos e intervenções na temática do saneamento e pelas apropriações discursivas no campo político.

O artigo está estruturado em três partes, a saber: [1] A institucionalização da Baixada Fluminense – projetos e demandas no final do século XIX; [2] Intervenções na Baixada da Guanabara no Início do século XX; [3] demandas atuais e resquícios históricos - algumas conclusões.

A institucionalização da Baixada Fluminense como espaço de intervenção – O sítio, projetos e demandas no final do século XIX para a Baixada da Guanabara.

O entendimento da institucionalização da Baixada Fluminense como uma área de intervenção no final do século XIX é associado, sobretudo, a três questões: ao sítio, as recorrentes condições de alagamento (SOUZA, 2006); e a necessidade de expansão dos domínios e das atividades da cidade do Rio de Janeiro (ABREU, 1986).

É importante destacar aqui, que a Baixada Fluminense do século XIX, é interpretada a partir dos seus limites fisiográficos. Logo seus limites são aqueles postos em sua geomorfologia. Assim, no que tange a formação do sítio da então Baixada Fluminense se situam as terras entre a Serra e o mar (LAMEGO, 1948). Esta seria a continuidade de terras que acompanharia o litoral do estado do Rio de Janeiro e seria seccionado por

bacias, que constituiriam compartimentações desta Baixada Fluminense. A extensão territorial desta baixada compreenderia a área entre o que é atualmente o município de Campos dos Goitacazes até parte de Mangaratiba (ROCHA, 2014).

O sítio desta área destacava-se como área pantanosa. A sua hidrografia contribuiu tanto para compor o sítio quanto para nomear a área [Fluminense – tem origem no termo *flumen* - do Latim - que significa rio]. Os rios que recortavam toda a essa baixada tiveram suma importância na ocupação territorial desta área (SOUZA, 1996; SIMÕES, 2011; RIBEIRO et al, 2005) sendo verdadeiros indutores das geografias do século XVIII e XIX no que tange a formação de vilas e cidadelas².

A conjugação das terras baixas recortada por rios associadas à dinâmica do clima tropical se revelavam como propícias as constantes inundações e cheias que marcava parte das terras que constituía a “*Baixada Fluminense geomorfológica*”, e que tinha como uma de suas divisões a Baixada da Guanabara (GEIGER & SANTOS 1954),

Essa Baixada da Guanabara, calçada na própria baía que lhe dá nome (AMADOR, 1992), além das questões da formação de seu sítio, tem em sua produção territorial e a interação desta área com a cidade do Rio de Janeiro (ABREU, 2005) elementos que a colocam como espaço privilegiado para intervenções nas questões sobre saneamento até os dias atuais.

Como área importantíssima no processo de ocupação na parte interior do estado, além de ser um ponto estratégico de proteção militar foi um ponto visceral na circulação e troca de mercadorias existentes no período colonial (LESSA, 2003). Essa Baixada da Guanabara entre o período datado do início do século XVII até o início do século XX foi marcada por uma produção agrícola que envolvia produtos como cana-de-açúcar, mandioca, laranja entre outros, além de muitos produtos de subsistências

² Vide o exemplo da estruturação da antiga vila de Iguacu, que se localizará nas proximidades do porto de Iguassu bem como da extinta vila de Estrela, também localizada nos arredores do porto que lhe deu o mesmo nome. Sobre este assunto sugerimos ver: (BEZERRA, 2008; TORRES, 2010).

que eram consumidos na cidade do Rio de Janeiro e transportados por seus rios, até aquele momento navegáveis.

A interação espacial entre a Baixada da Guanabara e o Rio de Janeiro se dava pela circulação de produtos que perpassavam as localidades desta área, uma vez que esta, também, servia de entreposto comercial. Essas atividades deixaram marcas visíveis na paisagem, marcas que servem de testemunha da memória territorial destas interações espaciais e práticas econômicas e sociais. Como exemplo, podemos apontar as vilas surgidas em torno dos rios como a Vila de Iguassú e a Vila de Estrela que foram constituídas de “costas” para a baía, revelando como as formas espaciais testemunham a organização espacial historicamente construída. Cabe, a menção que a porção oeste da Baía da Guanabara foi a área em que as políticas de saneamento se processaram com mais intensidade.

As necessidades que surgiram longo do século XIX, foram primordiais para favorecer olhares às questões sobre saneamento para essa porção oeste da Baía de Guanabara, a saber: [a] a abastecimento de água para a cidade do Rio de Janeiro, que demandou a construção e ampliação de linhas férreas até Rio D’ouro (ABREU, 1992); e [b] a questão da produção agrícola e o combate às enchentes e inundações.

Como referência a questão do combate às enchentes e inundações, Marlúcia de Santos Souza (2006, p.18), destaca que no período Imperial já se estabelecia petições relativas às condições e inviabilidades de ocupação devido a enchentes na região. Tendo como base a leitura de um documento elaborado e assinado por 32 refugiados da região do Pilar³ destinado ao Imperador Don Pedro II, onde “os desabrigados que se refugiaram na corte suplicavam ao Imperador medidas emergenciais como a abertura de valas e a limpeza dos rios”⁴.

³ Pilar corresponde hoje a um bairro do município de Duque de Caxias, localizado as margens de Rio Pilar e que enfrenta constantemente problemas de enchentes e tem sido alvo de ações de projetos recentes por parte do Governo do Estado.

⁴ Iguassu (Arraial do Pilar). Biblioteca Nacional, II-34,17,12. (Apud SOUZA, 2006, p.18).

A questão que toca o cobate as enchentes e a ocupação no final do século XIX vão ao encontro das políticas de modernização do território Brasileiro naquele Período, mas que só iriam ganhar fôlego no início do século XX (FADEL, 2006).

Para Simone Fadel (2009) a passagem datada do final do século XIX para o início do século XX que marca a história ambiental nesta área é percebida com os projetos de intervenção das políticas de saneamento por parte do Estado. Também, podemos acrescentar como parte da pressão para políticas de saneamento para área: [a] a dinâmica de transformação e a incorporação desta porção oeste da Baía de Guanabara às dinâmicas da cidade do Rio de Janeiro; [b] relativa fase de expansão do modo de vida e do tecido urbano em direção a esta área induzida pela intensificação das linhas férreas e da instalação de vias de circulação (Avenida Brasil e Rodovia Presidente Dutra) nas primeiras décadas do século XX; e [c] o constante crescimento populacional, oriundo da migração de populações para esta área e ocupação de antigas fazendas em forma de loteamentos que não ofereciam estruturas adequadas.

Contudo, se faz necessária observar os projetos constituídos para a Baixada da Guanabara e as intervenções no início do século XX para compreendermos as questões que envolvem as políticas de saneamento para esta área e para perceber como elas contribuíram para legitimar essa área como um espaço deste tipo política de intervenção.

O saneamento e as representações sobre a Baixada da Guanabara no início do século XX.

A Baixada da Guanabara no início do século XX apresentava uma forte relação com a produção agrícola (MENDES, 1948). A cultura da laranja demonstrava-se pujante, sobretudo, na porção oeste localizado nas terras que marcavam a antiga vila de Iguassú que destacava essa área com uma representação de “Cidade Perfume” (SOUZA, 1992). Entretanto, essa economia agrícola, neste mesmo período, presencia uma relativa queda impulsionando novos usos para as terras agricultáveis. Terras, que paulatinamente iriam ser incorporadas a lógica urbana (SOARES, 1962).

André Santos a Rocha, *Projetos e intervenções de saneamento na Baixada Fluminense do século XIX e início do XX - representações e continuidades.*

Associada as demandas territoriais oriundas do século XIX, a intensificação do processo de urbanização em curso acabaria fomentando a necessidade de constituição de projetos que versassem para a temática do saneamento nessa área, incorporando dessa forma a porção oeste da Baía de Guanabara à agenda de políticas territoriais do Estado no início do século XX.

Neste sentido, Simone Fadel (2010, p.7) aponta que “ao final de um ciclo de formação de Comissões Federais e Estaduais de Saneamento, cria-se a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense, vinculada ao ministério de Viação e Obras Públicas”. Para a referida autora a Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense é constituída apenas na década de 1930 sob direção do engenheiro Hildebrando de Góes.

Os projetos de intervenção na Baixada foram previstos antes da criação desta diretoria, como nas informações contidas no Relatório do Ministério de Viação e Obras Públicas de 1911 (p.476) onde se apontavam “a necessidade de dragagem e ampliações e limpeza de canais e cursos de rios na *baixada do Rio de Janeiro*”⁵. Fernandez (2013, p.1188) destaca também que a própria Comissão Federal de Saneamento instituída no início do século XX, tinha como missão examinar os planos, estudos plantas e relatórios elaborados desde 1984 pela Comissão de Estudos e Saneamento da Baixada do Rio de Janeiro.

Em consonância, Simone Fadel (2006, p.105) destaca que a instalação da Comissão Federal de Saneamento da Baixada Fluminense [1909-1916], e a formulação do relatório elaborado pelo engenheiro Hildebrando de Góes, de 1939, foram de suma importância para as intervenções das políticas de saneamento.

Conforme Fadel (2010, p.9), o relatório de Hildebrando de Góes se dedicava ou tratava entre outras coisas da:

⁵ No referido texto que se inicia na página 472 é intitulada “Saneamento da baixada do Rio de Janeiro”, que faz referência a ações de intervenção em rios localizados na porção oeste da Baía de Guanabara considerando os limites dos rios Merity e Guaxindiba.

recuperação de áreas alagadas, defesa contra inundações. Dragagem de novos leitos para rios que se perderam em brejais, ligação permanente de lagoas costeiras ao oceano, drenagem subterrânea e obras de arte.

Neste mesmo relatório Hildebrando de Góes (1934, p. 264-265.) destacava ser importante “estudar o aparecimento de pirexias palustres com aspecto endêmico observadas nas zonas banhadas pelos rios Irajá, Meriti, Pilar e Iguassú”. É importante salientar que rios destacados recortam o a porção oeste da baía de Guanabara, e ainda hoje são focos de intervenção por parte dos governos estaduais e federais⁶.

Além da intervenção nos rios, destacados por Hildebrando de Góes, Marlúcia de Santos Souza (2006, p.18) complementa que foram propostas medidas de enxugamento e drenagem dos pântanos [áreas alagáveis dos rios]. As iniciativas estavam associadas ao combate de moléstias, que atingiam o que hoje corresponde a parte dos municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Belford Roxo e Mesquita. Leonardo Jefferson Fernandes (2013, p.1189) lembrando a menção de Hildebrando, destaca que estas obras tinham como missão tornar salubre essa área, próxima e possibilitar seu aproveitamento.

Neste relatório, Hildebrando de Góes estabelece em seu relatório de 1934 uma regionalização da Baixada Fluminense, compartimento-a em quatro partes, a saber: a) Baixada dos Goitacás – que compreenderia área de drenagem e foz do Rio Paraíba do Sul e onde se poderia perceber maior atividades relativas ao plantio de cana de açúcar; b) Baixada de Araruama – compreenderia área de drenagem da Lagoa de Araruama, marcada pela prática agrícola de menor porte; c) **Baixada da Guanabara** – área de drenagem da baía de Guanabara, marcada pela produção agrícola da citricultura com crescimento de estrutura urbana e forte tendências de loteamentos; e d) Baixada de Sepetiba – recortada como continuidade da expressão econômica desta Baixada da Guanabara, contudo se mostrava como base na Baía de Sepetiba;.

⁶ É importante sinalizar que nos últimos vinte anos as políticas de dragagem e saneamento para os rios Iguaçu e Sarapuí estiveram presentes em diferentes projetos de intervenção urbana/saneamento, tais como: o programa de despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) – iniciado em 1994 e terminado em 2006; O programa Baixada Viva, que visava políticas de contenção de esgoto jogado diretamente no Sarapuí e Iguaçu – implantado de 1998-2004; e o Projeto Iguaçu, ainda em execução sob ação do governo estadual com apoio de verbas do PAC.

Para esta Baixada da Guanabara, Hildebrando de Góes, já mencionava os loteamentos frutos da queda da produção da citricultura e apontava que este loteamento era feito tanto pelo governo quanto por empresas (FADEL, 2010). Essa “onda loteadora” também é mencionada por Pedro Pinchas Geiger (1952) e por Renato da Silveira Mendes (1948) quando destacam o enfraquecimento da produção agrícola e a tendência sobre o uso destes espaços nos municípios que compunham extensas áreas de produção agrícola nessa região.

A conjuntura política e econômica que caracteriza esse período [1920-1945], período entre guerras, que culminou com o enfraquecimento da produção da citricultura na região revela-se, por outro lado propício às demandas de retalhamento das antigas fazendas que corroboravam para a expansão urbana nesta área (SOUZA,1992).

A incorporação urbana, de forma precária, revela-se como um fator de pressão às políticas de saneamento. Os projetos e intervenções na “Baixada” passou a reverberar nos discursos políticos e se tornaria estratégico na construção de políticas de governo, pautadas numa representação onde a problemática do saneamento se faz urgente às condições de sobrevivência para uma periferia cada vez mais integrada à cidade do Rio de Janeiro.

Destarte, as políticas territoriais de saneamento se mostravam, então, como representações vitoriosas para a sociedade fluminense, como exemplificado na figura 1. As intervenções destacadas no jornal *O imparcial* mostram uma representação em que a intervenção no campo do saneamento viriam revelar um “lindo Panorama”, tanto no que tange a vitória do homem sobre as condições ambientais, como na eficácia do poder público e constituir ações em prol do progresso.

A formulação dos estudos sobre o saneamento para a Baixada Fluminense no início do século XX, com ênfase na porção ocidental da Baixada da Guanabara e/ou Baixada do Rio de Janeiro, fomentou um raptó da nomenclatura que agora surge como uma sinédoque dos feitos das intervenções. A Baixada da Guanabara passa a designar a uma condição mais ampla [a Baixada Fluminense] antes “o charco, de cor escura e

ladocenta” se tornaria uma espacialidade legítima onde as intervenções e projetos se fazem pertinentes, tanto pelas demandas territoriais que constituiriam a passagem do século XIX para o século XX, quando pela condição geo-histórica que de forma oportuna sedimentara essa espacialidade no plano dessas políticas territoriais.



Figura 1: Reportagem sobre intervenções na Baixada Fluminense nos anos de 1940.. “um lindo panorama”. Fonte: O Imparcial, Rio de Janeiro, 11 de janeiro de 1946. (p.2) [Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>]

É importante destacar que as políticas de saneamento, tecidas para o início do século XX estavam associadas a necessidade de vencer as condições naturais e tornar salubre o uso do solo. Essas foram, também, uma marca do Brasil República, que buscava o progresso em seus feitos no territorial nacional. Assim, a representação deste tipo de política pública urge com sob um signo ideológico (FERNANDES, 2013).

Fernandes (2013, p.1190) destaca que as próprias dinâmicas agrícolas, em vigoroso crescimento na primeira metade do século passado, emanavam iniciativas próprias de

“dragagem de rios”. A política do saneamento acompanhava as demandas da fruticultura na Baixada. Assim sanear era necessário para a prosperidade regional. Todavia, o declínio da produção agrícola e a expansão urbana periférica darão novas áreas as políticas de saneamento, que ganham novos significados na contemporaneidade.

Continuidades e representações em torno do saneamento na atual representação de Baixada Fluminense - algumas conclusões.

Ao passo que olhamos a presente produção territorial da Baixada Fluminense, nos deparamos com demandas semelhantes no que tange ao saneamento daquelas que marcaram a passagem do século XIX para o século XX. Entretanto, é importante destacar que a conjuntura se modificou. Agora, esta porção oeste da Baía de Guanabara se solidificou como uma realidade urbana. As demandas pela infraestrutura saltam como necessidade direito a vida urbana e a precariedade das condições básica de sobrevivência marcam estigmas e representações de cidades miséria onde indicadores sociais se revelam alarmantes (ROCHA & SANTOS FILHO, 2006).

A Baixada Fluminense que entendemos na contemporaneidade como lócus do urbano, fruto de uma composição complexa - que inclui em sua “formação núcleo”⁷ municípios como Nova Iguaçu, Duque de Caxias, Nilópolis, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti, Queimados e Japeri (ROCHA, 2013; SIMÕES, 2011) -, permanece ainda com uma representação de precariedade e de fortes demandas pelo saneamento básico. Demandas estas que já eram preconizadas e pensadas no início do século XX. Demandas que atualmente alimentam discursos e práticas que buscam sua hegemonia política nessa área.

⁷ Dado a complexidade de definição atual de quantos municípios pertence a Baixada Fluminense, por conta de um descompasso representacional (ROCHA, 2009), reportamos esse termo utilizado tanto por Rocha (2013) quanto pro Simões (2011) para designar municípios que comumente são reportados como parte da Baixada. Ainda, vale a menção que a maior parte desde está inserida na Bacia do Iguaçu e tem seus afluentes perpassando seus territórios – por isso ainda hoje lócus de políticas de saneamento.

A analogia com o “mito nordestino da necessidade” (CASTRO, 1991) se reconfigura na Baixada. Invés da “seca”, o “manar” capaz de nutrir e dar fôlego as plataformas de governos no período contemporâneo é a abundância de água nas mazelas que enchentes e inundações provocam.

O olhar para projetos do final do século XX e início do XXI como os programas Baixada Viva e Nova Baixada, o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara e mesmo, o mais recentemente, o Projeto Iguaçu⁸, revela reverberações desta temática que sempre se mostrou urgente e delimitou esferas negociação, legitimando a Baixada Fluminense no campo político a partir de projetos de intervenções (ROCHA, 2014). Entretanto, mesmo com esses projetos ainda são recorrentes as enchentes e transbordamentos dos rios como o rio Botas, Sarapuí e Iguaçu, citados no Relatório do Ministério de Obras Públicas de 1911 (ver figura 2).

Neste sentido, seria oportuno pensar esses projetos e intervenções no campo do Saneamento na Baixada Fluminense como uma história estrutural?

Ribeiro (2008, p.237) comentando a concepção braudeliana, “A História estrutural não é, portanto, alheia à mudança (e acaso ela poderia ser concebida dessa forma?), mas é, sim, uma História daquilo que resiste aos acontecimentos e às conjunturas”. Desse modo, podemos pensar as continuidades dos projetos e intervenções no campo do saneamento como características de uma perpetuação onde a geografia e a história se encontram a partir das práticas políticas. Essas práticas políticas ajudam a produzir representações para o que hoje conhecemos como Baixada Fluminense e a coloca-la como palco intencional e discursivo sobre intervenções do saneamento.

Em síntese, percebemos que essas demandas territoriais constituídas entre o final do XIX e início do XX, contribuíram para o desenho de projetos num plano geo-histórico, onde as políticas de saneamento se encontram como parte das ações que legitimou a

⁸ Projeto Iguaçu, iniciado em 2010, é executado pelo Instituto do Meio Ambiente do Estado do Rio de Janeiro (Inea), tem como objetivo o controle de inundações e recuperação ambiental das Bacias dos Rios Iguaçu, Botas e Sarapuí. Os municípios atendidos pelo projeto são: Nova Iguaçu, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti, Nilópolis e Duque de Caxias.

Baixada Fluminense (essa porção oeste da baía da Guanabara) como lócus de intervenção.



Figura 2: Foto 1 - Transbordamento do rio Iguaçú no bairro Cidade dos meninos, em Duque de Caxias em Janeiro de 2010.

Fonte: SANTOS FILHO, Sidney. Janeiro de 2010

A problematização numa perspectiva geo-histórica do projetos e intervenções de Saneamento e de suas representações, tomando como caso a Baixada Fluminense serve de pressuposto para refletir sobre as aproximações necessárias no campo da história e geografia e discutir como as formas, funções estruturas, significados, objetos e ações são frutos de uma construção social historicamente e geograficamente situadas.

Assim, asseveramos os estudos dos projetos e intervenções como vertentes a serem estudadas neste campo da Geografia, tendo em vista a amplitude de questões que se abrem para compreensão de relações que envolvem: homem-meio, tessituras de poder, arranjos e continuidades de práticas territoriais, entre outras questões.

Numa análise mais apurada sobre as intervenções na porção oeste Baixada da Guanabara [tida hoje como a “Baixada Fluminense”], percebe-se que estes serviram, também, na legitimação desta área como espaço de intervenção, notoriamente influenciando no período atual, colocando-a no rol das políticas públicas no contexto fluminense.

Destarte, não se quis neste trabalho extingui toda a problematização sobre o debate da legitimidade desta área como escala de intervenção, tão pouco eliminar outras vias de discussão desta abordagem. Assim, indicamos a possibilidade de apresentar diálogos que envolvem e transversalizam compreensões de geografias de distintos tempos, exemplificada aqui nas continuidades e representações das políticas de saneamento na Baixada.

Agradecimentos

Agradeço a Guilherme Ribeiro e Ana Maria Daou pela leitura crítica e sugestões dadas para melhorias do trabalho.

Referências:

ABREU, Mauricio de Almeida. A luta pelo controle territorial da Baía de Guanabara no século XVI: agentes, alianças, conflitos. In: Mauricio A. Abreu. (Org.). **Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações**. Rio de Janeiro: formas, movimentos, representações. Rio de Janeiro: Da Fonseca Comunicação, 2005, v. 1, p. 8-29.

ABREU, Mauricio de Almeida. A apropriação do território no Brasil colonial. In: Castro, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, Paulo César C..(Org.). **Explorações Geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 197-245.

ABREU, Maurício de Almeida. (org.). **Natureza e Sociedade do Rio de Janeiro**. RJ: SMCTE/Divisão, 1992.

ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986.

ALVES, José Cláudio Sousa. **Dos barões ao Extermínio: uma história de violência na Baixada Fluminense**. Duque de Caxias: APPH CLIO, 2003.

AMADOR, Elmo da Silva. Baía de Guanabara: Um Balanço Histórico in ABREU, Maurício de Almeida (org.). **Natureza e Sociedade do Rio de Janeiro**. RJ: SMCTE/Divisão, 1992:234-235.

CASTRO, Iná Elias. **O mito da necessidade**. O Discurso e prática do regionalismo nordestino. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992. 248p.

Iguassu (Arraial do Pilar). Documento enviado para o imperador D. Pedro II por refugiados do Pilar que se encontravam abrigados na Corte. Biblioteca Nacional, Setor de Manuscritos: II-34,17,12.

FADEL, SIMONE. História Ambiental e Baixada Fluminense. Uma aproximação a partir da relação entre engenheiros, meio ambiente e saneamento. **Revista Pilares da História**. Ano 9, nº10, p.7-13, maio de 2010.

FADEL, Simone. **Meio ambiente, saneamento e Engenharia no período do Império à Primeira República**: Fábio Hostílio de Moraes Rego e a Comissão federal de Saneamento da Baixada (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. Programa de Pós-Graduação em História Social, 2006. P.216.

FERNANDES, Leonardo Jefferson. Estado e mudança ambiental: a "nova orientação" do saneamento da Baixada Fluminense nos anos 1930. *Anais: Encontros Nacionais da ANPUR*, v. 9, pp. 1185-1198, 2013.

GEIGER, Pedro P.; MESQUITA, Myriam G.C. **Estudos rurais da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: IBGE, 1956.

GEIGER, Pedro P; SANTOS, Ruth L. "Notas sobre a evolução da ocupação humana na Baixada Fluminense". In: **Revista Brasileira de Geografia**. Ano XVI, n.º 03, p.291-313, julho- setembro de 1954.

GEIGER, Pedro, P. **Loteamento na Baixada da Guanabara, estudos rurais da Baixada Fluminense e notas sobre a evolução da ocupação humana da Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: IBGE, 1952.

GÓES, Hildebrando de Araújo. Relatório Apresentado pelo Engenheiro Chefe da Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense. RJ: Ministério de Viação e Obras, 1934.

LESSA, Carlos. **Rio de todos os Brasis**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MENDES, Renato da Silveira. **Paisagens culturais da Baixada Fluminense**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1948.

SOUZA, Marlúcia Santos de. Impacto das Políticas Agrárias e de Saneamento na Baixada Fluminense. **Revista Pilares da História**. Ano 4, nº 6, p. 17-35, abril de 2006.

SOUZA, Marlúcia Santos de. **Terras de muitas águas**. Duque de Caxias: papelaria Itatiaia, 1996.

SOUZA, Sonali Maria de. **Da Laranja ao Lote. Transformações Sociais em Nova Iguaçu. RJ** (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Antropologia do Museu Nacional, 1992.

PHILO, Chris. História, geografia e o “mistério ainda maior da geografia histórica”. In: GREGORY, D; MARTIN, R.; SMITH, G. (org's). **Geografia Humana**. Sociedade, Espaço e Ciência Social, 1996. p.269 -298.

RIBEIRO, Guilherme da Silva. **Espaço, tempo e Epistemologia no século XX**: a geografia na obra de Fernand Braudel. (Tese de Doutorado)(2008). **Universidade federal Fluminense**. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2008, 380f.

ROCHA. André Santos da. A representação “ideal” de um território: exemplificando a Baixada Fluminense. **Revista Pilares da História**. Ano 10, n.11, p. 20-30 maio de 2011.

ROCHA, André Santos da. (Re) pensando a Baixada Fluminense em um contexto da Região Metropolitana do Rio de Janeiro: Sociedade, Território e Representação. **Revista Geo-paisagem (on-line)**. Ano 6, nº 12, Julho/Dezembro, 2007 disponível em: <http://www.feth.ggf.br/baixadafluminense.htm>. Data do acesso 20/02/2012.

ROCHA, André; SANTOS FILHO. Sidney Cardoso. Baixada Fluminense, RJ: entre os rumos do desenvolvimento e o rótulo de “cidades-miséria” - algumas considerações. In: **Seminário de Pós-graduação em Geografia UNESP** - Rio Claro. Rio Claro : CD Rom, 2006.

Relatório do Ministério de Obras Públicas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1911. P 656.

WALLERSTEIN, Immanuel. O Homem da Continuidade. In: LACOSTE, Yves. (coord.). **Ler Braudel**. Campinas, SP: Papyrus, 1989. p.13-29.

O SURGIMENTO DAS ESCOLAS DE SAMBA NO RIO DE JANEIRO SOB UMA PERSPECTIVA TERRITORIAL

Zilmar Luiz dos Reis Agostinho *

Resumo: As escolas de samba do Rio de Janeiro têm sua origem nos espaços segregados da cidade. As classes populares – que foram deslocadas a partir das reformas urbanas realizadas na área central do Rio de Janeiro no início do século XX – obrigaram-se a criar novas estratégias que levaram a existência de uma territorialidade com seus espaços vividos. Tal territorialidade se intensificou a partir do aparecimento das escolas de samba no final da década de 1920, possibilitando uma maior identificação das classes populares com seus espaços vividos. Todas essas dinâmicas podem ser analisadas a partir do conceito de território.

Palavras-chave: Território; escolas de samba; Rio de Janeiro; territorialidade.

THE RISE OF RIO DE JANEIRO'S SAMBA SCHOOLS UNDER A TERRITORIAL PERSPECTIVE

Abstract: The samba schools of Rio de Janeiro have their origin in the segregated spaces of the city. The popular segments – which were displaced due the urban reforms made in downtown of Rio de Janeiro in the beginning of the XXth century – created new strategies that led to an existence of a territoriality with their lived spaces. The rise of samba schools at the end of 1920s intensified such territoriality, getting possible the identification of the popular segments with their lived spaces. All of these dynamics can be analyzed according the concept of territory.

Keywords: Territory; samba schools; Rio de Janeiro; territoriality.

EL SURGIMIENTO DE LAS ESCUELAS DE SAMBA DE RIO DE JANEIRO BAJO UNA PERSPECTIVA TERRITORIAL

Resumen: Las escuelas de samba de Río de Janeiro tienen su origen en los espacios segregados de la ciudad. Las clases populares – que fueran desplazadas en razón de las reformas urbanas realizadas en la área central de Río de Janeiro en el comienzo del siglo XX – crearon nuevas estrategias que llevaron a la existencia de una territorialidad con sus espacios vividos. Esa territorialidad ha sido intensificada a partir del

* Mestre em História Social e Licenciado em Geografia pela UERJ. Professor da rede municipal de ensino de Japeri e São Gonçalo/RJ. E-mail: zilmargeo@gmail.com

surgimiento de las escuelas de samba en el final de la década de 1920, haciendo posible una más grande identificación de las clases populares con sus espacios vividos. Todas esas dinámicas pueden ser analizadas a partir del concepto de territorio.

Palabras clave: Territorio; escuelas de samba; Río de Janeiro; territorialidad.

Introdução

O presente artigo tem por objetivo discutir o conceito de território a partir do surgimento das escolas de samba no Rio de Janeiro. Pensar uma manifestação cultural tão complexa como as escolas de samba e trazê-las para a abordagem territorial é tarefa bastante árdua, pois as definições do conceito de território são múltiplas, dificultando a escolha de uma abordagem capaz de explicar plenamente tal manifestação.

Para alcançarmos o objetivo pretendido, temos que buscar as origens da segregação espacial ocorrida no Rio de Janeiro a partir das reformas urbanas ocorridas no início do século XX, que impôs uma nova territorialidade às classes populares. Nesses novos territórios, o samba se desenvolveu e ganhou forma, sendo posteriormente adaptado e utilizado nos desfiles festivos dessas classes, acabando por criar as chamadas escolas de samba, que são uma manifestação da territorialidade dos indivíduos com seu espaço vivido.

O problema de se estudar os movimentos populares (e suas festas) em suas origens parece “atormentar” as ciências sociais, haja vista que “a história dos movimentos populares difere de tais objetos [obras concretas] e, de fato, da maioria da história tradicional, na medida em que simplesmente não há um corpo de material a seu respeito.” (HOBSBAWM, 2008, p. 219). Muito do material que se tem sobre a origem das escolas de samba foi concebido através do relato de seus fundadores ou das pessoas que vivenciaram seu início, o que para Eric Hobsbawm (op.cit.) é um “meio

escorregadio”, já que se baseia na memória das pessoas e, como sabemos, a memória pode ser falha.

Entretanto, não podemos desanimar diante das dificuldades encontradas; nossos esforços devem caminhar a partir da análise das escolas de samba enquanto uma das possíveis concretizações da dimensão simbólica do território, onde as classes populares da cidade do Rio de Janeiro podiam manifestar as suas identidades.

A nova territorialidade das classes populares

As escolas de samba da cidade do Rio de Janeiro não deixam dúvida quanto ao seu caráter popular no que diz respeito à sua criação e desenvolvimento. Contudo, cremos que sua criação foi possibilitada a partir das reformas urbanas ocorridas na então capital da República no início do século XX.

Durante a Primeira República, buscava-se suplantar todo o atraso legado pela monarquia e pela escravidão, sendo as elites intelectuais apontadas como as únicas capazes de vencer tal atraso e inserir o Brasil na modernidade. Para alcançar a modernidade, tornava-se necessário o afastamento das classes populares na condução deste processo, pois eram vistas como indesejáveis aos seus ideais civilizatórios, exclusivamente direcionados às elites.

Fazendo um paralelo com Nísia Lima (1999), que aponta o contraste existente entre o litoral e o sertão do Brasil, podemos nos perguntar se não havia dentro do próprio litoral alguns sertões. Utilizando-se de outro nível de escala, podemos chegar a seguinte pergunta: não existiriam sertões dentro do próprio Rio de Janeiro?

Outra questão levantada por Lima, que intrigava os primeiros anos republicanos, girava em torno do modelo a ser adotado na formação da identidade nacional: se deveríamos optar pelo modelo ibérico ou pelo norte-americano. Dar uma identidade

ao país e inseri-lo na modernidade era uma tarefa extremamente difícil, haja vista que o Brasil era estigmatizado como um país atrasado culturalmente e etnicamente inferior, pois poderia até mesmo ser entendido como vítima do darwinismo social. Sobre este aspecto, vejamos as palavras de Monica Velloso (2007, p.355): “existiriam civilizações superiores e inferiores, a que corresponderiam respectivamente etnias. A nacionalidade brasileira aparecia como o elo fraco da corrente.”

Entretanto, na busca por um modelo correto de civilização, as classes populares estavam completamente alijadas de qualquer participação no processo, exclusivamente liderado pelas elites.

A civilização não implicava a democratização social, mas, antes, no esforço dos ideais aristocratizantes. No Rio de Janeiro, em particular, acabam-se criando novos mecanismos de exclusão social, já que a abolição da escravidão – pelo menos em teoria – determinava a igualdade de direitos. Os ideais civilizatórios passaram a ser claramente endereçados às elites. (VELLOSO, 2007, p. 362).

Conforme se viu, uma das formas de inserir o Brasil na modernidade significava copiar algum padrão importado de comportamento. No início do século XX, se o modelo econômico a ser copiado era o britânico, o cultural com certeza era francês. Paris passa ser o modelo de cidade ideal para as elites, que buscam reformar a então capital brasileira conferindo-lhe um “ar europeu”. As reformas postas em marcha pelo então prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, buscaram eliminar os cortiços e as habitações humildes, expulsando as classes populares da área central da cidade.

A nova área central da cidade para atender as demandas de “civildade” das elites, ou se preferirmos, atores hegemônicos, torna-se um novo território, um território usado, funcionando como “um recurso, garantia de realização de seus interesses particulares.” (SANTOS *apud* HAESBAERT, 2004, p. 59). As reformas urbanas ocasionaram o deslocamento de um grande número de pessoas para o entorno da área central e também para os subúrbios da cidade, que se tornam um abrigo para os “atores hegemônicos, buscando constantemente se adaptar ao meio geográfico

local, ao mesmo tempo que recriam estratégias que garantam sua sobrevivência nos lugares.” (HAESBAERT, 2004, p.59).

Marcel Roncayolo (1986), ao traçar um histórico do conceito de território, nos diz que uma de suas definições é aquela que o estabelece como um objeto de disputa de poder, pois na perspectiva dos atores hegemônicos, o território é visto de acordo com sua dimensão política. Aqui cabe a noção de território a que Haesbaert (2002) chama de *relacional*, fruto de relações sociais ou de poder, contrapondo-se a noção de território absoluto, visto como coisa, objeto. Já na perspectiva dos atores hegemonzados, o território pode ser visto segundo seu aspecto cultural. No primeiro caso, as classes dominantes transformam o espaço de acordo com seus interesses, impondo seu poder de decisão às classes dominadas, expulsando-as – ou “removendo-as” – em uma disputa desigual de poder. No segundo caso, o novo lugar de moradia obriga as classes populares (dominadas) a viverem novas experiências e a terem um entendimento novo da realidade que as cerca, sendo o entorno vivido um lugar de troca. (SANTOS, 2004). Essa passagem nos remete a definição de *psicosfera*, que é representada pelo “reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido [...]” (SANTOS, 2004, p.256). A definição de *psicosfera* de Milton Santos se aproxima daquilo que Roncayolo (1986, p.266) chama de *psicologia individual*, que é “o espaço vivido, subjetivo, reconhecido ao longo de experiências individuais e múltiplas”.

Apesar de percebermos em sua definição de território como *abrigo* um viés culturalista, segundo Rogério Haesbaert (2004, p. 61) a preocupação maior de Milton Santos é com a perspectiva econômica desta categoria, devido à grande ênfase “à funcionalização e ao conteúdo técnico dos territórios”.

Havia, portanto, o claro objetivo de dar forma a uma “separação territorial” por parte das classes dominantes, já que, “o esforço conjunto das elites e do governo oligárquico

da Primeira República ia ao sentido de contenção das assim denominadas ‘classes perigosas’, especialmente no tocante à sua herança africana.” (REIS, 2003, p. 242).

O termo *herança africana* remete-nos a questão levantada por Stuart Hall (2003) em seu trabalho sobre a diáspora. Não poderíamos aqui afirmar que a retirada das classes populares se trata de uma diáspora, mesmo que em um curto espaço, dentro de uma mesma cidade? O que as elites queriam com o afastamento das “classes perigosas” era a criação de dois territórios totalmente distintos, nos quais as classes populares deveriam limitar-se ao espaço destinado a elas, enquanto que a nova área central era o espaço das elites, fazendo, em um esforço de analogia, uma oposição entre o litoral e o sertão, só que dentro de uma mesma cidade. “Duas cidades conviviam no Rio de Janeiro do começo do século [XX]: a das casas de chá, cassinos e lojas caras, e a do trabalho, de homens de pés descalços, dos cortiços e quiosques lamacentos.” (PECHMAN; LIMA JÚNIOR, 2005). Os habitantes dos cortiços eram aqueles cuja herança africana tanto amedrontava as elites, cuja diáspora difere dos motivos levantados por Hall, que sustenta que “a pobreza, o subdesenvolvimento, a falta de oportunidade podem forçar pessoas a migrar, mas que cada disseminação carrega consigo a promessa do retorno redentor.” (HALL, 2003, p. 28). Temos que concordar que os habitantes expulsos da área central do Rio de Janeiro eram todos pobres e sem nenhuma oportunidade, mas a sua, digamos, diáspora foi imposta por outro grupo social desejoso de ocupar um espaço e não somente por razões econômicas.

Claro está que as razões econômicas contribuem para essa lógica de exclusão e que tal movimento pode ser visto como uma desterritorialização, como Haesbaert (2002) define, ainda que tenha trabalhado tal conceito na ótica da globalização. A população expulsa passa a ter que criar uma ligação com seu novo território, de uma maneira ou de outra, pois a exclusão social faz com que muitas pessoas revalorizem seus vínculos básicos com o território, mesmo no seu sentido mais elementar, isto é, o da reprodução social como fonte de recursos. Todavia, devemos lembrar que o território

também envolve uma dimensão simbólico-identitária. Desterritorialização, portanto, também é um processo de exclusão sócio-espacial.

Mesmo com o claro objetivo de conter as chamadas “classes perigosas”, não lhes dando qualquer participação política e relegando-as à dependência econômica, as elites não foram capazes de eliminar as heranças culturais das classes populares, pois “o oficialismo da vida cultural sempre voltada para o cenário europeu coexistia com expressivas tradições nacionais marcadas, sobretudo, pela influência da cultura negra.” (VELLOSO, 2007, p. 363). Tal passagem acima nos permite perceber que as classes populares buscavam resistir à opressão imposta pelo grupo dominante, mantendo suas tradições vivas e, com o passar do tempo, reinventando-as.

A territorialização do carnaval

A separação entre as classes aconteceu também no Carnaval, pois a elite combatia também as manifestações festivas das classes populares, vistas como representações da barbárie e da incivilidade. Entre essas manifestações estava o entrudo, que já era praticado muito antes da abolição da escravidão e da proclamação da República, sendo identificado no Brasil já no século XVI (FERREIRA, 2005). Porém, é necessário dizer que o entrudo era praticado também pelas elites, que possuíam objetos (limões-de-cheiro, seringas) mais sofisticados que a grande maioria da população, mas sua comemoração estava restrita geralmente às residências.

Era o entrudo dos negros (e dos pobres) que era combatido veementemente pelas elites, que temiam o alvoroço causado por esse carnaval, bem como a grande massa que andava mascarada pelas ruas do Rio de Janeiro. A prática do entrudo, ainda que fosse mantida na esfera privada, precisava ser eliminada da esfera pública, das ruas, como afirmou o prefeito do Rio de Janeiro, Pereira Passos, em 1904, em entrevista ao jornal *Gazeta de Notícias*, transcrita por Moraes (1967, p.41). O então prefeito afirmava ser inaceitável que se praticasse o entrudo na rua, que para ele era uma

“distração perigosa”, mas que não podia proibir a prática na esfera privada, pois “quem quiser molhe e seja molhado.”

Além de uma simples preocupação com uma questão de saúde pública, a principal preocupação de Pereira Passos, como um político da Primeira República, era o “perigo” que o entrudo representava para os ideais civilizatórios das elites. Para elas, fazia-se necessário remodelar também o Carnaval, eliminar o incivilizado entrudo de origem lusitana e o caos que o acompanhava; e substituí-lo por um Carnaval à “francesa”, “impondo à festa a ideia de ordem, de regulamentação e de purificação, tão cara ao século XIX [e ao início do século XX]¹.” (FERREIRA, 2005, p.32).

A forma encontrada pelas elites para remodelar o Carnaval carioca estava nos bailes de máscaras dos salões e nos desfiles das Grandes Sociedades, fazendo com que estas ocupassem as ruas do centro do Rio de Janeiro e encorajando as elites para que saíssem a elas para festejar (FERREIRA, 2005).

As camadas mais ricas, então, passam a comandar os festejos momescos através dos desfiles das Grandes Sociedades e dos bailes de máscara na nova área central da cidade, enquanto o Carnaval das classes populares se retraiu do centro para os bairros [subúrbios]² e ganhou força nos morros e favelas (SEBE, 1986). A separação ocorrida entre o carnaval das elites e o carnaval das classes populares originou o que se convencionou chamar de grande e pequeno carnaval.

O pequeno carnaval era constituído pelos agrupamentos formados pelas camadas mais baixas da população – os cordões, os ranchos e, mais tarde, as escolas de samba. O grande carnaval era o dos Fenianos, dos Tenentes do Diabo, dos Democráticos, etc., isto é, das grandes sociedades. (CABRAL, 1996, p.24).

Aqui podemos ver a mesma aceção de território tanto para as classes hegemônicas quanto para as classes hegemônicas que, neste caso, é um território simbólico no

¹ Grifo nosso.

² Grifo nosso.

qual cada grupo manifesta a sua identidade. Porém, esses territórios eram claramente delimitados, cabendo às elites a nova área central, enquanto que aos menos favorecidos, cabiam os morros e subúrbios das cidades.

Devemos lembrar que essa separação entre os “carnavais” fazia parte de todo um movimento presente no início da República que via toda e qualquer forma de cultura popular, juntamente com seus valores, como claras manifestações de atraso, que maculavam a imagem da civilidade das classes dominantes (SOIHET, 1998). Porém, a presença dessas manifestações se fazia sentir através das festas, das músicas e, principalmente, nas chamadas rodas de samba nas casas das chamadas “tias”, sobretudo na casa da “tia” Ciata (Hilária Batista de Almeida). Muitos estudiosos do assunto apontam a sua casa, na Praça XI – onde aconteciam também cultos de candomblé – como o local de nascimento do samba.

A casa de “tia” Ciata é também apontada como o local de nascimento do primeiro samba gravado que obteve sucesso – *Pelo telefone* – de autoria dos compositores Donga e Mauro de Almeida³. De acordo com Cabral (1996), essa composição estabeleceu um novo marco no carnaval carioca, pois foi a partir dela que o samba começou a assumir a primazia nos festejos da classe popular.

Paradoxalmente, o samba somente atingiu tal *status* devido a uma interação entre um segmento das elites e a elementos das classes populares, proporcionada pela atuação de mediadores culturais (VIANNA, 2007). Um encontro narrado por Gilberto Freyre acontecido em 1926 pode ser representativo da passagem anterior, no qual o próprio Freyre, Prudente de Moraes Neto, Heitor Villa-Lobos e Luciano Gallet foram a uma “noitada” de violão, cujos anfitriões eram Donga (Ernesto dos Santos), Patrício Teixeira e Pixinguinha (Alfredo da Rocha Viana Filho). Este encontro, na opinião de Vianna (2007, p. 20), foi emblemático, pois reunia, “de um lado, representantes da intelectualidade e da arte erudita, todos provenientes de ‘boas famílias brancas’. Do

³ Há quem afirme que a composição é uma obra coletiva e não somente dos dois compositores citados.

outro lado, músicos negros ou mestiços, saídos das camadas mais pobres do Rio de Janeiro”.

Tal encontro, segundo o autor, não foi o único, nem tampouco o primeiro; apenas estava inserido em uma longa tradição de contato entre a elite brasileira e as várias manifestações de musicalidade afro-brasileira. Antes mesmo do encontro entre os intelectuais e os sambistas, já se percebia a interação direta entre os sambistas e a elite política brasileira. Uma passagem marcante desta interação pode ser vista a seguir:

Foi também a apreensão de um pandeiro na famosa Festa da Penha que deu origem a uma passagem dessa mesma imbricação entre a ordem e a desordem. Nela estiveram envolvidos o afamado sambista João da Baiana, filho de baianos, e, nada mais nada menos do que o caudilho gaúcho senador Pinheiro Machado, um dos políticos mais influentes da República Velha. (REIS, 2003, p. 254).

O sambista João da Baiana (João Machado Guedes) afirma em seu depoimento ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro, transcrito por Cabral (1996, p. 28), que havia sido convidado para participar de uma festa na casa do senador Pinheiro Machado, mas não compareceu porque o seu pandeiro havia sido apreendido pela polícia na Festa da Penha. O senador, então, manda-o chamar no Senado e pergunta o motivo de sua ausência. Obtendo a resposta do sambista, o senador pergunta se João da Baiana havia brigado e onde poderia se fabricar o instrumento. Com a nova resposta do sambista, Pinheiro Machado lhe entrega uma ordem para que fosse feito um novo pandeiro com uma dedicatória sua. Uma espécie de passe livre, talvez.

Podemos perceber nas passagens descritas acima, que cada grupo pertencia a um determinado território, onde estabeleciam seus vínculos, suas relações de poder. Contudo, isso não impedia que houvesse uma interação entre os componentes de cada território, o que nos faz concluir que o território não é algo estanque, impenetrável, mas algo fluido.

Porém, Nelson Fernandes (2001) nos faz um alerta sobre os riscos de imaginarmos que o diálogo cortês estabelecido entre o sambista e o senador, postos como exemplos de intercâmbio cultural, possam ter acabado ou sequer minimizado as perseguições aos sambistas ou a qualquer manifestação de cunho popular. Ele explica mais abaixo:

O que queremos realçar é que a presença popular nos salões presidenciais e de políticos como Pinheiro Machado não conduziu a classe dirigente a imaginar que deveria tratar os romeiros e os negros da festa da Penha como cidadãos. Ao contrário, eles permitiram que sua polícia desordeira e arbitrária se voltasse contra os grupos populares [...], desde que as condições fossem favoráveis, as forças de segurança não perderam a oportunidade de exibir irracionalidade e violência. (FERNANDES, 2001, p.85)

O preconceito profundamente encravado em nossa sociedade pós-abolição levava os mecanismos estatais (sobretudo a polícia) a empreenderem uma verdadeira perseguição. Era comum vermos nos jornais da época, notícias que davam conta de prisões de pais e mães-de-santo, além da detenção de qualquer pessoa que portasse um violão, como disse o compositor Donga em um depoimento ao jornalista Hermínio Belo de Carvalho, em 1963, novamente transcrito, parcialmente, por Cabral (1996, p.27). De acordo com Donga, a pessoa que fosse pega portando um violão era “pior que um comunista”. Ana Maria Rodrigues (1984) completa esta ideia afirmando que o fato de as festas das classes populares ocorrerem, muitas vezes, no interior das residências, esta teórica proteção não as livrava das constantes repressões policiais.

Portanto, as formas de manifestação de identidade das classes populares eram amplamente reprimidas, pois não representavam aquilo que as elites desejavam como um ideal de civilidade, nem mesmo no território destinado a elas pelos atores hegemônicos. O preconceito faz com que não se aceite o outro apenas como culturalmente diferente, mas procura estigmatizá-lo como “aculturado”, prolongando a desigualdade. Sobre isso, Haesbaert (1999, p. 176) nos diz que “a diferença identitária, cultural, portanto, tende a diluir-se na desigualdade, e o extremo desta transformação é dado pelo racismo – nele, a diferença do outro se transforma na sua estigmatização, no seu ‘rebaixamento’, na sua depreciação”.

As classes populares, subalternas ou ainda, se preferirmos, hegemônicas, tentam resistir às constantes pressões por parte da elite dirigente, incapaz de aceitar algo que “fugisse” aos seus padrões de comportamento, que lhes negava o direito de manifestar sua cultura no espaço público e também no espaço privado. Um desses meios de resistência ocorreu nas chamadas “casas de macumba” que, devido ao empenho de alguns políticos – não sabemos ao certo suas reais intenções –, passaram a funcionar legalmente. Foi justamente através desses lugares de culto religioso que o samba passou a ganhar espaço, pois os sambistas aproveitavam-se do final dos rituais do candomblé para cantar e dançar o samba. Como raramente as autoridades policiais tinham a capacidade de distinguir o samba dos cânticos religiosos, os sambistas tinham certa “liberdade” para atuar. Se falamos em certa “liberdade” é porque, em alguns casos, havia policiais que conseguiam se disfarçar e inserir-se nas rodas de samba e efetuar as prisões.

O território das escolas de samba

Mesmo com as diversas repressões sofridas, o samba conseguiu resistir e passou por uma espécie de tratamento, realizado por um grupo de jovens compositores e moradores do bairro do Estácio de Sá. Mal sabiam eles que estariam, a partir desse momento, criando uma nova maneira de brincar o Carnaval.

O objetivo principal desse grupo era adequar o samba para que se pudesse brincar o Carnaval, pois o ritmo musical não era propício ao desfile dos blocos. Com isso, resolveram criar um bloco carnavalesco que sairia pelas ruas cantando as suas composições.

Vemos que o samba moderno nasceu do atendimento consciente de uma necessidade de um tipo de música que permitisse aos blocos e cordões dançarem o samba, sendo, portanto, muito mais uma questão de inovação do que tradição. A nova música foi tão consequente em seus propósitos que resultou numa manifestação carnavalesca que revolucionará seus desfiles processionais [...]. (FERNANDES, 2001, p.47).

Ao modificar o ritmo musical, os compositores do Estácio de Sá estavam criando também uma nova maneira de desfilar, uma reinvenção para que as classes populares se fizessem notar não somente durante o Carnaval, mas também no espaço carioca.

Parece existir nas origens do samba moderno uma feliz teleologia de uma nova geração de sambistas liderada por jovens pobres, quase todos pretos e moradores do bairro do Estácio, que muito rapidamente, como se numa operação coordenada, serão seguidos e superados por muitos dos seus pares que abundavam nas favelas e nos subúrbios, tão ou mais necessitados de exprimir sua existência na cidade, de ao menos simbolicamente conquistar a cidade. (FERNANDES, 2001, p. 47).

Podemos perceber que Fernandes diz simbolicamente porque as classes dominantes ainda negavam às classes populares qualquer participação nas decisões sobre os rumos do país. Inclusive, nas manifestações culturais populares, as elites buscavam de alguma forma intervir, primeiro permitindo sua própria existência, depois passando a patrociná-las até chegar a intervir de maneira mais direta na própria concepção dos desfiles.

De maneira inconsciente, os sambistas do Estácio de Sá estavam criando a primeira escola de samba, na qual

explorava-se o exotismo contido nas canções, nos instrumentos e, principalmente, na dança. Era como se existisse uma necessidade latente de mostrar à população branca dominante, o que os negros pobres faziam no morro. Era a forma de trazer para o asfalto sua realidade social. (RODRIGUES, 1984, p. 34).

Com o surgimento da primeira escola de samba, a Deixa Falar, e com a sua disseminação pelo espaço carioca, criou-se uma identificação das classes populares com seu território. Essa territorialidade somente é possível quando os componentes se sentem pertencentes a um mesmo conjunto [escola de samba], no qual cada membro se sente responsável e solidário, tomando uma forma afetiva (CLAVAL, 1999). Dessa maneira, o sentido de pertencimento ao território se dá através da identidade cultural e não de limites impostos. (HAESBAERT, 2002).

Sobre isso, Fernandes (2001, p.10) afirma que as escolas de samba lograram melhorar o ambiente social dos morros e favelas, tão estigmatizados como lugares de selvageria e incultura e, além disso, “muitos destes bairros e favelas não se explicam sem suas escolas de samba porque, dentre outras coisas, às vezes funcionariam como centros de resistência contra os processos e as políticas de remoção.” Podemos ver que, além de fazer com que seus componentes se sentissem pertencentes a um lugar tão estigmatizado e com carências as mais diversas, as escolas de samba permitiram que esses habitantes pudessem permanecer na única opção de moradia imposta pelas classes dominantes. Portanto, as escolas de samba criaram uma territorialidade a partir delas, um sentido de pertencimento ao território.

A Deixa Falar nunca foi, na realidade, uma escola de samba, mas sim um bloco. Ela recebeu esse nome porque o grupo, que fundou o bloco, morava – e os bares em que se reuniam ficavam – nas proximidades de uma escola que formava professores para a rede escolar do município. Se aquela escola formava professores, eles – os sambistas – que consideravam saber tudo de samba, também eram professores e a Deixa Falar, uma escola. Se os habitantes dos morros, subúrbios e favelas muitas vezes não tinham a oportunidade de se instruir nas escolas formais, e se as classes dominantes poderiam formar seus “mestres do conhecimento e da cultura”, a Deixa Falar seria uma escola e formaria os “mestres do samba”.

Além de inaugurarem um novo tipo de samba e uma nova forma de desfilar durante o carnaval, os sambistas do Estácio de Sá fizeram com que o gênero musical penetrasse cada vez mais forte no mundo do disco e do rádio, tornando-se importantes ícones do mundo artístico, o que em tese diminuiu a perseguição da polícia ao samba. A partir da Deixa Falar, novos grupos carnavalescos foram surgindo e outros tomando o nome de escola de samba no entorno da área central do Rio de Janeiro, o que, pouco mais tarde, criaria uma oportunidade de disputa entre eles.

Curiosamente, em 1931, a escola de samba Deixa Falar (fundada em agosto de 1928) decidiu transformar-se em rancho e abrir mão do título de escola de samba, poucos meses antes do primeiro desfile de escolas de samba da história, realizado no carnaval de 1932, sob promoção do jornal *Mundo Sportivo*. A última notícia que se tem registrada da existência da Deixa Falar nos é dada pelo jornal *Diário carioca*, de 29 de março de 1933, onde está assinalada a extinção do bloco (ou do rancho) carnavalesco.

Porém, jamais se negou a importância nem a primazia da Deixa Falar enquanto primeira escola de samba, cujo título foi absorvido por outros blocos carnavalescos que já existiam ou surgiram no espaço carioca, dando início a uma nova forma de brincar o carnaval.

Ana Maria Rodrigues (1984, p. 19-20) nos diz que “as escolas de samba nasceram como associações voluntárias e de caráter integrativo, tendo o seu surgimento sido motivado pela necessidade social do grupo negro de manter algum tipo de identidade”. As escolas de samba, portanto, permitiram ao grupo social estigmatizado criar – ou recriar – uma nova territorialidade com seu espaço vivido (conforme dissemos anteriormente), fazendo com que este grupo passasse a se sentir pertencente ao restante da cidade. De acordo com Fernandes (2001, p. 10): “com esta instituição [a escola de samba]⁴, a favela, o subúrbio e a periferia deixaram de ser a barbárie e conquistaram a civilização”, ou pelo menos já não se poderia mais afirmar que estes eram apenas territórios estranhos à cidade, domínio da selvageria e da incultura.

Essa identidade territorial nos remete novamente a Roncayolo, quando ele nos diz que o conceito de território também está ligado à formação de uma identidade, particularmente social.

A ligação a um território não é facilmente separável de um conjunto de relações sociais de hábitos, de ritos, de crenças. Nas regiões em que se verificou uma grande estabilidade histórica das populações, a identidade

⁴ Grifo nosso.

deriva mais deste conjunto social do que de um laço particular que se crie em relação a uma *terra* rigorosamente definida. (RONCAYOLO, 1986, p.267).

Essa identidade só se torna possível porque “ela recorre a uma dimensão histórica, do imaginário social, de modo que o espaço que serve de referência ‘condense’ a memória do grupo [...]” (HAESBAERT, 1999, p. 180). Santos (2004, p. 326) complementa esta ideia ao dizer que “a cultura, forma de comunicação do indivíduo e do grupo com o universo, é uma herança, mas também um reaprendizado das relações profundas entre o homem e o seu meio.” Podemos inferir, a partir destes trechos, que as identidades, ou territorialidades, surgidas em torno das agremiações tornaram-se possíveis porque estas foram capazes de tornar coletivas as memórias dos grupos.

Sendo frutos dos espaços segregados da cidade, as escolas de samba definiram, segundo Marcelo Souza – pegando emprestado um termo de Norbert Elias – um limite entre *insiders*, que neste caso são representados pelos sambistas, e os *outsiders*, os de “*fora do mundo do samba*”. (SOUZA, 1995). Definida a segregação espacial, não mais havia alternativa aos *insiders* senão criar vínculos com seu território, que não pode ser definido por um princípio material de apropriação, mas como uma parte da identidade, uma relação afetiva com o espaço, não sendo mais possível compreender o sambista sem o seu território. (BONNEMAISON *apud* HAESBAERT, 2004; SOUZA, 1995). Ainda que a escola de samba representasse algo coletivo, havia lideranças em seu interior, que não era exercida necessariamente pelo presidente da agremiação, mas também por uma figura respeitada na comunidade, tal como Paulo da Portela (Paulo Benjamin de Oliveira). Eram figuras como essa que se encarregavam de se relacionar com os organismos alheios ao seu território – os *outsiders*, expediente que, com o passar dos anos, tornou-se cada vez mais recorrente. (LEOPOLDI, 1978).

Podemos notar que o contato entre as escolas de samba e as pessoas externas já era algo bastante comum, mas a relação entre as partes, a princípio, não passava de uma simples troca de favores – patrocínio por votos, por exemplo. Esse contato entre sambistas e “não-sambistas” possibilitou o primeiro concurso entre as escolas de

samba que não poderia ter outro lugar que não a Praça XI de Julho, um lugar apontado como o do nascimento do samba e que ficava no centro da região ocupada pela comunidade negra do Rio de Janeiro, além de oferecer fácil acesso aos moradores dos subúrbios da Zona Norte da cidade, pois se encontrava (e ainda se encontra, mesmo que descaracterizada) nas proximidades da Central do Brasil. Foi grande o sucesso do primeiro desfile das escolas de samba que se tem notícia, haja vista que, mesmo com o fim do seu primeiro promotor, o jornal *Mundo Sportivo*, no ano seguinte as escolas contariam com a promoção do jornal *O Globo*. Devemos lembrar, é claro, que as escolas de samba ainda levavam desvantagem na preferência dos cronistas que cobriam o carnaval, pois as Grandes Sociedades ainda possuíam a proeminência dos assuntos carnavalescos.

Mesmo começando a ter as suas manifestações culturais percebidas, as classes populares ainda tinham que festejar nos lugares destinados a elas pelas elites, longe do entorno da Avenida Rio Branco, lugar reservado aos festejos da elite carioca.

As escolas de samba eram obrigadas não só a concorrer entre si e com outras festas populares, mas também estavam sujeitas a disputar a atenção com as manifestações carnavalescas das elites, o que nos faz afirmar, de acordo com Fernandes (2001), que a consolidação das escolas de samba ocorreu num espaço festivo múltiplo e não singular ou ausente. Havia, portanto, se não uma disputa pela primazia da festa, ao menos uma tensão. Vejamos:

Devemos também considerar que as festividades populares não só concorrem entre si como também disputam a cena pública com os grupos de elite e suas festas oficiais. Estudos e crônicas do Carnaval carioca registram que até os anos 30 ele era dominado por manifestações associadas aos grupos superiores e médios como as grandes sociedades, ranchos e corsos. Assim, a afirmação das escolas de samba não se deu num espaço festivo vazio, onde no máximo havia rituais decadentes, sobrevivências do tempo colonial, da sociedade escravista ou do mundo rural. (FERNANDES, 2001, p. 6).

Percebemos aqui que as classes populares participantes das escolas de samba tinham que, além de resistir ao preconceito das elites, conviver e disputar a atenção com o carnaval dessas elites, num jogo de poder desigual.

Contudo, já se tornara impossível não reconhecer o sucesso das escolas de samba como parte do carnaval carioca, importância esta que foi atestada a partir de sua oficialização, registrada pelo decreto municipal assinado pelo então prefeito Pedro Ernesto, datado de 02 de fevereiro de 1935. Este decreto garantia não só o caráter oficial das escolas de samba como partes integrantes do carnaval carioca, mas, sobretudo, permitia a subvenção direta da prefeitura aos desfiles.

A subvenção e a oficialização garantiam o destaque às escolas de samba no cenário do carnaval carioca, assim como a manifestação das identidades territoriais – para usarmos o título de um dos trabalhos de Haesbaert – das classes populares, que eram inteiramente responsáveis pelo planejamento, elaboração e execução dos desfiles, desde a escolha dos enredos, passando pelas fantasias e alegorias.

Esse cenário permaneceu praticamente imutável até o final da década de 1950, quando chegam às escolas de samba profissionais que mais tarde passaram a ser conhecidos como carnavalescos, que passam a centralizar a concepção do desfile em suas mãos, criando uma nova forma de relação territorial entre esses profissionais e as classes populares que criaram as escolas de samba. As mutações na forma e na territorialização das escolas de samba a partir desta profissionalização dos desfiles envolvem questões que merecem um cuidadoso debate posterior.

Conclusão

A partir do que foi exposto neste artigo, podemos chegar a conclusão que as escolas de samba do Rio de Janeiro, sendo manifestações culturais criadas pelas classes populares da cidade, foram desencadeadoras de identidades e sua temática ainda é

passível de estudos cada vez mais aprofundados, sobretudo se nossa tentativa consiste em analisá-las a partir da discussão do conceito do território. Tal tarefa é bastante árdua, porém não menos instigante. Mais que uma geografia das escolas de samba, a abordagem territorial permite captar os laços de poder, de classe e de cultura e as tensões existentes neste rico período da história da cidade do Rio de Janeiro.

Referências

CABRAL, Sérgio. **As escolas de samba do Rio de Janeiro**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lumiar, 1996.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Florianópolis: EDUFSC, 1999

FERNANDES, Nelson da Nóbrega. **Escolas de samba: sujeitos celebrantes e objetos celebrados – Rio de Janeiro, 1928-1949**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca/Secretaria das Culturas, 2001.

FERREIRA, Felipe. **Inventando carnavais: o surgimento do carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2005.

HAESBAERT, Rogério. Definindo território para entender a desterritorialização. In: HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004. Cap. 2, p. 35-98.

_____. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, Milton et al. **Território, territórios**. Niterói: UFF/AGB, 2002.

_____. Identidades territoriais. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p.169-190.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidades e mediações culturais**. Belo Horizonte: Humanitas, 2003.

HOBSBAWM, Eric. A história de baixo para cima. In: HOBSBAWM, Eric. **Sobre história**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Cap. 16, p. 216-231.

LEOPOLDI, José Sávio. **Escolas de samba, ritual e sociedade**. Petrópolis: Vozes, 1978.

LIMA, Nísia Trindade. **Um sertão chamado Brasil**. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ; UCAM, 1999.

PECHMAN, Robert M.; LIMA JÚNIOR, Walcler de. Flirts no footing da Avenida Central. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro. n. 5, p.34-37. nov. 2005.

Zilmar Luiz dos Reis Agostinho, O surgimento das escolas de samba no Rio de Janeiro sob uma perspectiva territorial.

REIS, Letícia Vidor de Sousa. O que o rei não viu: música popular e nacionalidade no Rio de Janeiro da Primeira República. **Estudos afro-asiáticos**. São Paulo. n. 2, p. 237-279.

RODRIGUES, Ana Maria. **Samba negro, espoliação branca**. São Paulo: Hucitec, 1984.

RONCAYOLO, Marcel. Território. In: ROMANO, Ruggiero. **Enciclopédia Einaudi**. v.8. Lisboa: Imprensa Nacional; Casa da Moeda, 1986.

SANTOS, Milton. O lugar e o cotidiano. In: SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2004. Cap. 14, p. 313-330.

SEBE, José Carlos. **Carnaval, carnavais**. São Paulo: Ática, 1986.

SOIHET, Rachel. **A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo Vargas**. Rio de Janeiro: Edfgv, 1998.

SOUZA, Marcelo José Lopes. O território sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da Costa; CORRÊA, Roberto L. (Org.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

VELLOSO, Monica Pimenta. O modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. (Org.). **O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do estado Novo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2, p. 353-376.

VIANNA, Hermano. **O mistério do samba**. 6. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora.: Ed. UFRJ, 2007.

POSIÇÕES

AS ELEIÇÕES DE 2014 NO BRASIL

TEXTO 1

PARA ALÉM DAS CAMPANHAS

Pablo Ibañez *

Concluído o pleito eleitoral de 2014, o sentimento de polarização na democracia brasileira nunca esteve tão em alta. O cidadão se manifestou acintosamente nas redes sociais, imbuído de grande certeza quanto a seu voto e suas prerrogativas, mas muitas vezes com pouco conhecimento da diversidade e complexidade territorial desta imensa nação. É certo que, no primeiro turno, muitos eleitores decidiram seus votos de última hora, assim como houve alta abstenção, mas, como resultado final, pudemos observar um mapa do país em vermelho e azul, alta e baixa renda, regiões mais e menos desenvolvidas, enfim, dividido. O mais curioso é que apesar da polarização ter tido, teoricamente, bases assertivas claras nos eleitores das duas frentes, o volume de confusões e debates estranhos também se consubstanciou como tônica desse processo. Atribuições dos entes federativos, papel da mídia, participação popular, reforma política, modelos de desenvolvimento, funcionamento institucional, políticas de inclusão social e até mesmo pilares macroeconômicos tiveram relevante destaque, mas pouca profundidade. Em tal sentido, um olhar mais apurado para algumas dessas e outras questões, que não apareceram em destaque, parece ser fundamental na consolidação de um debate para além de apontamentos puramente eleitoreiros, bem como para a compreensão do funcionamento político-territorial do Brasil e das questões geopolíticas, pouco ou quase nada mencionadas nos debates.

Sem a menor pretensão de esgotar esses temas, mas trazê-los à luz para um diálogo pós-eleitoral, este texto procura se estruturar em torno de duas grandes questões. Em primeiro lugar, discutir sobre as divisões do poder e a enorme vinculação do cenário político à esfera federal. Em segundo, refletir sobre algumas discussões que pouco tiveram visibilidade nas eleições, mas nem por isso podem ser consideradas de menor

* Professor Adjunto, Departamento de Geociências - UFRRJ. E-mail: ibanez.pablo@gmail.com

importância, sobretudo no que diz respeito à polarização entre os dois principais partidos que vêm seguindo na ponta das disputas presidenciais há duas décadas.

Confusões e polarização

As bases da divisão do poder formal em nosso país são duas, uma dada pela clássica distinção entre os poderes legislativo, judiciário e executivo, e a outra territorial, o federalismo, que marca três esferas, a União, os estados e os municípios. Nos dois casos, a superexposição da figura do presidente é patente. Uma leitura mais desatenta poderia levar à indagação sobre a obviedade de tal afirmativa. Contudo, não é o que se verifica na prática. No caso dos três poderes, ainda se mantém uma postura de fiscalização extremamente centrada na figura do executivo e, em particular, do presidente, dando atenção ao legislativo apenas em casos de denúncias pontuais de corrupção, fato que contribui pouco para o avanço das instituições democráticas e para a construção de uma nação que se preocupa com suas bases territoriais de poder. O trabalho cotidiano de cobrança em relação à atuação dos deputados e vereadores, muitas vezes eleitos com apelo à melhoria das condições de suas localidades, ainda é pouco expressivo, mantendo essas figuras com mandatos de alto grau de autonomia e ações de pouca transparência. Neste sentido, ainda avançamos lentamente. Salvo raras exceções, como é o caso de organizações não-governamentais que fiscalizam o legislativo, grande parte do eleitorado não acompanha o trabalho de seus candidatos e muitas vezes sequer sabe dizer qual plataforma serviu de base para sua candidatura.

Por outro lado, o respeito às prerrogativas constitucionais aponta para a necessidade de se observar nosso pacto federativo, principalmente no que tange às atribuições de cada ente da federação. Para consubstanciar essa análise, retomaremos brevemente nosso processo de redemocratização recente. A Constituição de 1988 marcou um momento claro de criação de mecanismos de descentralização do poder nas mãos do governo federal, que outrora haviam sido tão concentrados na esfera federal, viabilizando governos nacionais de caráter fortemente autoritário, a exemplo dos militares. Assim, democratização e descentralização tornaram-se bandeiras consensuais desse período de intensas transformações no quadro político nacional,

sem, no entanto, termos dado a devida atenção à fundamental cobrança dos outros níveis de governo no que se refere a importantes temas do cotidiano como saúde, educação, transporte e segurança pública. Ainda que tais perspectivas apareçam nesses pleitos, a agenda eleitoral parece alçar a figura do presidente a uma posição de monarca absoluto com plenos poderes de transitar sobre as políticas subnacionais, fato que vai de encontro àquilo por que tanto lutamos em 1988.

Neste ponto, o debate presidencial perde muito em um de seus principais focos, mesmo quando o contempla: o modelo de desenvolvimento que temos e que queremos alcançar, em detrimento de uma conjugação de anseios muitas vezes não concernentes exclusivamente ao executivo nacional. A educação de base, a segurança pública ou até mesmo o transporte urbano servem de excelentes exemplos desse leque de compartilhamento federativo que termina encarnado na figura da União. Candidatos acabam tomando para si maiores intervenções em áreas de competência subnacional. Por mais elementar que pareça, essa é uma questão de extrema pertinência para um país que propôs uma descentralização pautada em princípios, dentre os quais a maior autonomia dos entes federados, expressos por suas efetivas necessidades de base local.

Se observarmos mais atentamente o pleito de 2014, muito se debateu acerca dessa exacerbada responsabilização do presidente por todos os problemas, incluindo aqueles de fora de sua alçada direta. Não que se possa afirmar de maneira incisiva, mas as manifestações iniciadas contra o aumento no preço das passagens de ônibus parecem ter tido um papel importante no acirramento desse fenômeno. O questionamento sobre quais as medidas cabíveis ao governo federal foi uma das tônicas, dentre muitas, incluindo a corrupção. E desse ponto, não é demais afirmar que boa parte das estratégias de campanha, sejam de ataque ou de defesa, surgiu e ganhou força mencionando a tal insatisfação popular que precedera o ano eleitoral.

Além disso, um fato inédito pôs fogo nas eleições: a morte de Eduardo Campos (PSB) e a subsequente confirmação da candidatura à presidência de Marina Silva, originalmente vice da chapa. Ela surgiu como uma 'terceira via' possível à polarização

PT x PSDB, levantando bandeiras que iam ao encontro de muitos reclamos presentes nos confusos manifestos de rua que se seguiram ao longo de 2013 e 2014. A ideia de uma 'nova política' tomou força, aliada à potente figura da antiga senadora e ministra, que tinha no seu currículo a defesa do meio ambiente e sua lisura pessoal, nunca vinculada a um caso de corrupção. Assim como sua meteórica ascensão, foi sua queda. A tal 'nova política' pouco conseguiu contribuir para firmar a candidatura, ainda que muitos tenham atrelado seu fracasso às campanhas midiáticas do PT contra as propostas de Marina Silva. O fato é que ficou clara a dificuldade de um 'azarão', com base em um 'novo', ter qualquer chance de conquista real da presidência, ainda muito dependente de vultuosos financiamentos, apoio parlamentar, bases militantes, histórico de conquistas à frente do executivo federal e, mesmo apresentando idiosincrasias, modelos de desenvolvimento.

Na realidade, são basicamente esses últimos aspectos que têm colocado a política federal no atual grau de polarização do debate. Não há como negar que PT e PSDB aglomeram essas características e dividem o eleitorado. Do ponto de vista do financiamento, chega a ser desnecessário mencionar a discrepância entre suas receitas de campanha e as de outros partidos. Já no que tange ao apoio parlamentar, para mais ou para menos, as duas casas, Congresso e Senado, sempre acabam polarizadas em torno dessas duas chapas. A militância, por sua vez, tem tido relevância fundamental para alavancar o PT em momentos de crise, e, no caso do PSDB, este começou a contar com maior participação de seus adeptos, assim como, diferentemente das últimas três disputas, passou a revogar os méritos de suas conquistas quando no governo, a exemplo do plano real, fato não verificado com tal magnitude nas eleições anteriores. A despeito do bombardeio midiático em torno das denúncias contra a atual situação, a força da militância petista trabalhou no sentido de ressaltar mais ganhos do que perdas, tendo sido de extrema importância para a reeleição de Dilma Rousseff. Em contrapartida, a militância tucana angariou significativa votação, alcançando a eleição mais acirrada de todo o período de polarização entre os dois.

Agora, quanto aos modelos de desenvolvimento e de governo, muitos se questionam se há de fato essa polarização toda. São efetivamente dicotômicos?

Em primeiro lugar, é importante que se diga que nenhum dos dois partidos parte de posturas revolucionárias em relação ao capitalismo. Posto isso, emparelhar as duas vertentes, pelo fato de no primeiro governo Lula os tripés da economia terem sido mantidos, é recorrer a um reducionismo sem propósito. Isto se dá, dentre outros, por temas que acabaram não pautando os debates e exatamente por esse fato, muito chamam a atenção¹. Vejamos.

O mundo conheceu, ao longo do século XX, processos de industrialização tardia de duas regiões distintas. De um lado, países asiáticos que promoveram um modelo conhecido como 'plataforma de exportação'. De outro, países latino-americanos que se basearam na denominada 'substituição de importações'. O Brasil fez parte desse segundo grupo. O mais importante nesse caso foi a criação de mecanismos institucionais promotores do desenvolvimento industrial, que, mesmo apresentando diferenças entre os governos de Getúlio Vargas, Juscelino Kubistchek e militares, colocaram em funcionamento estruturas de promoção da indústria, quer seja pela formação de grandes empresas estatais, quer seja pela atração de multinacionais ou mesmo do fortalecimento da indústria de capital nacional. Como resultado, nosso país passou de clássico exportador de produtos agrícolas a exportador de manufaturas, movimento que, para ser concretizado, dependeu de forte intervenção estatal.

A crise que assolou o país em 1980, assim como sua inserção na globalização, colocou em xeque esse modelo, já desgastado pelo estrangulamento dos gastos públicos e pela perda de competitividade dada por políticas radicalmente protecionistas. Neste cenário, entramos na década de 1990 com uma clareza quase consensual de que a

¹ Em recente entrevista ao blog Viomundo, Carlos Lessa, economista que ocupou a presidência do BNDES no primeiro governo Lula, lembrou os ensinamentos de Ulisses Guimarães sobre a premência das questões que não aparecem em discursos políticos. Em sua visão, faltaram confrontos em relação a questões como: crise internacional e seus desdobramentos para o futuro governo; cenário geopolítico mundial e **(a questão da)** exploração do pré-sal, ou seja, a importância estratégica do Atlântico Sul; e privatizações, já que os dois governos, ainda que distintamente, as tenham promovido, a despeito dos petistas terem uma visão mais estatizante da economia. No nosso caso, a abordagem se dará por outros elementos também não tratados durante o pleito, como será exposto a seguir. Acesso em 27/11/2014: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/a-politica-nao-esta-definida-mas-as-pecas-centrais-estao-na-mesa-entrevista-especial-com-carlos-lessa/537900-a-politica-nao-esta-definida-mas-as-pecas-centrais-estao-na-mesa-entrevista-especial-com-carlos-lessa>.

intervenção era perniciosa e que necessitávamos de mudanças contundentes nessa referida estrutura institucional. Assim foram os primeiros governos de voto direto. Enquanto Collor/Itamar promoveram uma abertura comercial pouco responsável, as duas gestões FHC, além da equiparação dólar/real, muito favorável à importação, pouco fizeram no que diz respeito às clássicas políticas industriais. Nas palavras do próprio ministro da Fazenda na época, Pedro Malan, ‘a melhor política industrial é não ter política industrial’. Um dos principais focos era a manutenção de condições favoráveis ao investimento para que as decisões ficassem mais a cargo do setor produtivo e, assim, este fosse capaz de induzir o crescimento de setores estratégicos. Tal foi o modelo característico do período em que o PSDB ficou no poder.

Já com a entrada do primeiro governo Lula, a política industrial teve uma quinada mais intervencionista. Logo em 2004 foi lançada a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE). Dentre suas propostas estavam a escolha de setores estratégicos e áreas portadoras de futuro, a saber: semicondutores; software; bens de capital; fármacos e medicamentos; biotecnologia; nanotecnologia; biomassa, energias renováveis. A política pretendia combinar incentivos, financiamentos e mecanismos institucionais de promoção dessas áreas não apenas com base na questão produtiva, mas também no aumento da competitividade via desempenho inovativo. Ou seja, foi uma política marcada pelo foco inovador e, para sua consecução, mecanismos legais, como a Lei de Inovação e Lei do Bem, foram combinados com financiamentos a juros inferiores aos de mercado e linhas de subvenção econômica, baseadas em créditos não-reembolsáveis. Esse modelo foi seguido pelos outros dois governos PT, durante os quais foram lançados o Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACT&I) e a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), ainda no segundo governo Lula; e o programa Brasil Maior, com a eleição de Dilma.

A execução dessas políticas contou com importantes mudanças institucionais. A Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), antes focada nos financiamentos para universidades e empresas públicas, passou a disponibilizar recursos não-reembolsáveis à empresas privadas. Foi criada a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Por sua vez, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

também passou a contar com linhas específicas para inovação, além de uma série de focos em setores específicos, alguns dos quais pertencentes às diretrizes das políticas industriais.

Esse banco de desenvolvimento² é outro exemplo da diferença dos modelos nos dois partidos. Enquanto no período FHC as operações do banco se concentraram, em grande medida, em aportes para as privatizações das empresas estatais e até mesmo na contratação de consultorias internacionais de administração e gestão, nos governos petistas, suas funções se aproximaram mais das políticas industriais, apoiando as empresas nacionais, tendo aumentado consideravelmente seu tamanho e importância na política de desenvolvimento, incluindo nesse rol razoáveis aportes à inovação tecnológica, a exemplo de alguns programas que tiveram impactos positivos em setores estratégicos, como o Profarma. Em relação aos desembolsos, outro importante fator foi o aumento considerável de suas operações voltadas para o fortalecimento das exportações brasileiras nos governos petistas, que nos leva a uma última consideração sobre os temas não tratados, a visão geopolítica desses dois governos.

Pouco ou quase nada foi mencionado no que tange aos posicionamentos estratégicos do Brasil no âmbito internacional. Nos debates, praticamente o único ponto que foi paulatinamente martelado, diz respeito às obras financiadas pelo BNDES no porto de Mariel em Cuba. Esta menção inseriu-se em um contexto crítico quanto às parcerias travadas pelo PT com governos ditatoriais. Além de impertinente, pois FHC também realizou empréstimos para a aquisição de ônibus em Cuba, reduzir a geopolítica brasileira desses dois partidos a empréstimos e parcerias com tais ou quais países seria outro reducionismo. Para muito além das parcerias, os posicionamentos ao longo dos cinco últimos mandatos se mostraram em parte bem distintos.

Um interessante estudo acerca da análise dos discursos internacionais de FHC e de Lula pode nos esclarecer mais sobre as distinções entre ambos. Segundo Vilela e

² O papel dos bancos públicos também é peculiar na dicotomia dos dois partidos. Em suas declarações como possível ministro da Fazenda da candidatura de Aécio Neves, Armínio Fraga deixou claro que a postura de um futuro governo tucano em relação aos bancos públicos seria de diminuição de sua relevância.

Neiva³, é importante mencionar que não há um consenso em relação às diferenças entre as administrações desses dois governos. No que tange às análises sobre o posicionamento internacional, pode-se observar basicamente um grupo que pontua a atuação de Lula/Dilma como de continuidade às ações de FHC e outro que vê rupturas substanciais. Porém, como continuidade o que se verifica mesmo é o respeito a questões como direitos humanos e organismos internacionais. Por outro lado, é inegável que houve mudanças visíveis nos temas tratados e nas posturas críticas. De acordo com esses autores, pelo menos três grandes grupos de discursos foram díspares.

O primeiro está relacionado às menções feitas pelos dois presidentes quanto às regiões mundiais, África, Ásia, Europa, EUA e Canadá, Oriente Médio, América do Sul e, juntos, México, Caribe e América Central. FHC majoritariamente fez referência à Europa, mesmo que o processo de criação do Mercosul tenha sido feito em grande medida em seu governo. Já Lula concentrou-se mais na América do Sul, seguida pela África, mais do que dobrando a ênfase em relação ao governo anterior, e pela Ásia, por razões óbvias de crescimento econômico. Houve efetivamente, por parte do PT, uma guinada das preocupações com os países menos desenvolvidos, que ficou conhecida pela denominação de relações Sul-Sul. Tal mudança também foi observada em fatos econômicos e institucionais. Desde o primeiro mandato petista, o foco saiu do discurso e se efetivou mediante abertura de representações diplomáticas em países africanos e asiáticos e aumento significativo do comércio com essas duas áreas. No caso da primeira, a corrente de comércio saltou de cerca de 110 bilhões de dólares em 2000, para mais de 485 bilhões de dólares, em 2013. Além disso, a África também se consolidou como uma região de fortes relações de cooperação em setores cruciais para a vida da população, como o de produção de vacinas, com a participação da Fiocruz, e de melhorias na agricultura, com a Embrapa.

³ Vilela, E. e Neiva, P. Temas e regiões nas políticas externas de Lula e Fernando Henrique: comparação do discurso dos dois presidentes. In: *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 54, n^o 2, Brasília, 2011.

Outra análise feita pelo estudo supracitado foi o posicionamento em relação aos EUA. No período tucano, durante a maior parte do tempo, o governo foi favorável àquele país, seguido de **neutro e, em menor escala**, desfavorável. De maneira distinta, os petistas foram mais neutros e desfavoráveis do que favoráveis, sendo esta última a menor. Neste caso, a mudança da política externa estadunidense, tendo em vista o 11 de setembro, contribuiu em muito para essa perspectiva brasileira, assim como a crise deflagrada em 2008, em virtude da desregulamentação financeira.

Por fim, a citação a grandes temas novamente mostrou-se distinta. Meio ambiente, cooperação internacional, economia (a mais mencionada pelos dois), instituições internacionais e paz/segurança internacional tiveram o número de menções muito próximo, entre os dois; FHC apenas superou Lula nas duas últimas. A grande diferença mesmo foi por conta dos temas democracia/direitos humanos e desigualdade social. Para Lula, esta última foi sua segunda maior preocupação, tendo sido mencionada cerca de 50% mais vezes que por FHC. Já no caso da primeira, sua referência pelo tucano foi o dobro da do petista.

Na questão dos posicionamentos em relação aos organismos internacionais, os governos petistas acabaram se mostrando mais críticos. Servem de exemplo as votações na Organização das Nações Unidas, geralmente desfavoráveis a sanções econômicas e a intervenções militares propostas pelos países mais desenvolvidos, ou mesmo os paulatinos reclamos quanto à maior participação dos países menos desenvolvidos nos grandes fóruns de decisão, como o Conselho de Segurança. O mesmo pode ser dito em relação a temas referentes ao comércio, a postura quanto aos subsídios agrícolas, às cotas de importação, às barreiras fitossanitárias, dentre outros; ainda que já fossem uma vertente da política externa de FHC, acirraram-se ainda mais na gestão petista.

Quer seja por modelos de desenvolvimento, quer seja pela geopolítica, os dois partidos e seus governos mostraram diferenças estruturais em suas posturas e condução política. Portanto, a polarização é justificável e dessa forma requer maior atenção em relação a esses temas que acabam muito sucateados em vista da enorme

visibilidade que se dá à condução macroeconômica e aos eixos muitas vezes não condizentes ao executivo federal. Na realidade, a proposta de debate trazida pelo presente texto, mostra-se mais preocupada com o que ficou à margem ou mesmo foi claramente relegado, embora tenha relevante importância para o entendimento da polarização do recente processo eleitoral.

TEXTO 2

ELEIÇÕES 2014 E O “GIGANTE ATORDOADO”: ou quem tem medo de partido?

Vinícius Teixeira Santos *

123

As manifestações de junho de 2013 geraram muitas expectativas em relação às possibilidades de mudanças mais progressistas para a população e muita empolgação de uma juventude que se orgulhava em dizer “o gigante acordou”, ou que “jogaram mentos na coca-cola”. Orgulhavam-se em anunciar que as manifestações não esposavam nenhuma bandeira partidária e, no limite, com agressões e tentativas de expulsar as pessoas de partidos das manifestações.

Além das ruas, participei de debates e escrevi nas redes sociais as mesmas ideias centrais que organizam este pequeno texto; sobretudo, observei como as trabalhadoras e os trabalhadores mais humildes olhavam e interpretavam aquelas gigantescas movimentações. A maioria absoluta das pessoas que são mais exploradas e vivem as agruras de transportes públicos deficitários não foram conquistadas para a causa das manifestações. Apesar de dizerem que “o preço das passagens estava muito alto”, queriam chegar aos seus trabalhos, não se dispunham a engrossar as fileiras das manifestações. No fundo, a maioria não foi seduzida.

* Historiador, Professor do IFF (Instituto Federal Fluminense), campus Cabo Frio. E-mail: vinius@hotmail.com

As manifestações repetiram em outra escala o que os partidos sofrem: pouca participação ativa. E o pior, a sensação generalizada que o movimento foi um fracasso é dominante – *o que gera mais ainda imobilismos diversos*. E o que se assistiu por aí foi juntamente trabalhadores voltando “a normalidade cotidiana” reclamando de tudo e ainda dizendo que “não adiantou nada”. E o mais emblemático: nos inícios das manifestações duas lideranças do movimento passe livre participaram do programa Roda Vida e se saíram muito bem, responderam de forma altiva os questionamentos. Quando foram anunciar que iriam se retirar das manifestações, suas expressões de leveza deram lugar a expressões de tensão e abatimento. Estive na Avenida Paulista no dia da consciência negra. Foi possível ver os movimentos “afros”, movimentos dos “sem-teto”, pelo menos quatro partidos de esquerda, nenhum de direita; pelo visto o gigante parecia atordoado. Talvez o efeito energético do “mentos na coca-cola” perdeu grande parte dos seu poder porque, em uma gama de temáticas – como a dos transportes, mobilidade urbana, educação, saúde, reforma agrária, auditoria da dívida, solidarização com as lutas populares das gentes do mundo, entre outros – lá estão as bandeiras dos partidos de esquerda. A esperança que nutre as lutas é que o gigante acorde do “sono de Odin”, com disposição e forças progressistas, porque o “Abaçaí conservador” não está mais apenas à espreita.

Passadas as eleições de 2014, outras perspectivas foram agregadas, mas, decerto, foi oportuno observar com muitas ressalvas a ideia de que o movimento se dizia apartidário. *A quem interessa este apartidarismo?*

No calor dos acontecimentos recorri à imagem do ciclo da Revolução Francesa das próprias revoluções burguesas do século XIX e como elas eram pedagógicas para evitar determinadas armadilhas que pareciam aprendidas. Na derrubada do absolutismo francês as movimentações nas ruas foram exemplares. Abatido o adversário comum do Terceiro Estado, chegava o momento de organizar a estrutura jurídica, administrativa e política do “novo” estado na França e o que seguiu foi uma torrente conservadora, excludente e violenta contra os interesses

das classes populares. Foi a “primavera” dos povos no século XIX que a percepção de que não bastava mobilizar, mas fundamental se organizar em torno de um projeto político claro e objetivo. Aqueles anos emocionantes em seus contextos dramáticos e esperançosos começaram a ganhar forma através da fundação de partidos políticos mais autônomos em relação aos interesses das classes dominantes. As arenas da política representativa precisavam ser ocupadas pela classe trabalhadora. O sonho socialista se projetava em um espaço monopolizado por grupos que “ignoravam” a plebe. Dali em diante nenhum governante poderia ignorar completamente as multidões.

E que estes eventos passados no dizem hoje? Vivemos uma crise partidária? Os partidos precisam se reinventar?

Depende da perspectiva, e acredito que dois eixos não excludentes entre si ajudam a compreender a questão central: *os partidos políticos são necessários ou não?*

De certa maneira, a constituição formal de agremiações partidárias nunca foi protagonista em nossas democracias representativas, constituindo-se em meras formalidades para participação em pleitos eleitorais. Nem mesmo o partido dos chefes do executivo tem protagonismo de fato. Basta olhar em que momentos os congressos partidários das agremiações debateram e construíram projetos de sociedade e plataformas de governo e conseguiram emplacar e dirigir os executivos nacionais. Olhemos os dois partidos que polarizam o executivo federal nas duas últimas décadas. Não temos notícias que os presidentes consultaram as bases e construíram propostas administrativas a partir dos debates internos dos dois partidos. O que existe de fato são formas de gerenciar o país e as agremiações partidárias vão a reboque das discussões. Dito de outra forma: nem o PSDB nem o PT foram protagonistas dos governos em que a presidência da República foi governada por pessoas filiadas a seus partidos. Neste, sentido, não há

propriamente uma crise de partidos, mas essa forma de atuação partidária constitui a expressão do nosso modelo de representação.

Nossos parlamentares não votam (pelo menos a maioria) em função de temáticas que atendam ou não projetos societários mais conscientes de uma plataforma de governo calcada em um programa partidário assumido até as últimas consequências, mas atuam em bloco em articulações que dependem da ocasião e não da matéria em foco. Por isso, oposição virou sinônimo de todos aqueles que estão fora da coalizão partidária que participa do poder e não porque os projetos são opostos. Desta maneira, são transformados pela grande mídia, por exemplo, em oposição cinzenta – todos que não fazem parte do governo da presidenta Dilma. Como consequência, afirma-se nas representações da sociedade que os partidos são todos iguais. Daí a ideia dominante, marota e necessária à reprodução de que vivemos em crise partidária e que os partidos precisam se reinventar. Talvez, o que é mais necessário na contemporaneidade é a reinvenção da política. Mas, afinal, quais partidos precisam se renovar e em qual direção? Não nos iludamos, os partidos com vínculos incestuosos com o grande capital também acreditam que precisam se reinventar, mas apenas para capitalizar mais votos ou sobreviver, e não para uma sociedade mais justa. Não esperaria outra coisa de seus representantes.

A segunda questão é mais direta a algo que parece ultrapassado: partidos políticos. A esquerda (é, eu ainda acredito) precisa se assumir como tal, sem receios, medos e vacilações, numa linguagem que cosiga falar aos corações, mentes e afetos da classe trabalhadora. Nesse sentido, reinventar-se é uma necessidade não eleitoral e nem apenas de captar as demandas da sociedade para uma futura barganha em busca de votos. Mas, sobretudo, a reinvenção da esquerda perpassa em ser mais pedagógica em seus discursos, ações e propostas alternativas, porque não existe apenas pureza nas demandas populares. Lá também existe preconceito racial, sexismo, instrumentalização e mercantilização das relações, inclusive cimentadas por uma argamassa religiosa ou de pensamento mágico. Dois exemplos

provocativos: as “possessões demoníacas” optaram pelas classes populares e as “regressões a vidas passadas” transformam a classe média em princesas, reis e nobres. São faces da condição social que transfere para o além as agruras do mundo concreto.

De fato, onde quero chegar com essas limitadas reflexões e como elas se articulam com as eleições de 2014?

127

Teria sido muito interessante ver Mauro Iasi ou Luciana Genro como chefes do executivo nacional (mas, sem esperar que a revolução fosse concretizada com a mera ocupação do aparato político do estado e nem era a proposta de ambos), mas nunca acreditei nessa possibilidade não pela ausência de capacidade que possuem ou pelo fatalismo em relação ao pleito burguês. Marx não era utópico; não possuía ilusões sobre a realidade concreta da luta política e sabia muito bem que o embate político não se vence apenas com pensamento positivo estruturado sobre um conjunto de ideais a serem alcançados. Tinha a plena convicção que aqueles que monopolizam o poder não aceitam passivamente a entrega da esfera política, e, por isso, pensava em revolução e não na conquista simples do parlamento – muito menos em sua dominação política –, pois, sem as bases populares, seria insuficiente e inócuo.

Onde começaram as derrotas eleitorais da esquerda? Talvez, de forma pedagógica mas pouco apreendida ainda, a lição das manifestações de junho do ano passado possa ser aqui utilizada. O grande capital não precisa de partidos políticos para se organizar, pois possui o domínio dos meios de comunicação, da economia e mesmo da arena onde ocorrem debates e projeções (*senhoras e senhores, lembrai-vos do pseudo caçador de Alagoas em 1989!*). Por isso, aquele mantra de que o movimento das manifestações era apartidário foi um achado para os interesses nada republicanos. Quem mais se beneficiou foram nossas elites (econômicas,

financeiras, culturais etc.) que podem prescindir de partidos ou mesmo do “palco democrático” para manter sua ditadura permanente: a do capital.

Com efeito, as manifestações mobilizaram, mas não organizaram os seus ideais de forma profícua. No exato momento que as manifestações possuíam demandas que só encontravam respaldo na esquerda (e em seus partidos), estes foram jogados na vala cinzenta do “tudo igual”. O “Fora Partidos!” permitiu que a direita conduzisse os debates e condenasse toda forma de fazer política. Quando o grande movimento que tomou conta do país poderia implicar em consequências nas urnas de forma mais substantiva, já havíamos perdido a energia do ano passado. Quando o movimento aceitou a “apartidarização” indistinta e não seletiva, ele perdeu a possibilidade real de mostrar lideranças alternativas e projetá-la, inclusive, midiaticamente.

Não tem jeito para enfrentar o capital sem apoio popular. Porque, inclusive chegando ao poder político do aparato de estado, alguma reforma para ser feita contra os interesses hegemônicos precisa de apoio popular de fato e não presumido. E não nos iludamos com as redes sociais. Acesso regular à internet no Brasil não chega a 45% do total. Mesmo destes que têm acesso, quem lê, entende, avalia e organiza tanta informação recebida? Como o acesso às redes sociais por estas pessoas se articula com os interesses materiais na hora do voto?

O pleito eleitoral continua via partidos políticos; então, uma das tarefas urgentes dos partidos da esquerda não é produzir slogans às vésperas de campanha e sim se fazer compreender pelo “povão” – que é quem mais sofre com as políticas nefastas há mais de “500 anos na terra brasilis”, e geralmente é subjugado em sua forma de pensar e agir. Pois, o que se mostra no horizonte é um regresso ainda mais conservador. Se alguns candidatos e lideranças têm a desfaçatez de afirmar ideias preconceituosas e absurdamente perversas (nem merecem ser citados) é porque

existe uma massa que os apoia. Se ninguém ficasse seduzido, por exemplo, com a “teologia da prosperidade”, os charlatães da religião não se sustentariam.

Mais do que em outras eleições, os partidos de esquerda foram desarmados para este pleito. E ainda, mais uma vez, divididos em menos de um minuto cada – juntos poderiam ter 3 minutos! O segundo maior tempo de exposição foi de pouco mais de quatro minutos e o terceiro cerca de dois minutos.

Então, são muitos desafios que os partidos da esquerda têm pela frente. O barulho das reivindicações foi fundamental para algumas conquistas. Mas, ainda assim, dependerá da forma representativa dos partidos políticos, pois para ocupar parlamentos e os executivos precisa de filiação partidária e não da filiação sindical, de movimentos sociais diversos. Para não deixar dúvidas, não estou secundarizando as mobilizações, mas apenas apontando que a reforma necessária estrutural é a política e não a partidária. Claro, mas *reforma política em qual direção e a favor de quais interesses?* Estas indagações constituem outra longa e importante discussão, mas, por ora, indicamos um exemplo emblemático: se Tiririca (PR-SP) elegeu de forma indireta outros deputados, no Rio de Janeiro tivemos caso semelhante com partido de esquerda. E por outro lado, continuamos a ter presidentes eleitos com a minoria dos votos do colégio eleitoral, possibilitada pela jabuticaba brasileira: “votos válidos”.

Torna-se necessário não uma reforma generalista da política e dos partidos. O fundamental é uma formatação política e social que possibilite o protagonismo das classes populares na direção do país. Está posto o desafio.

RELATOS DE PESQUISA

DESASTRES AMBIENTAIS, PREVENÇÃO E MITIGAÇÃO: um estudo de caso da região de Angra dos Reis/RJ.

Gabriel Lousada*
Heitor Farias**

Resumo: O presente artigo propõe um estudo dos desastres naturais recorrentes no município de Angra dos Reis/RJ. Devido à geomorfologia e à saturação do espaço urbano, ocupações irregulares se tornaram uma prática comum no município de Angra dos Reis, tornando a população residente vulnerável a eventos catastróficos relacionados a fenômenos naturais. O objetivo do trabalho é fazer um breve levantamento da ocupação e histórico de desastres, analisar os aspectos físicos da região e expor as medidas encontradas pela Defesa Civil de Angra dos Reis para a prevenção e mitigação desses eventos.

Palavras-Chave: Desastres ambientais, risco, prevenção e mitigação.

ENVIRONMENTAL DISASTERS, PREVENTION AND MITIGATION: A CASE STUDY OF THE REGION OF ANGRA DOS REIS/RJ

Abstract: The article intends to make a study of the recurrent natural disasters on Angra dos Reis county, localized on the south part of Rio de Janeiro state. Due to its geomorphology and a saturation of the urban space, irregular occupation of the hills became frequent in the county, making the population of these areas vulnerable to catastrophic events like landslides originated by great amounts of precipitation. The objective of the paper is to present a brief history of the irregular occupation and disasters related to it, analyze the physical aspects of the region and expose the prevention and mitigation actions from the government regarding these events.

Keywords: Natural Disasters, risk, prevention and mitigation.

DÉSASTRES ENVIRONNEMENTAUX, PRÉVENTION ET MITIGATION: ÉTUDE DE CAS DE LA RÉGION D'ANGRA DOS REIS/RJ

Résumé: Cet article vise à étudier les désastres naturels qui ont lieu dans la municipalité d'Angra dos Reis (RJ). A cause de la géomorphologie et de la saturation de l'espace urbain, des occupations irrégulières sont devenues récurrentes, en ayant comme conséquence la vulnérabilité de la population locale. Ainsi, on a fait un bref levée de l'occupation et de ces désastres, en analysant les

* Geógrafo pela UFRRJ; Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRJ. E-mail: gabriel_lousada@hotmail.com

** Professor Adjunto, Departamento de Geociências – UFRRJ. E-mail: profheitor79@gmail.com

traits physiques de la région et les actions menées par la Défense Civile afin de prévenir et de mitiger ces événements.

Mots-clés: désastres environnementaux; risque; prévention; mitigation; Angra dos Reis (RJ).

Introdução

Desastres ambientais, risco e vulnerabilidade:

Os fenômenos naturais, em sua grande maioria fenômenos atmosféricos, são conhecidos do homem desde os tempos mais remotos, e por milhares de anos foram reverenciados como entidades mitológicas. No entanto, com o grande crescimento da população mundial, os fenômenos naturais passaram a gerar prejuízos ao homem como perda de bens materiais e de vidas. Assim, quando causam impactos negativos, fenômenos naturais tornam-se desastres ambientais.

Atualmente, com a permanente expansão da ocupação humana sobre as diversas áreas do planeta, a cada dia são criadas novas áreas suscetíveis à ocorrência de desastres ambientais, ou seja, são novas áreas de risco com população vulnerável. O risco pode ser entendido como “qualquer coisa de potencial, ou seja, que ainda não aconteceu, mas que é pressentida como algo que se transformará num evento prejudicial para os indivíduos ou coletividade de um dado espaço” (NOVEMBER, 2002, p. 19).

Para Monteiro (1991, p.10), “o risco considera os componentes antropogênicos e a noção de possibilidade de perigo”. Para Veyret e Richemond (2007) o risco é objeto social e pode ser definido como a percepção do perigo, a possibilidade de uma catástrofe, por aquele que está exposto. No mundo atual, os riscos são, em grande parte, consequência da industrialização e dos processos de modernização, “[...] são, portanto, produtos históricos e resultantes de ações e omissões humanas e expressão do desenvolvimento das forças produtivas [...]” (ZANIRATO et al., 2008, p.3).

O nível de vulnerabilidade de dada população em risco pode ser avaliado por uma série de fatores que vão desde sua capacidade de compreender a situação de risco em que ela está inserida, passando por maneiras de se prevenir de possíveis desastres, até medidas emergenciais a serem tomadas em casos de desastres para minimizar perdas materiais ou de vidas. Muitas vezes a ocupação de uma área de risco torna-se a única opção para determinada população, por isso, medidas preventivas para um melhor enfrentamento possível dessas situações são fundamentais e ajudam a diminuir a vulnerabilidade dos habitantes em risco.

O presente artigo visa estudar o município de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro, que nos últimos anos vem se destacando pela ocorrência de grandes desastres naturais em decorrência de deslizamentos, ocasionados por totais pluviométricos muito altos; mas também pela atuação da Defesa Civil municipal que tem desenvolvido um trabalho preventivo muito forte junto à população, reduzindo os riscos em uma grande parte do município.

Angra dos Reis, um histórico de desastres

O município de Angra dos Reis localiza-se no litoral sul do estado do Rio de Janeiro, na região do Médio Paraíba (Figura 1), à aproximadamente 150 km da capital do Estado, possuindo uma área de 825 Km² e população de 169.511 mil habitantes segundo dados do IBGE de 2010.

A região de Angra está voltada para a Baía da Ilha Grande, no litoral fluminense, e inserida no domínio de escarpas serranas da Serra do Mar, com isso apresenta uma grande densidade urbana nas estreitas planícies espremidas entre as encostas íngremes e o mar (Figura 2).

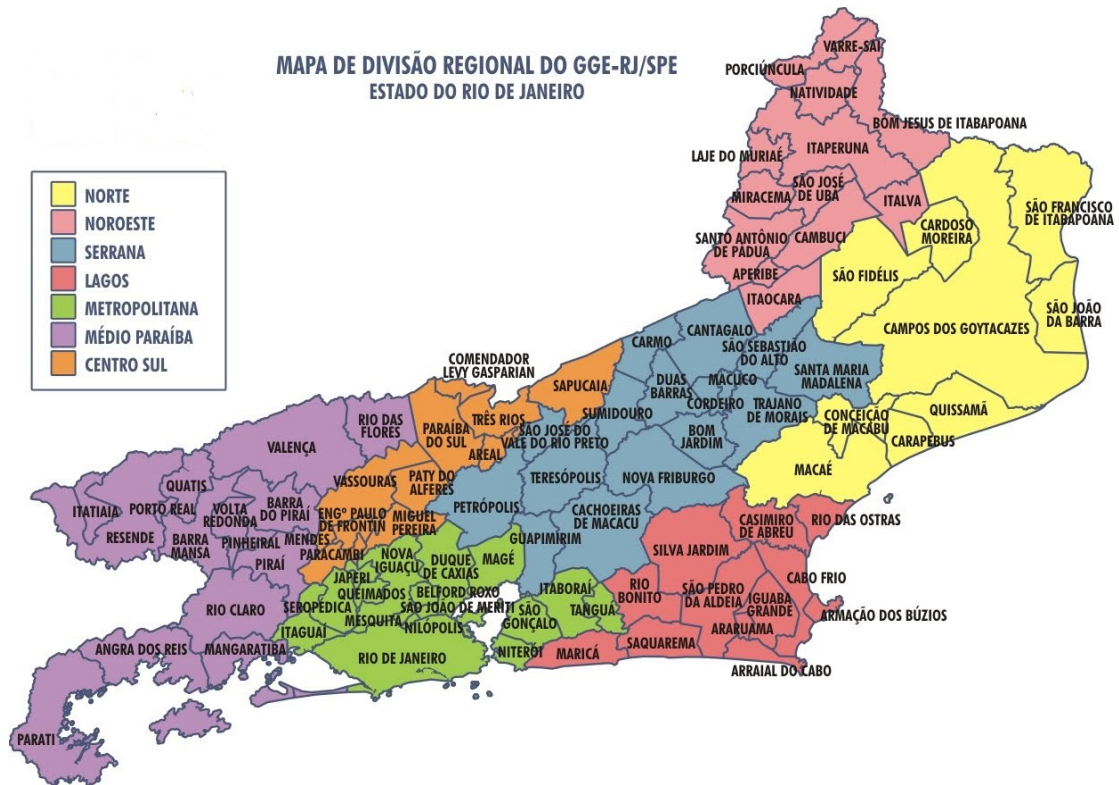


Figura 1 - Divisão Regional do Estado do Rio de Janeiro, com o município de Angra dos Reis incluído na região do Médio Paraíba.

Fonte: <http://spe-gge-rj.blogspot.com.br/2010/11/divisao-regional-gge-rjspe.html>

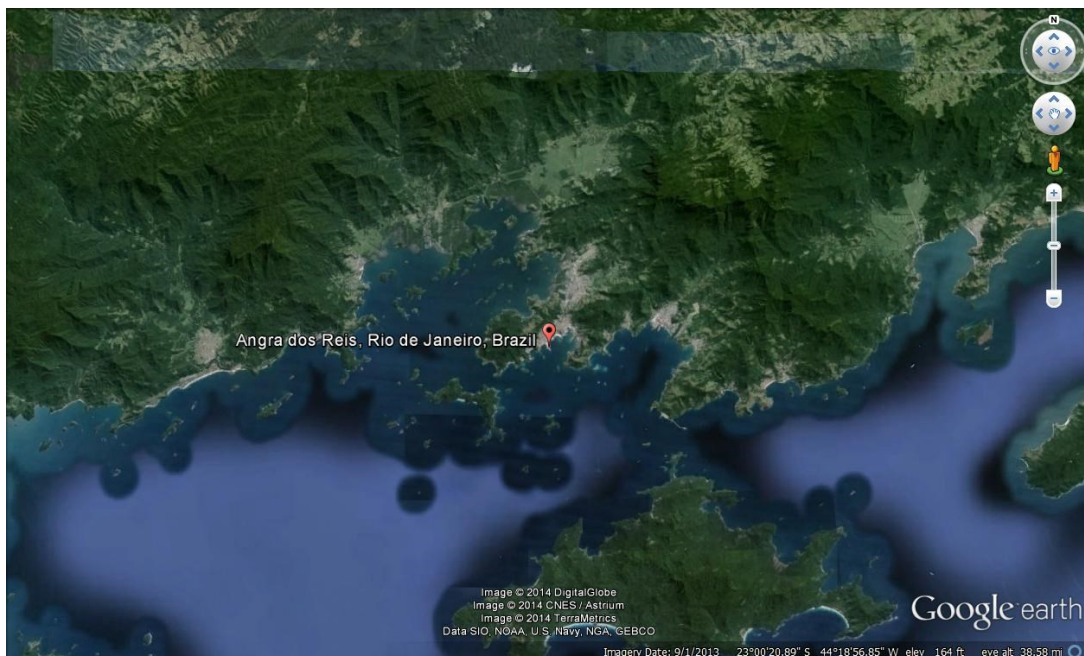


Figura 2 - Angra dos Reis (RJ) - Imagem aérea mostrando as estreitas faixas de planície disponíveis para ocupação na região.

Fonte: Google Earth – Acessado em 18 de abril de 2014

Devido aos processos migratórios existentes na região, a expansão da cidade começou a ocorrer de forma desordenada. A população de menor poder aquisitivo que não possuía condições de se estabelecer nas regiões de planície do município, por conta do elevado valor do solo urbano, passaram a ocupar irregularmente as encostas íngremes. Esse processo levou ao intenso desmatamento das encostas e conseqüentemente, ao aumento da instabilidade. Esse fator aliado a eventos de elevada precipitação, comuns na região devido à localização e disposição da Serra do Mar, foram responsáveis por uma série de movimentos de massa com resultados desastrosos.

Dentre os principais movimentos de massa ocorridos na região destacam-se dois que tiveram graves conseqüências. O deslizamento ocorrido em 9 de dezembro de 2002, no qual houve uma precipitação total de 275 mm, volume equivalente a média de 2 meses de chuva na região. A área mais afetada neste evento foi o bairro de Japuíba, em especial a região de Areal, onde o volume de água captado por uma encosta levou ao deslizamento de aproximadamente 20 toneladas de rochas, solo e árvores de grande porte causando a destruição de mais de 70 casas no bairro e deixando 40 vítimas fatais. Outro evento que merece destaque foram os deslizamentos ocorridos em janeiro de 2010, que provocaram a morte de 53 pessoas, sendo 32 vítimas do deslizamento na Praia de Bananal em Ilha Grande e 21 vítimas no deslizamento do Morro da Carioca, próximo ao centro de Angra dos Reis (Figura 3). Na ocasião, entre os dias 30 de dezembro de 2009 e 1 de janeiro de 2010, o município de Angra dos Reis enfrentou uma chuva de 417 mm, este índice representa o dobro da média histórica registrada no mês de dezembro na região (DEFESA CIVIL ANGRA DOS REIS-RJ).

É importante registrar que os deslizamentos atingiram vários bairros do município, inclusive na Ilha Grande, causando estragos que causaram mortes e deixaram desabrigados, independente de classe social (Figura 4).



Figura 3 - Angra dos Reis (RJ) - Ocupações irregulares no morro da Carioca. Observam-se ao fundo as cicatrizes deixadas na encosta após o deslizamento de 2010.
Fonte dos dados: BAND (2010) - Acessado em 12 de Abril de 2014. Foto: Jadson Marques / Agência Estado



Figura 4 - A Pousada Sankay em destaque antes da noite de réveillon, quando foi soterrada por uma avalanche que matou 31 pessoas na Enseada do Bananal.
Fonte: <http://veja.abril.com.br/130110/tragico-absurdo-previsivel-p-054.shtml> - Acessado em 12 de Abril de 2014. Foto: André Luiz Mello/Ag. O Dia

Discussão

Dentre os principais fatores envolvidos nos desastres ambientais ocorridos em Angra dos Reis, identificou-se a combinação de uma área com características físicas que demonstram grande fragilidade para o tipo de ocupação que vem recebendo, urbanização muito densa. Assim, serão analisadas a seguir as características naturais de Angra dos Reis e o processo de expansão urbana que continua a atrair população para o município, gerando cada vez mais riscos.

Aspectos naturais

A descrição dos aspectos naturais de Angra dos Reis foi feita com base no EIA-RIMA, realizado pela ELETRONUCLEAR (2006), para instalação da Usina Nuclear Angra 3.

- Clima

A contextualização climática leva em conta a dinâmica atmosférica, formada pela interação desde fenômenos de escala global até fenômenos locais que podem ser influenciados pelo relevo, por exemplo. Para avaliar as causas das elevadas precipitações em Angra dos Reis é preciso ter em mente os diversos sistemas envolvidos.

Dentre os sistemas atmosféricos de larga-escala atuantes no Brasil, a Zona de Convergência da América do Sul (ZCAS) é apontada como o principal fator responsável por precipitações e nebulosidade durante o verão, destacando-se nas regiões Sul e Sudeste. Outro sistema formador de intensas precipitações durante o verão são as linhas de instabilidade tropicais (LIT), estas linhas são sistemas de depressão barométricos acoplados em pequenas dorsais pelos sistemas de altas pressões originários no interior do continente. As LITs são formadas sobre os estados do Pará e Amazonas em função do ciclo de aquecimento diário e transportam-se para o sudeste conforme ganham maturidade. Essas linhas são grandes sistemas dinâmicos de convergência que provocam a ascensão do ar quente, e que dependendo do seu grau

de umidade e força ascensional podem provocar intensas chuvas e trovoadas de curta duração.

Outro elemento de grande importância para a caracterização climática da região é a proximidade do Oceano Atlântico, que funciona como um grande regulador térmico, suavizando as temperaturas da região. No entanto, o oceano também é responsável por um grande volume de vapor d'água existente no local, que ao associar-se às características geomorfológicas de Angra dos Reis, no contexto da Serra do Mar, é impedido de penetrar no continente com os ventos marítimos ao encontrar essa barreira natural. O resultado é um fenômeno conhecido como chuva orográfica, responsável por precipitações localizadas na região ao sopé do sistema de escarpas.

Um último grande fator que influencia no regime das chuvas da região é a entrada de frentes frias. As frentes frias são responsáveis por grandes linhas de instabilidade atmosférica durante sua passagem e o resultado desse fenômeno são chuvas constantes e fortes ventos. Essas frentes frias costumam ocorrer durante todo o ano, sendo mais comuns durante o inverno, porém também são observadas nos meses de verão quando apresentam os maiores índices pluviométricos. Os dados das médias pluviométricas podem ser observados na figura 5.

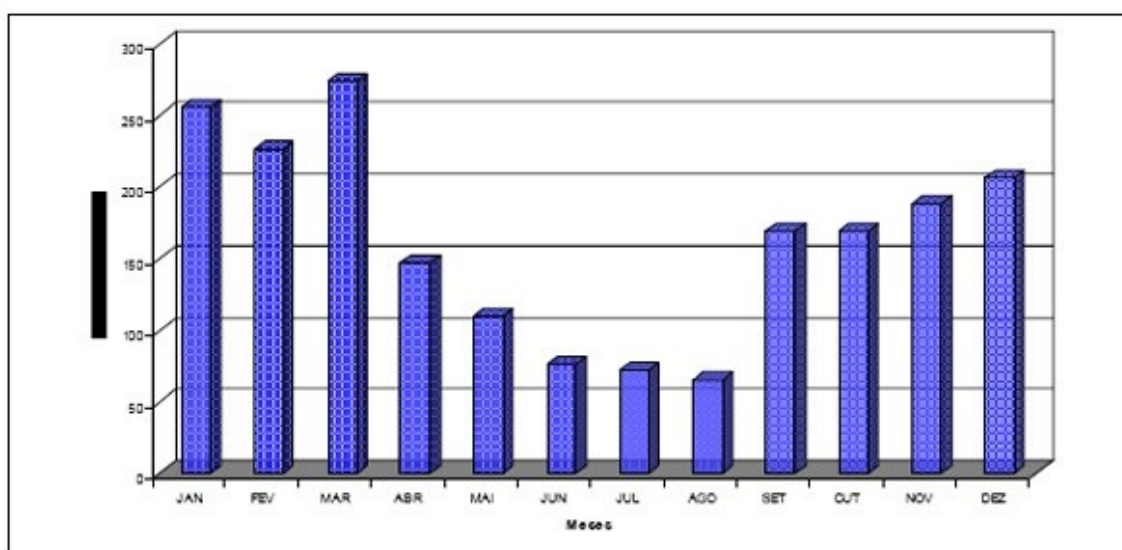


Figura 5 - Angra dos Reis, média pluviométrica entre os anos de 1982 e 2001.
Fonte dos dados: ELETRONUCLEAR, 2006 - Acessado em 5 de Abril de 2014

– Geomorfologia e geologia regional

O município de Angra dos Reis pode ter sua classificação geomorfológica dividida em dois grupos, as escarpas íngremes da Serra do Mar e a região de planície fluvio-marinha que vem se formando através de processos geomorfológicos a partir do período quaternário.

As escarpas da Serra do Mar fazem parte de um domínio morfoestrutural chamado de Faixas de dobramentos remobilizados, e o relevo presente nessa estrutura é caracterizado por extensas linhas de falhas, blocos deslocados e escarpas serranas. A unidade de relevo da Serra do Mar presente no município de Angra dos Reis é denominada de Planalto da Bocaina, que apresenta uma altitude máxima variando de 1.000 a 1.800 metros.

Os eventos tectônicos recentes conhecidos como controladores do local estão associados à reativação tectônica da abertura do Oceano Atlântico, responsável pela criação de falhamentos normais e soerguimento de blocos formadores da Serra do Mar.

Nas encostas de maior declividade das escarpas da Serra do Mar há predomínio de rochas cristalinas ígneas e metamórficas recobertas por solos jovens e de baixa espessura, o que provoca uma descontinuidade hidrodinâmica responsável por um elevado grau de escoamento superficial e subsuperficial. No sopé das escarpas nota-se a presença de depósitos de tálus e solos residuais de baixa maturidade.

Por se tratar de uma região coberta com material inconsolidado e em muitas áreas existir uma associação a cortes de estrada, a base dessas escarpas se tornam ambientes de grande instabilidade e suscetíveis a movimentos de massa, em casos de precipitação elevada, facilitando processos geomorfológicos como o *creep* ou deslizamentos translacionais.

As feições escarpadas da Serra da Bocaina apresentam um contato direto com a planície fluvio-marinha, caracterizada pela presença de rochas sedimentares, aluviões

integrados por areias, cascalhos, argilas inconsolidadas e sedimentos marinhos, que vem sendo depositados a partir de processos erosivos e variações do nível do mar. Sua natureza de menor potencial energético possibilitou a instalação de residências, atividades industriais ou comerciais, assim como todo o aparato urbano necessário ao município. No entanto, devido a sua pequena área total esta região sofre com uma intensa densidade urbana.

– Vegetação

Área característica do domínio da Mata Atlântica, Angra dos Reis apresenta não só densas florestas, mas também vastas regiões de manguezais típicos de regiões litorâneas. No entanto, desde sua colonização a flora da região vem sofrendo com fortes pressões antrópicas, sejam elas para abertura de novas vias de comunicação, expansão agrícola ou ocupações imobiliárias. Grande parte da região é hoje recoberta por vegetação secundária em diversos níveis de regeneração ou são áreas de extração de madeira onde ocorre a modificação da estrutura florestal original. Apenas pequenas partes de Mata Atlântica permanecem intocadas, seja por se tratarem de áreas protegidas ou por possuírem um difícil acesso à exploração e agricultura.

É importante destacar que a remoção da cobertura vegetal das encostas leva a uma redução da capacidade de infiltração do solo, com isso a água das chuvas escorre superficialmente aumentando o *runoff* e a quantidade de material carregado para o sopé das encostas. Esse material também é transportado pelos rios e depositado eventualmente em seu leito, aumentando assim o seu assoreamento e diminuindo sua vazão. A consequência desse processo é um maior número de alagamentos em caso de níveis elevados de precipitação (GUERRA *et al.*, 1996).

Aspectos sociais

A descrição do histórico do município de Angra dos Reis foi feita com base no Diagnóstico Sócio-Ambiental elaborado por Machado (1995), encomendado por FURNAS.

Desde o período colonial a região de Angra dos Reis sempre se destacou pela sua favorável condição portuária. A localização na Baía da Ilha Grande proporcionava águas calmas e uma plataforma continental com profundidade necessária à entrada e saída de navios para o transporte de pessoas ou mercadorias. Por volta de 1600 a região já era considerada como detentora de certa importância econômica devido à pesca de baleias e o comércio entre indígenas e europeus. No entanto, foi próximo ao final do século XVIII, quando a ocupação das terras da região já havia se consolidado através dos colonos mais pobres, que a região ganhou maior importância através do cultivo da cana-de-açúcar e a construção de engenhocas ou destilarias para a produção de aguardente. No mesmo período, outra atividade que trazia grande atenção ao local foi o uso de sua capacidade portuária para a chegada de escravos, um comércio que gerava grandes lucros para os envolvidos. Função portuária esta que foi ampliada com a abertura de estradas para regiões onde existia o cultivo de café para escoamento da produção.

Foi a partir do ano de 1959 que o município conheceu o seu desenvolvimento como centro urbano. Esse processo teve início com a instalação dos Estaleiros Verolme. As obras para a construção do estaleiro trouxeram profundas mudanças à cidade, que era caracterizada por uma pequena produção rural e agora se via inserida dentro de uma lógica industrial, até então inédita para o local. Estima-se que 4000 trabalhadores foram recrutados para a construção dos estaleiros Verolme, número acrescido da mão de obra qualificada contratada para trabalhar em suas instalações, além da atração gerada pela demanda de serviços para essa nova população.

Para absorver esse contingente, novos bairros foram criados e iniciou-se a ocupação das planícies da cidade de Angra dos Reis e distritos vizinhos. Entre os anos de 1950 e 1970 o número absoluto da população de Angra dos Reis dobrou, o que demonstra o tamanho do impacto destas novas atividades a região.

Na primeira metade da década de 70, após a construção da rodovia BR-101 que ligava pelo litoral os estados de Rio de Janeiro e São Paulo, uma nova atividade passou a fazer parte da dinâmica socioeconômica de Angra dos Reis. O turismo, sustentado

pelas diversas belezas naturais da Baía da Ilha Grande, modificou profundamente o espaço daquele território com a construção de hotéis, condomínios, marinas e criação de novos loteamentos. Esta atividade alterou grande parte do ambiente natural da região através do aterramento de áreas, destruição de manguezais e desmatamento de encostas. Tendo como público alvo turistas de classe média alta e estrangeiros, essa atividade também gerou uma intensa especulação do solo e imobiliária na região, afetando negativamente a vida das camadas mais pobres locais, geralmente ligadas ao setor de prestação de serviços.

Angra dos Reis também foi escolhida como região prioritária no plano estratégico do Governo Federal de desenvolvimento da infraestrutura logística nacional, que incluía os setores de energia, transporte e comunicação. Com isso a região recebeu a instalação das usinas do Projeto Nuclear Brasileiro e a implantação de um terminal marítimo da Petrobrás. Por esse motivo, a cada novo projeto iniciado e a criação de um novo canteiro de obras, mais áreas consideradas impróprias foram sendo ocupadas para abrigar a população que inicialmente trabalhava na construção desses empreendimentos, mas que muitas vezes optava por fixar residência no local após a conclusão do serviço.

Atualmente Angra dos Reis continua exercendo grande atração populacional devido ao seu desenvolvimento no setor industrial e na prestação de serviços. Isso levou ao crescimento populacional de 42% entre os anos de 2000 e 2010 segundo dados do Censo IBGE. Crescimento extremamente elevado se compararmos no mesmo período o crescimento da cidade do Rio de Janeiro que foi de 7,9% e ao da região sudeste como um todo, que foi de 11%. Alguns indicadores que explicam esse crescimento exponencial na população do município e o motivo de atração é o seu desenvolvimento econômico, Angra dos Reis possui atualmente um Produto Interno Bruto (PIB) de aproximadamente 9,7 milhões de reais. Segundo o Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal (IFDM), Angra dos Reis fica em segundo lugar no estado do Rio de Janeiro na comparação empregos x renda, ficando atrás apenas do município de Rio das Ostras, e em oitavo lugar se comparado com todos os municípios do território nacional.

O elevado crescimento econômico local foi responsável pela grande atração populacional que aumentou significativamente o número de habitantes de Angra dos Reis. No entanto, por se tratar de uma localidade com uma área disponível para ocupação extremamente limitada, regiões impróprias para construção começaram a ser amplamente utilizadas, tornando-se assim um grave problema a ser combatido/controlado pelo Estado.

Resultados

Com um elevado número de ocupações em áreas de risco e devido ao histórico de desastres da região, a prefeitura de Angra dos Reis encontrou-se diante de uma situação extremamente delicada. Era preciso elaborar planos efetivos para a prevenção de desastres, e em casos inevitáveis, mitigar os impactos dos mesmos. O órgão que ficou responsável por esta empreitada foi a Defesa Civil municipal de Angra dos Reis, que através de um monitoramento constante das áreas de risco, parcerias com órgãos do governo Federal e uma aproximação com a população, maiores afetados pelos desastres, conseguiu obter excelentes resultados. O plano de ação adotado pela Defesa Civil será detalhado a seguir.

Monitoramento

A Defesa Civil possui um sistema de monitoramento que integra informações de diversos órgãos públicos, aliada a *sites* e *softwares* abertos e disponíveis ao público. Dentre os órgãos públicos, destaca-se a parceria com o Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), que está em constante comunicação com a central de monitoramento da Defesa Civil para um acompanhamento mais efetivo das condições climáticas.

Para fins de previsões climáticas, acompanhamento da evolução do deslocamento de frentes que tragam instabilidade à região e possíveis situações de alerta para extremos climáticos, a Defesa Civil utiliza imagens aéreas disponibilizadas pela Divisão de Satélites e Sistemas Ambientais (DSA), a Rede de Meteorologia do Comando da

Aeronáutica (REDEMET) e o Centro de Previsão de Tempo e Estudos Climáticos (CPTEC). Todas essas informações são disponibilizadas na internet e de acesso irrestrito para a população.

Através da parceria com o CEMADEN, a Defesa Civil possui vem instalando um total de 29 pluviômetros automáticos e semiautomáticos em áreas consideradas críticas e que demandam constante acompanhamento, seja por apresentarem riscos de deslizamento ou possíveis enchentes nas planícies fluviais, permitido montar uma rede de monitoramento das chuvas em todo o município. Em caso de chuvas intensas que possam representar uma ameaça a população, mensagens de alerta são enviadas desses pluviômetros para a sala de monitoramento da Defesa Civil, tal qual ao CEMADEN, para que a situação possa ser acompanhada com maior atenção. Estes pluviômetros automáticos e semiautomáticos vêm substituindo os pluviômetros manuais que eram mantidos e monitorados pelos líderes comunitários, que faziam a leitura o acompanhamento do total pluviométrico, passando as informações para a Defesa Civil.

Outro recurso que a Defesa Civil dispõe são as câmeras de monitoramento instaladas na cidade de Angra dos Reis. As câmeras foram instaladas pela prefeitura em diversos pontos da cidade para o monitoramento de deslizamento ou enchentes, fornecendo à Defesa Civil a possibilidade de acompanhamento em tempo real da situação em áreas risco.

Por último, mas não menos importante, constantes visitas técnicas são realizadas por funcionários da Defesa Civil às regiões de maior risco de deslizamento. Dessa maneira é possível realizar um acompanhamento da estabilidade das encostas em questão, a existência processos geomorfológicos ativos (como o movimento de rastejo), possíveis alterações associadas a chuvas passadas e à ocupação de novas áreas consideradas impróprias para construção. Através dessas visitas, são realizadas avaliações técnicas de intervenções de engenharia para estabilização de encostas quando necessário, e até mesmo remoção da população em casos extremos.

Participação popular

Um importante fator na prevenção contra desastres naturais é o elo entre os órgãos responsáveis e a população em risco. Uma parceria entre as partes se faz necessária para que em casos de emergência as atitudes tomadas pelas autoridades estejam em conformidade com a ação da população diante da situação de risco.

Para atingir este objetivo, a Defesa Civil realiza em Angra dos Reis palestras em escolas que atendem a população residente nas áreas de risco a fim de explicar os fatores e processos envolvidos, assim como detalhar planos emergenciais, rotas para evacuação e localização de abrigos em situações de emergência. Outra forma de interação entre a Defesa Civil e a população são os Centros Comunitários, onde a participação popular é incentivada a participar de reuniões para aumentar a percepção do risco e melhorar o entendimento das ações tomadas pelo Estado.

Ações emergenciais

Em casos de risco iminente detectado pela central de monitoramento da Defesa Civil, um sistema de aviso através de mensagens SMS é utilizado para informar a população sobre as áreas em risco e quais medidas devem ser tomadas. O funcionamento do sistema é previamente explicado nas reuniões realizadas com a Defesa Civil em escolas e centros comunitários, para que em caso de emergência não existam falhas ou descrença por parte da população sobre o alerta recebido.

Outro sistema que está sendo implementado para tornar mais eficiente a comunicação de eventos de risco a população é a instalação de sirenes em áreas consideradas de maior propensão a desastres (Figura 6). Estas sirenes irão soar sempre que se julgar que uma situação apresente um elevado risco a população e poderão ser acionadas tanto pelo centro de desastres da Defesa Civil, ou por um líder comunitário previamente instruído sobre seu funcionamento. O acionamento por parte do líder comunitário também passa pela aprovação da Defesa Civil, para que não existam

alarmes desnecessários, situação que diminuiria a confiabilidade da população no alerta e prejudicaria ações futuras.



Figura 6 - Sirene que faz parte das medidas de ações emergenciais a serem tomadas em caso de situações de risco iminente.

Foto: Ana Cristina da Silva

Intervenções e engenharia

Através de visitas técnicas realizadas pela Defesa Civil são estabelecidas áreas que apresentam riscos em níveis muito elevados à população, tornando sua permanência no local inviável. Nestes casos é proposta ao morador sua remoção do local, sendo este, realocado em uma nova área disponibilizada pela prefeitura. No entanto, esse processo se mostra extremamente complexo devido às inúmeras variáveis envolvidas, como a disponibilidade de uma área próxima para a sua instalação, a relação do morador com o lugar em que vive, disponibilidade de verba da prefeitura, entre outros.

Existem exemplos de remoções realizadas após a ocorrência de desastres, como foi o caso do Morro do Tatu, no centro da cidade, onde ocorreu um processo de deslizamento planar após as chuvas de 2010. Mais de 70 residências foram afetadas durante este evento, e após o ocorrido, a população residente foi removida para áreas

Gabriel Lousada; Heitor Farias, Desastres ambientais, prevenção e mitigação: um estudo de caso da região de Angra dos Reis/RJ.

vizinhas e obras de retaludamento para estabilização da encosta foram realizadas (Figura 7). Desde então a área é controlada pelo Estado para que residências não voltem a ser construídas no local.



Figura 7 - Retaludamento do Morro do Tatu após remoção de ocupações ilegais
Foto: Ana Cristina da Silva

Conclusões

Devido a sua localização na região costeira do estado do Rio de Janeiro, possuindo uma limitada área para expansão urbana entre as escarpas da Serra do Mar e a Baía da Ilha Grande, a ocupação das encostas se tornou um grave problema para a região. Foram criadas áreas de risco que foram potencializadas pela grande atração populacional exercida pela cidade em razão do seu desenvolvimento econômico e importância regional. Coube ao Estado procurar formas efetivas e plausíveis de contornar essa situação, trabalhando em parceria com órgãos públicos e centros comunitários para reduzir o nível de vulnerabilidade da população ali residente e evitar que tragédias como as ocorridas em 2002 e 2010 se repetissem.

Apesar de o sistema elaborado pela Defesa Civil municipal se mostrar efetivo e vir apresentando resultados positivos, muitos ainda são os obstáculos a serem superados. Em primeiro lugar a expansão da ocupação em áreas de risco ainda se mostra um problema em curso, onde áreas que são monitoradas chegam a ser ocupadas com a construção de casas durante um final de semana, quando não existe fiscalização. Isso dificulta o trabalho do Estado, pois após a construção ser realizada, a remoção da família instalada apresenta diversos entraves de difícil superação, como o da necessidade de disponibilizar uma casa em outra área caso a remoção aconteça, o que quase nunca é possível, seja pela falta de recursos, ou pela falta de áreas disponíveis. Em segundo lugar é necessário realizar a expansão da rede de monitoramento pluvial da região, onde algumas áreas ainda se mostram deficientes, como determinadas encostas da Ilha Grande, local afetado pelas chuvas no início de 2010.

A criação do risco vem atrelada ao desenvolvimento da sociedade ao longo da história e muitas vezes se torna inevitável devido às condições locais. Cabe a pesquisadores e estudiosos encontrar maneiras de minimizar os riscos em caso da ocorrência de um desastre ambiental. Elaborar melhores maneiras para a prevenção, estabelecer medidas a serem tomadas em situações de emergência e mitigar os danos decorrentes são fundamentais para a redução da vulnerabilidade frente a tais eventos que já custaram à sociedade não só bens materiais, mas principalmente, muitas vidas.

Agradecimentos

Agradecimento especial à Defesa Civil Municipal de Angra dos Reis por receber os alunos de Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em suas dependências, elucidando todo seu plano de ação, tal qual, realizando uma visita técnica em algumas de suas áreas de atuação, possibilitando um ganho de conhecimento fundamental para a realização do presente trabalho.

Referências

DEFESA CIVIL ANGRA DOS REIS-RJ. Tragédias que abalaram Angra dos Reis. <http://www.defesacivil.angra.rj.gov.br/asp/tragedia.asp#top>, acessado em 18 de abril de 2014.

ELETRONUCLEAR. Estudo de Impacto Ambiental da Unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto. http://www.eletronuclear.gov.br/hotsites/eia/v02_06_diagnostico.html, acessado em 5 de Abril de 2014.

ELETRONUCLEAR. Relatório de Impacto Ambiental da Unidade 3 da Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto. http://www.eletronuclear.gov.br/Portals/0/RIMadeAngra3/06_diagnostico%20.html , acessado em 28 de Março de 2014.

FIRJAN, Federação das Indústrias do Rio. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal. <http://www.firjan.org.br/ifdm/> , acessado em 5 de Abril de 2014.

GUERRA, A. J. T. & CUNHA, S. B. Geomorfologia e meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. CENSO 2010. <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=330010> , acessado em 5 de Abril de 2014.

MACHADO, L. O. Angra dos reis: porque olhar para o passado? Diagnóstico Sócio-Ambiental do Município de Angra dos Reis, Convênio FURNAS-UFRJ, Rio de Janeiro, 1995.

MONTEIRO, C. A. F. Clima e excepcionalismo, conjecturas sobre o desempenho da atmosfera como fenômeno geográfico. Florianópolis: Imprensa Universitária, 1991.

NOVEMBER, V. Les territoires du risque: le risque comme objet de réflexion géographique. Développement durable et territoires [Online], Lectures, Publications de 2002.

RIBEIRO, W. C. Risco e Vulnerabilidade Urbana no Brasil. Scripta Nova, V. 14, 2010.

VEYRET, Y. & RICHEMOND, N. M. (org.) Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente. São Paulo: Contexto, 2007.

ZANIRATO, S. H.; RAMIRES, J. Z. S.; AMICCI, A. G. N.; ZULIMAR, M. R.; RIBEIRO, W. C. Sentidos do risco: interpretações teóricas. Biblio 3W, Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales, V.13, 2008.

REDES POPULARES DE TURISMO E EXPERIÊNCIAS DE MAPEAMENTO PARTICIPATIVO: a atuação da Rede Brasilidade Solidária em Teresópolis (RJ)

Cleber Marques de Castro*

Rafael Ângelo Fortunato**

Resumo: Este relato de pesquisa apresenta a atuação da “Rede Brasilidade Solidária” no município de Teresópolis (RJ) e a experiência com os mapeamentos participativos visando a produção de novas territorialidades associadas ao turismo. A formação de redes populares de turismo é um fenômeno importante para a produção do território turístico e para renovar o modo de se pensar a política e a administração pública neste setor.

Palavras-chave: Turismo Solidário, Redes populares, Mapeamento Participativo, Teresópolis.

SOCIAL TOURISM NETWORKS AND PARTICIPATORY MAPPING EXPERIENCES: ACTIVITIES OF “REDE BRASILIDADE SOLIDÁRIA” IN TERESÓPOLIS (RJ)

Abstract: This research report presents the activities of "Rede Brasilidade Solidária" at Teresópolis, Rio de Janeiro State (RJ) and its experience with participatory mapping aimed at producing new territorialities associated with tourism. The formation of social tourism networks is an important phenomenon to production of tourist territory and to renew the way of thinking about politics and public administration in this area.

Keywords: Solidarity Tourism, Social Tourism Networks, Participatory Mapping, Teresópolis.

RETI DI TURISMO POPOLARI E LE ESPERIENZE DI CARTOGRAFIA PARTECIPATIVA: IL RUOLO DELLA “REDE BRASILIDADE SOLIDÁRIA” A TERESOPOLIS (RJ)

Astratto: Questo rapporto di ricerca presenta le attività della "Rede Brasilidade Solidaria" a Teresópolis, Rio de Janeiro (RJ) e la sua esperienza con la cartografia partecipativa volta a produrre nuove territorialità legate al turismo. La formazione di reti di turismo popolari è un fenomeno importante per la produzione del territorio turistico e per rinnovare il modo di pensare la politica e la pubblica amministrazione di questo settore.

* Professor Adjunto do Departamento de Turismo da UERJ, campus Teresópolis. E-mail: cleber.castro@uerj.br

** Professor Adjunto do Departamento de Turismo da UERJ, campus Teresópolis. E-mail: rafael.fortunato@uerj.br

Paroli Chiavi: Turismo Solidale, Reti Popolari di Turismo, Cartografia Partecipativa, Teresópolis.

Introdução

A mobilização e a participação popular têm se tornado cada vez mais presente em grande parte das políticas do setor de turismo, haja vista que existe na academia e no campo das políticas públicas um movimento de validação desta participação/mobilização como um formato capaz de garantir a sustentabilidade na atividade turística. Este processo, porém, não ocorre unicamente no turismo, pois em vários setores, após a redemocratização do país, passou-se a dar maior valor às ideias de descentralização, autonomia municipal e participação popular.

No Brasil, o planejamento turístico seguiu este processo de descentralização e as políticas públicas do campo do turismo também investem na participação de diversos agentes visando à reflexão e a inclusão social no desenvolvimento da atividade.

Partimos da premissa que a formação de redes populares de turismo, nas quais pessoas se mobilizam e interagem visando decidir caminhos para produção do território turístico é um fenômeno importante para renovar o modo de se pensar a política e a administração pública no campo do turismo. Neste sentido, o objetivo do presente artigo é apresentar o processo de formação da “Rede Brasilidade Solidária” e de estratégias metodológicas de mobilização e participação popular, com base nas cartografias sociais visando o desenvolvimento do turismo solidário.

Assim, o presente artigo está estruturado em quatro seções: a primeira discute brevemente como a Política Nacional de Turismo abre espaço para a descentralização da gestão e do planejamento do turismo, ensejando o estabelecimento de redes populares visando o turismo solidário; a segunda seção apresenta a proposta e os objetivos da Rede Brasilidade Solidária; por fim, a terceira e quarta seções focam na cartografia social e na metodologia dos mapeamentos turísticos participativos, bem como a atuação da Rede Brasilidade Solidária no município de Teresópolis (RJ).

Cleber Marques de Castro; Rafael Ângelo Fortunato, Redes populares de turismo e experiências de mapeamento participativo: a atuação da Rede Brasilidade Solidária em Teresópolis (RJ).

Políticas Públicas e Redes Populares de Turismo

No ano de 2008 temos a promulgação de importante marco legal para o turismo, a Política Nacional de Turismo (Lei Federal 11.771/08), que dentre outras disposições, “define as atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e disciplina a prestação de serviços turísticos, o cadastro, a classificação e a fiscalização dos prestadores de serviços turísticos”. Por sua vez, a análise do texto legal confirma as tendências de descentralização em curso no país, conforme explicitado no Art. 5, incisos II, VI, VIII e IX, a seguir:

II - reduzir as disparidades sociais e econômicas de ordem regional, promovendo a inclusão social pelo crescimento da oferta de trabalho e melhor distribuição de renda;

VI - promover, descentralizar e regionalizar o turismo, estimulando Estados, Distrito Federal e Municípios a planejar, em seus territórios, as atividades turísticas de forma sustentável e segura, inclusive entre si, com o envolvimento e a efetiva participação das comunidades receptoras nos benefícios advindos da atividade econômica

VIII - propiciar a prática de turismo sustentável nas áreas naturais, promovendo a atividade como veículo de educação e interpretação ambiental e incentivando a adoção de condutas e práticas de mínimo impacto compatíveis com a conservação do meio ambiente natural;

IX - preservar a identidade cultural das comunidades e populações tradicionais eventualmente afetadas pela atividade turística;

Estes incisos revelam o investimento no poder local para produção de territórios turísticos. Sem dúvida, as redes populares podem cumprir um importante papel para que os objetivos propostos pela Política Nacional de Turismo sejam alcançados, na medida em que o envolvimento e as decisões da comunidade local sejam os norteadores das políticas públicas.

O Art. 9 da Lei 11.771/08 garante que o Sistema Nacional de Turismo tem por um dos seus objetivos promover a regionalização da atividade turística através do incentivo à criação de organismos autônomos e de leis facilitadoras do desenvolvimento do setor, descentralizando a sua gestão, fato que nos remete diretamente a formação de redes locais e regionais. Julgamos que as redes populares, compostas por genuínos agentes

sociais locais, possui a capacidade de construir e garantir as melhores condições socioambientais para os territórios turísticos. A participação das pessoas em redes populares e solidárias pode tornar-se uma das ferramentas que visam garantir a expressão genuína das territorialidades dos grupos autóctones, promovendo suas regiões.

O governo federal, por exemplo, também ressalta a importância da descentralização, quando o Ministério do Turismo promove um programa intitulado “Programa de Regionalização do Turismo”, ressaltando a importância da descentralização e das redes para o fortalecimento da atividade turística. Um documento derivado deste programa, os “Cadernos de Turismo” afirma que:

A organização em Rede tem enorme poder de promover a divulgação de informações e a troca de experiências de forma descentralizada. Essa estrutura e sua forma de organização induzem à colaboração, à cooperação, ao trabalho conjunto, à gestão compartilhada e à ação autônoma individual integrada a uma visão coletiva. O exercício da colaboração, como acontece nas Redes, promove o desenvolvimento dos talentos e a emancipação responsável (BRASIL, 2007, p. 14).

Apesar da temática das redes estarem presentes em programas e documentos de governo, trabalhamos com o pressuposto de que elas não devem ser elaboradas apenas com o aval ou patrocínio governamental. É importante que a sociedade civil de maneira geral inicie movimentos locais para o fortalecimento de sua atuação política, pensando em um programa pragmático com força suficiente para solidarizar-se, buscar o diálogo e avançar rumo à emancipação da gestão do turismo em um determinado território. Lembramos que Beni (2006, p. 62) afirma que boa parte dos projetos de desenvolvimento sustentável na área do turismo possui entraves justamente na incapacidade de mobilização da comunidade local.

A superação deste problema diagnosticado por Beni (2006) pode ter resposta no fortalecimento das redes populares, a partir do fortalecimento de formas de cooperação, de solidariedade e de inserção das comunidades como verdadeiros agentes sociais no processo de gestão do turismo e, por conseguinte, na gestão do território.

Cleber Marques de Castro; Rafael Ângelo Fortunato, Redes populares de turismo e experiências de mapeamento participativo: a atuação da Rede Brasilidade Solidária em Teresópolis (RJ).

A Rede Brasilidade Solidária: proposta e objetivos

O objetivo da Rede Brasilidade Solidária é de promover o desenvolvimento territorial local através de empreendimentos e atividades turísticas, visando contribuir para minimizar problemas e conflitos socioambientais ao formarmos redes de cooperação. Teórica e metodologicamente, ancora-se nas discussões referentes ao turismo solidário, à educação ambiental, à política, dentre outras áreas, revelando seu caráter interdisciplinar. Os trabalhos da Rede foram inaugurados em 2012 e podem ser vistos em <brasilidadesolidaria.com.br>.

154

De acordo com Fortunato (2011) admite-se que a formação de redes populares de turismo é parte de um processo de envolvimento e atuação política, disseminando uma metodologia que sinaliza para a complexidade e para a base filosófica do turismo solidário. Este tipo de turismo alinha-se com as novas discussões da ciência na contemporaneidade e cumpre uma função social importante, pois integra diferentes olhares para compor o turismo como um fenômeno social de múltiplas determinações.

Aposta-se na ideia de que o turismo solidário é uma filosofia que antecede as segmentações de mercado, permeando as modalidades de turismo, tais como o ecoturismo, turismo rural, turismo de negócios, turismo religioso, dentre outros.

Longe das abordagens mecânicas e deterministas, o turismo solidário trabalha com os pressupostos metodológicos sistematizados por Fortunato (2011) e representados nos “Seis Vês” do turismo solidário (Visitação, Vivências, Vendas, Vínculos, Veiculação, Validação). Estes “vês”, apresentados em detalhe por Fortunato e Neffa (2014), funcionam como indicadores e diretrizes para a sistematização e o acompanhamento dos processos turísticos em uma determinada localidade e região.

A Cartografia Social e os Mapeamentos Turísticos Participativos: concepção e adaptações metodológicas

Como aproveitar as diferentes potencialidades turísticas de um município? Como ordenar estas atividades visando a promoção da inclusão social e da sustentabilidade em sentido mais amplo? Acreditamos que podem haver diferentes caminhos para responder a estas questões. No entanto, defendemos que a criação de redes populares e a implantação da noção de turismo solidário são fundamentais para um maior envolvimento das comunidades no sistema turístico local, bem como na geração de renda e inclusão social.

As cartografias sociais, por sua vez, emanam como uma modalidade de cartografia em que as próprias comunidades e agentes sociais constroem os mapeamentos, com base em suas interpretações e percepções. Esta modalidade de cartografia surgiu, segundo Acselrad e Coli (2008), no final do século XX, quando as representações cartográficas passam a contemplar a participação da população local nos processos de produção de mapas.

Uma das ações mais conhecidas no Brasil de cartografia social é o projeto intitulado “Nova Cartografia Social da Amazônia”, coordenado pelo antropólogo Alfredo Wagner B. de Almeida. Segundo a apresentação do projeto no sítio na internet, o material produzido com a autcartografia dos povos da Amazônia é um instrumento de fortalecimento dos movimentos sociais e de suas identidades coletivas e territorialidades específicas¹.

Compreendemos que a cartografia social pode se tornar um importante instrumento não somente para identificação de problemas cotidianos e da expressão de identidades sociais e suas expressões territoriais, mas também de potencialidades sociais e relativas à atividade turística, sendo o mapa construído coletivamente, uma representação do espaço vivido.

¹ O endereço do sítio na internet é <www.novacartografiasocial.com/apresentacao> . Acesso em 08/12/2014.

Intitulamos de “mapeamentos turísticos participativos”, o processo de cartografar em que o objeto principal é a atividade turística atual e/ou potencial, bem como ações pró-ativas ou os entraves para seu pleno desenvolvimento. Neste sentido, o mapeamento turístico participativo não deixa de por em evidência questões de infraestrutura básica, como o saneamento, segurança e transportes ou questões mais específicas, como preservação do patrimônio natural e cultural, tombamentos, políticas públicas específicas, etc.

O processo de cartografar em si é consubstanciado em oficinas de mapeamento, que podem ser adaptadas em função de circunstâncias diversas como, público alvo, tempo disponível, metas, etc.

O primeiro passo, anterior a oficina, é a produção/coleta de dados por meio de pesquisas e trabalhos de campo. O estabelecimento de contato com entidades, como e associação de moradores, por exemplo, é fundamental para: se estabelecer vínculos de confiança entre as partes; para a divulgação e compreensão por parte da comunidade dos objetivos do projeto; para obtenção de espaço físico para a realização da oficina, dentre outros aspectos.

Na oficina há, pelo menos, duas formas de expressão cartográfica: os mapas mentais e o etnomapeamento, adicionando-se a possibilidade das informações virem à tona através da expressão oral, como as “carto-falas”, tal qual a experiência exposta por Ferreira et al. (2014). Nos mapas mentais oferecemos folhas A3, lápis de cor, lápis preto, borrachas e apontadores para que os presentes executem um mapeamento de maneira livre e independente. Por outro lado, no etnomapeamento, parte-se de uma base cartográfica e/ou de imagens prévias, como por exemplo, um mosaico de imagens de satélite e cartas topográficas (BARROS 2013; FERREIRA et al. 2014).

A Rede Brasilidade Solidária e os Mapeamentos Participativos: atuação em Teresópolis (RJ)

A Rede Brasilidade Solidária possui projetos desenvolvidos ou em andamento em municípios de vários estados do Brasil, como Rio de Janeiro, Minas Gerais e Amazonas. No entanto, é no município de Teresópolis (RJ) que estamos aplicando a metodologia dos mapeamentos turísticos participativos nos dois projetos em curso o Circuito das Nascentes, no bairro Caleme e o Circuito da Granja Guarani, em bairro homônimo.

O Caleme, caracterizado como um bairro periférico e com pouca oferta de serviços públicos foi um dos bairros de Teresópolis mais atingidos pelas chuvas de janeiro de 2011. Dista aproximadamente 6,5 km do centro da cidade e o acesso se dá pela BR 495. A urbanização se consolidou na pequena planície de inundação e nos terraços fluviais do rio do Imbuí. A parte mais habitada do bairro situa-se no fundo do vale, entre as cotas 900 m e 1000 m, enquanto o topo mais elevado, o Morro do Triunfo, possui 1746 m de altitude, de acordo com a carta topográfica Itaipava 1:50.000 (SF-23-Z-B-I-4).

O interesse em desenvolver projetos de turismo solidário e mapeamentos participativos no Caleme decorre, em primeiro lugar, da necessidade da comunidade se reerguer após a tragédia de 2011, sendo as redes populares de turismo, uma das ferramentas para tal. Uma segunda justificativa reside no fato do bairro ter como limites o Parque Natural Municipal Montanhas de Teresópolis (PNMMT), maior unidade de conservação municipal do estado do Rio de Janeiro, criado em 2009. Sendo assim, o projeto Circuito das Nascentes (Figura 1), no bairro Caleme, consiste em um roteiro turístico em que o principal atrativo é a água. Além de belas paisagens da região, as trilhas levarão o turista ao encontro de diversas nascentes e cachoeiras, além do potencial desenvolvimento de roteiros geoturísticos. O projeto encontra-se em fase inicial. Espera-se que em 2015 seja possível a realização de um curso de extensão em turismo solidário e a localização/caracterização das nascentes, cachoeiras, trilhas e outros pontos de interesse e atividades através dos mapeamentos participativos. O curso de extensão visa a formação de pessoas no bairro para

Cleber Marques de Castro; Rafael Ângelo Fortunato, Redes populares de turismo e experiências de mapeamento participativo: a atuação da Rede Brasilidade Solidária em Teresópolis (RJ).

incentivar e planejar a atividade turística como forma de inclusão social, geração de renda complementar e geração/fortalecimento de laços comunitários. Acreditamos que o foco nas nascentes, cachoeiras e nas trilhas, além de promover um tipo de turismo, contribui para a sensibilização das pessoas quanto a importância da qualidade da água e da preservação dos mananciais.



Figura 01: Logomarca do Projeto Circuito das Nascentes

Outro bairro em que a Rede Brasilidade Solidária atua é a Granja Guarani, que faz limite com o Parque Nacional Serra dos Órgãos (Parnaso) e possui acesso próximo à entrada da sede Teresópolis deste Parque. O nome do bairro tem origem no romance de José de Alencar, o Guarani, assim como algumas ruas/alamedas do bairro. No que tange à sua ocupação há um forte contraste entre as alamedas arborizadas e mansões em condomínios fechados, com as vielas estreitas e residências mais simples e aglomeradas.

Em relação ao turismo o bairro possui diversos atrativos, porém com forte necessidade de intervenção pública, pois se encontram abandonados e depredados, ainda que tombados pelo Instituto Estadual de Patrimônio Cultural (Inepac) como o “Quiosque das Lendas”, também conhecido no bairro como “Caramanchão”, um belíssimo mirante com azulejos portugueses que retratam lendas indígenas e o “Lago Iacy”, outrora um lago artificial aprazível com pedalinhos e área de lazer, hoje totalmente assoreado e abandonado.

Cleber Marques de Castro; Rafael Ângelo Fortunato, Redes populares de turismo e experiências de mapeamento participativo: a atuação da Rede Brasilidade Solidária em Teresópolis (RJ).

No intuito de cartografar estes e outros possíveis atrativos turísticos, bem como o cotidiano do bairro e seus problemas ambientais realizamos em dezembro de 2014 uma primeira oficina de mapeamento turístico participativo. A metodologia aplicada segue os procedimentos descritos na seção anterior, isto é, oferecemos a oportunidade dos participantes de realizarem tanto os mapas mentais, como o etnomapeamento (figura 02). Após contato inicial com representantes da associação de bairro local (Associação de Moradores e Amigos da Granja Guarani – AMAGG) em setembro de 2014, temos desde então, tentado realizar a oficina em uma capela do bairro, o que só foi possível, em decorrência de alguns entraves, em 07 de dezembro de 2014. A divulgação foi feita com uma semana de antecedência, com cartazes afixados em estabelecimentos comerciais do bairro. No entanto, como autocrítica, os cartazes que divulgavam a oficina continham informações básicas como justificativa, objetivos e relevância para a comunidade, mas foram produzidos com o “vício” da linguagem técnica/acadêmica e pode ter sido condicionante para um “estranhamento” por parte da comunidade. A oficina teve a presença de seis moradores maiores de 18 anos e uma dúzia de crianças.



Figura 02: Adultos e crianças na oficina de mapeamento turístico participativo, realizada na Capela do Imaculado Coração de Maria, em 07 de dezembro de 2014.

No presente momento manipulamos e analisamos em gabinete os mapas produzidos e as informações anotadas. Após a identificação dos pontos, os mesmos serão georreferenciados em trabalho de campo e tratados em um sistema de informação

geográfica (SIG) visando a construção de mapa síntese. Contudo, avaliamos a necessidade de realizar pelo menos outra oficina no bairro. O mapa síntese, como produto final do processo de mapeamento turístico participativo será impresso e doado a associação de moradores, da mesma forma que constará no sítio da Rede Brasilidade Solidária, para ampla divulgação. A partir deste momento o mapa poderá ser atualizado e espera-se que o mesmo fomente o debate comunitário acerca das potencialidades dos agentes sociais locais com o turismo, com o apoio da Rede através do curso de extensão em Turismo Solidário.

Considerações finais

As redes populares de turismo visam articular diversas potencialidades das comunidades envolvidas buscando a expressão de novas territorialidades, ou seja, da expressão não de um poder ou de um “controle do território”, mas de alternativas de roteiros, produtos e experiências populares, para além do que é oferecido pelo “trade turístico” convencional.

A experiência empírica da atuação da Rede Brasilidade Solidária no Caleme e na Granja Guarani retrata diversas dificuldades no processo de consolidação das redes populares de turismo, situando-se distante do modelo idealizado nos documentos do Ministério do Turismo e da própria Rede Brasilidade Solidária. A dificuldade de mobilização da comunidade e de compreender o turismo como uma atividade viável na geração de renda complementar são os principais entraves. As comunidades, por vezes, já possuem o principal recurso, o patrimônio cultural e ambiental, contudo faltam estímulo e orientação visando o desenvolvimento do turismo local.

Ainda que tenhamos estas e outras dificuldades na implantação de redes populares visando a organização do turismo local, talvez não seja possível consolidar um território turístico com justiça social e sustentabilidade ambiental, sem diretrizes e posições ideológicas representadas pelas redes populares de turismo. Acreditamos que este tipo de rede, portanto, configura-se como um espaço propício para

construção da cidadania, para educação política e que pode ser encarada como um instrumento de geração e fortalecimento de novas territorialidades.

Referências

ACSELRAD, H.; COLI, L. R. Disputas Cartográficas e Disputas Territoriais. In: ACSELRAD, H. (Org.) *Cartografias Sociais e Território*. Rio de Janeiro. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

BARROS, L. P.; MAZUREK, R. R. S.; BALIEIRO, C. B. P.; AMORA, P. B.; SZTUTUT, M. Etnomapeamento como instrumento de apoio à classificação da tipologia florestal nas terras indígenas Uaçá, Galibi e Juminã, no estado do Amapá. In: *Anais XVI Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto - SBSR*, Foz do Iguaçu, PR, Brasil, 13 a 18 de abril de 2013, INPE. 2013.

BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. *Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Formação de Redes*. Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 55 p. 2007.

BENI, M. *Política e planejamento de turismo no Brasil*. São Paulo: Aleph, 2006.

FERREIRA, T. S. F. ; ALVES, S. L. P. ; DAOU, A. M. L. ; MENEZES, P. M. L. O Artesanato em Garrafas de Areia Colorida da Praia de Majorlândia (CE). Uma experiência de mapeamento participativo. In: *XXVI Congresso Brasileiro de Cartografia, V Congresso Brasileiro de Geoprocessamento e XXV Expositiva*, Gramado, RS. 2014.

FORTUNATO, R. A. Turismo solidário e a redescrição social no Vale do Jequitinhonha-MG. 163p. *Tese de Doutorado*. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

FORTUNATO, R. A.; NEFFA, E. M. Abordagem Complexa e Desenvolvimento Local por meio do Turismo Solidário: o caso da rede “Brasilidade Solidária”. *Turismo em Análise*. V.25, N.1, pp.51-74, 2014.

ENTRE DUAS METRÓPOLES: notas preliminares de uma experiência e um convite.

Márcio Rufino Silva*

Resumo: A experiência advinda de uma determinada história de vida revela a potência da própria dimensão cotidiana desse vivido, como possível ponto de partida para a busca de novas formas de compreensão do mundo em que vivemos. Partindo desse pressuposto, neste artigo é traçado um breve relato da trajetória acadêmica e profissional do autor, relacionando-a à sua condição presente de constante trânsito entre a metrópole paulistana e a carioca. Paralelamente, constitui-se como um convite a outras leituras e possibilidades a respeito do fenômeno urbano e seus desdobramentos.

Palavras-chave: vida cotidiana; urbano; economia política do espaço.

BETWEEN TWO METROPOLISES: PRELIMINARY NOTES FROM AN EXPERIENCE AND AN INVITATION

Abstract: The acquired experience of a particular life story reveals the power of one's everyday dimension, as a possible starting point for the search for new ways of understanding the world we live in. Based on this assumption, we draw in this paper a brief account of author's academic and professional career, relating it to his present condition of constant travelling between the cities of São Paulo and Rio de Janeiro. At the same time, this constitutes an invitation to certain readings and other possibilities about the urban phenomenon and its consequences.

Keywords: everyday life; urban; political economy of space.

ENTRE DEUX MÉTROPOLIS: NOTES PRÉLIMINAIRES À PROPOS D'UNE EXPÉRIENCE – ET UNE INVITATION

Résumé: L'expérience issue d'une certaine histoire de vie révèle la puissance contenue dans la dimension quotidienne du monde vécu, en tant qu'un possible point de départ vers la recherche des nouvelles formes de compréhension du monde où l'on vit. A partir de ce présumé, on ébauche un bref récit de notre trajectoire académique et professionnelle, en la rapportant à notre situation actuel d'un constant va-et-vient entre la métropole de São Paulo et la métropole de Rio de Janeiro. Au même temps, cet article veut être une invitation à d'autres lectures et possibilités autour du phénomène urbain et ses effets.

* Professor Adjunto, Departamento de Geociências - UFRRJ. E-mail: marciorufis@gmail.com

Mots-Clés: vie quotidienne; urbain; économie politique de l'espace

Poderíamos, antes de tudo, partir da escassez: seja de considerações a respeito da escassez em geral, seja dos debates a respeito da penúria ou da miséria. Em outras palavras, seguindo a verve marxista (advinda do pensamento de Karl Marx) ou da lefebvriana (a partir da obra de Henri Lefebvre), é possível trilharmos um caminho entre as misérias da vida cotidiana e a sua própria administração, gestão ou mesmo reprodução, em termos mais precisos. Ou seja, o caminho proposto aqui (e também de pronto admitido) é o da constatação acerca da *centralidade* da *economia política* em nosso mundo contemporâneo. No entanto, essa constatação não se esgotará nela mesma: ela partirá, de pronto, rumo a uma *crítica*. Trata-se, portanto, da busca de uma *crítica da economia política*, em uma primeira aproximação, conforme legado marxiano. E, em uma segunda (e definitiva?) aproximação, de uma *crítica da economia política do espaço*.¹

Nesse sentido, um debate mais acurado a respeito da escassez tem, certamente, muito a contribuir. Em termos de uma *implicação*, ou seja, de uma admitida não-cisão entre o “sujeito” e o “objeto” deste discurso, neste texto, permito-me narrar um pouco de minha trajetória. Porém, já adianto que essa trajetória também não se esgota nela mesma ou tampouco servirá como uma narrativa tornada autônoma, prontamente posta como um discurso intercambiável nas reiteradas cadeias de equivalência do mundo da mercadoria. É uma narrativa que serve como ponto de partida e, provavelmente, como ponto de chegada: a vida cotidiana em ato, em seus dramas, suas durezas e suas belezas. E não somente uma vida individualizada ou particularizada em seus fundamentos subjetivos e objetivos: ela revela, de certo modo, o mundo inteiro, espaço-tempo, simultaneidade. Significa, assim, o vivido em ato.

¹ “A economia é política nesse sentido: ela permite aos homens de Estado repartir as penúrias, de modo que essa distribuição se realize sob as máscaras da justiça, da igualdade, da liberdade e até da fraternidade. Assim, os economistas, voluntariamente ou não, conscientemente ou não, completam os efeitos espontâneos e cegos da lei do valor: a repartição (no espaço) das forças produtivas ainda limitadas na sociedade (burguesa, capitalista). A gestão tende ao crescimento, mas sob o controle da burguesia, dissimulando os lados negativos da situação, fazendo-os aparecer como positivos e construtivos.” LEFEBVRE, Henri. **Espaço e política**, 2008, p. 121.

Venho, pois, da maior metrópole do Hemisfério Sul: São Paulo, ao mesmo tempo cidade, município, região metropolitana, “macrometrópole”, e que ainda empresta seu nome a uma unidade da federação (o Estado de São Paulo). No campo da vida “profissional”, venho de uma considerável experiência na assim chamada “Educação Básica”, trabalhando, nos últimos anos, a ensinar Geografia a alunos de Ensino Médio de uma Escola Técnica Profissionalizante. No campo da vida “acadêmica”, venho de uma universidade que, a despeito da perda relativa de sua centralidade na produção acadêmica no Brasil nos últimos tempos, ainda tem uma considerável importância, tanto em escala nacional como internacional: a Universidade de São Paulo (USP). A partir desse lugar, fiz graduação, mestrado e doutorado. E, para completar, encerrei esses níveis de ensino pesquisando, estudando e escrevendo justamente sobre... São Paulo! Ou seja: vivia, até poucos meses atrás, uma razoavelmente “confortável” condição do *centro*, materializada na centralidade representada por São Paulo.² Essa condição poderia se traduzir no seguinte questionamento: se estou em um centro e, de certo modo, “sou” esse centro, a que serviria ou de que valeria uma aventura em outros “territórios” ou “territorialidades”, para usar termos de uma geografia algo estranha para uma formação “uspiana”, paulistana?

O *centro* pressupõe a *periferia*, nos ensina uma lógica formal, a mais básica e elementar. Considero que, desde sempre, esse movimento e essa relação me

² A esse respeito, cabe registrar um debate sobre a generalidade representada por São Paulo, enquanto *objeto*, seja no campo dos estudos acadêmicos, seja nas representações político-ideológicas em geral. Afinal de contas, quando mencionamos “São Paulo”, estamos tratando do estado, do município, da região metropolitana...? Quanto a isso, podemos citar um interessante trabalho da historiadora Raquel Glezer, ao tratar do fenômeno do *bandeirantismo* e suas interpretações no campo da historiografia. “São Paulo é a cidade e o estado – divisões espaciais, políticas, administrativas, demográficas, econômicas – e simultaneamente é um objeto abstrato, sem espacialidade definida, com historicidade difusa, com forte atuação no imaginário local e nacional, recobrando, ocultando e deformando a percepção histórica e historiográfica. [...] O passado descrito e narrado como brilhante e glorioso foi e tem sido utilizado como ponto de apoio para atitudes, relacionamentos e atividades políticas com outros Estados e com o Governo Federal. Na atuação política contemporânea, como já o fora anteriormente, passado e presente se entrelaçam, e cidade e Estado, tratados como homogêneos, formam um todo, uma unidade. [...] Como o campo da inovação, sempre pensada em termos econômicos e tecnológicos, nele tudo deve ser o mais atualizado, o mais contemporâneo, o mais atual, passo a passo com o mundo exterior. O objeto é cosmopolita por definição, internacionalista por opção: a acusação de provincianismo é mortal. Tudo o que existe no mundo pode e deve existir em São Paulo. Os museus de arte possuem acervos internacionais importantes e significativos.” GLEZER, Raquel. **Chão de terra e outros escritos sobre São Paulo**, 2007, pp. 137-150.

inquietação, de algum modo. Por essa razão, desde cedo alimentava grande interesse em compreender tanto as centralidades às quais tinha acesso (o centro de São Paulo, o centro de Pinheiros – um bairro paulistano -, o centro de Cotia – município onde vivi infância, adolescência e parte da juventude) quanto as suas periferias (os bairros afastados, as áreas “rurais”, os subúrbios etc.). Em certo momento da vida, tomado por certo sentimento empírico, conjugado a uma necessidade de traduzir essa empiria em linguagem discursiva, vislumbrei que a busca da gênese dos lugares poderia ser uma chave importante para essa espécie de “conhecimento” do espaço. Assim sendo, uma curiosidade de adolescente, perscrutar a *história* de determinados lugares (como se formou tal cidade, quais foram as primeiras famílias a chegarem, como era o aspecto desse ou daquele bairro há cinquenta anos etc.) passou a ser um procedimento de análise durante a minha graduação e parte considerável da pós-graduação.

Por essa razão, em minha dissertação de mestrado pesquisei a “gênese” de um bairro (ou um fragmento, conforme recomenda certa literatura) do extremo leste do município de São Paulo, chamado “Cidade Tiradentes”. O texto final, intitulado “Mares de prédios e mares de gente” (2008), se apegava à consideração de que o urbano, virtualmente presente nas terras da antiga Fazenda Santa Etelvina, se realizaria efetivamente a partir de associações às vezes muito escusas entre os poderes públicos e a chamada iniciativa privada. Em suma: a partir de uma provável formação e consolidação da megalópole Rio-São Paulo, tornada virtualidade e projeto nos anos de Ditadura Militar, os terrenos mais baratos (menos “valorizados”) da Zona Leste paulistana serviram de ancoradouro para a efetivação dos programas habitacionais daqueles tempos. Nos dizeres informais de alguns colegas: segregação urbana produzida pelo Estado. Nos dizeres de minha dissertação: o crítico (ou a urbanização crítica) atrelado ao próprio processo de esgarçamento do “tecido urbano” naquela região. Em pouco mais de dez anos, uma localidade de olarias, de sítios e chácaras de produção agrícola e de veraneio das classes médias paulistanas tornava-se um celeiro de prédios e casas (conjuntos habitacionais, em suma) produzidos em uma escala monstruosamente industrial, ao gosto da mais terrível monofuncionalidade: a

“máquina de morar”. No entanto, no momento em que escrevia aquela dissertação, observava (e era nítido, sobretudo aos olhos dos próprios moradores) algumas importantes transformações naquela “pobre” e “distante” Cidade Tiradentes: melhorias em relação aos serviços públicos (fruto de pressões de movimentos de bairro e suas complexas associações com os poderes públicos), uma relativa “pacificação” do lugar (pelas mesmas razões, envolvendo poderes públicos e fatias do crime organizado) e, finalmente, uma certa elevação do padrão de renda da população que ali vivia. Essa “elevação” do padrão de vida se combinava com o aumento dos preços dos imóveis (o que, na verdade, aconteceu na cidade inteira e no país inteiro, sobretudo a partir de 2008), conjugada a uma insistente favelização, sobretudo nas localidades mais distantes da Cidade Tiradentes, até mesmo fora do município de São Paulo, no vizinho Ferraz de Vasconcelos. Outra virtualidade: o então projeto do Rodoanel paulistano, em seu trecho leste, que passaria a poucos quilômetros daquela “distante” região da Cidade Tiradentes,³ redefiniria a sua condição presente de fronteira urbana e a colocaria, provavelmente, em uma condição de centralidade. Essas eram algumas virtualidades naquele momento.

Esse debate a propósito das fronteiras e das territorialidades continuaram chamando minha atenção, e serviram de inspiração para a pesquisa de doutorado. Desta vez, porém, o “vetor” de análise se deslocaria para a Zona Oeste da metrópole paulistana,

³ O trecho leste do Rodoanel Mário Covas (SP-021) foi parcialmente aberto ao tráfego no início de julho de 2014, na mesma semana em que se abria ao tráfego (também parcialmente) o Arco Metropolitano do Rio de Janeiro (BR-493/BR-116). Destaque-se que ambas intervenções, de grande impacto econômico, político e social, alimentaram pretensões claramente político-eleitorais em sua inauguração, ocorrida às vésperas do prazo máximo permitido para os então candidatos à reeleição (no caso, *Geraldo Alckmin*, em São Paulo e *Dilma Rousseff* e *Luiz Fernando Pezão*, no Rio de Janeiro) promoverem ou participarem de tais solenidades. Sobre o Rodoanel Mário Covas, destaque-se o importante trabalho da Profa. Dra. Amélia Luísa Damiani, em sua tese de livre-docência. Certamente, um trabalho obrigatório, tanto para geógrafos estudiosos de São Paulo quanto para estudiosos da Geografia em geral. Destaque-se o trecho a seguir. “Sintetizando: podemos nos perguntar se a diferenciação e a dialética entre centro e periferia, melhor ainda, o movimento entre centros e periferias, com a constituição simultânea de ambos, o tempo todo, como possibilidade, seria uma noção desejável nessa situação. A noção de situação geográfica, compreendendo sempre um processo, um movimento, daria respaldo à categoria centro-periferia, superando a concepção dual [...] Dessa forma, a constituição de novas centralidades não se anteporia ao movimento centro-periferia; mas indicaria os termos de seu dinamismo e sua direção. No caso de São Paulo, as estratégias imobiliárias renovadas sugerem a direção sudoeste, preferencialmente. Estratégias que se expandem, também, por outros eixos de valorização, o que nos leva ao Rodoanel, como a fronteira desenhada dos novos negócios potenciais da urbanização.” DAMIANI, Amélia Luísa. **Espaço e geografia...**, 2008, p. 245.

cuja tese versou sobre a *Operação Urbana Consorciada Vila Sônia* (OUCVS), um conjunto de intervenções abrangendo partes consideráveis do território sob jurisdição da Subprefeitura do Butantã (SILVA, 2013). Note-se que o campus principal da USP localiza-se justamente nessa região. E, mais uma vez, certas infraestruturas de transporte justificavam as intervenções e constituíam o álibi para o aumento dos preços dos imóveis: o principal “indutor” para essa Operação Urbana seria a inauguração da Linha 4 do metrô paulistano, denotando, pela primeira vez, a extensão da rede metroviária para a Zona Oeste “além” rio Pinheiros. E, ao contrário da empobrecida e “distante” Cidade Tiradentes, o Butantã concentrava considerável quantidade de moradias de classes médias e altas, além de institucionalidades públicas (como a USP, por exemplo) e privadas (como o Jockey Clube). Ao mesmo tempo, porém, concentrava grande quantidade de moradias precárias (favelas, sobretudo) e populações empobrecidas. Por certo, uma heterogeneidade sócio-espacial muito maior do que a encontrada na Cidade Tiradentes.

Para desvendar as complexas tramas envolvidas na composição e repercussão da OUCVS, senti necessidade de recorrer, mais uma vez, a um debate sobre a gênese do lugar. Porém, a pesquisa sobre essa gênese veio acompanhada da descoberta de um rico acervo documental, disponível especialmente nas teias da rede mundial de computadores, em vários sítios diferentes. Resultado: essa pesquisa transformou-se, a partir da leitura e análise desse acervo, na constituição de uma gênese da *propriedade* nas terras do Butantã, envolvendo sesmeiros, posseiros, grileiros e loteadores urbanos. Foi, portanto, uma tentativa de localizar o instituto mesmo da propriedade, partindo de suas determinações presentes, resgatando suas condições pretéritas e retornando a essa concretude contemporânea, aquela do Butantã constituído como a “bola da vez” das grandes estratégias político-econômicas do Estado e dos promotores imobiliários. Outro produto de minha pesquisa de doutorado: considerações a respeito da política e do político, e seu constante *desnível* em relação ao econômico. A esse respeito, muita literatura marxista de boa qualidade aponta o movimento contemporâneo de *colonização* do político e da política pela dimensão do econômico. Desse modo, busco decifrar, em minha tese, essa colonização a partir das próprias

contradições próprias dessa relação e desse embate, vinculadas às *contradições* próprias do espaço.

E eis que, em certo momento da vida, meses após ter defendido minha tese de doutorado, surge a oportunidade de lecionar em uma universidade pública, desta vez fora de minha cidade e estado de origem. Estou no estado do Rio de Janeiro, em uma cidade chamada Seropédica, sobre a qual já detinha certo conhecimento, tanto pela observação de cartografias diversas quanto por ter trafegado pela Rodovia Presidente Dutra até a capital fluminense, em outras oportunidades. Enfim, essa presente situação comporta muitas possibilidades, advindas do próprio vivido: a migração, o processo de adaptação, a mudança em geral. No entanto, certas preocupações permanecem, e se adequam ao novo momento, a esse novo contexto: o fenômeno urbano, desta vez em sua manifestação propriamente fluminense (ou carioca), especificamente na assim chamada e conhecida *Baixada Fluminense*.

Movido por essa preocupação e também por esses questionamentos, senti-me instigado a participar do “Seminário da Rede de Estudos Contemporâneos sobre a Baixada Fluminense”, em sua primeira edição, realizado em novembro de 2014, nas dependências do Instituto de Ciências Humanas e Sociais (ICHS) da UFRRJ. Sobre esse seminário, em especial, cabem alguns comentários, a partir de uma visão especificamente paulistana e ainda muito influenciada pela minha formação uspiana e pela minha trajetória pregressa. E, evidentemente, marcados pelo desconhecimento em relação a essas realidades e suas tramas e implicações.

Em primeiro lugar, a simples possibilidade de reunir estudos e pesquisas desenvolvidos em universidades particulares e públicas existentes na região. Comparando de modo algo impreciso com a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)⁴, creio que essa

⁴ Essa imprecisão dos termos de comparação decorre de um fato objetivo: não existe uma coincidência imediata entre os limites político-administrativos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) e a extensão territorial do que se convencionou denominar de Baixada Fluminense. Essa discussão, inclusive, permeou parte considerável dos trabalhos apresentados e os debates decorrentes no Seminário. Porém,

reunião, pelo menos no campo da Geografia, lograria provavelmente pouco êxito, já que na área metropolitana paulistana existem apenas *dois* cursos regulares de Geografia em instituições públicas: um na USP e outro no Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Apesar da existência de outros cursos de Geografia em centros particulares de ensino, não me recordo e nunca tive conhecimento dessa profusão, em rede, de pesquisas a respeito de questões concernentes à RMSP. Destaco esse aspecto justamente para marcar a qualidade da presença do Estado em ambas regiões metropolitanas, e as efetivas condições de agrupamento dessas pesquisas.⁵

Em segundo lugar, algo que está vinculado à primeira consideração. Ao que parece, a “Grande São Paulo” ou RMSP são muito mais circunscrições político-administrativas do que propriamente algo vinculado à constituição de uma identidade local, associada a uma condição de pertencimento. Em relação à Baixada Fluminense, no entanto, a maior parte das apresentações do Seminário apontou que nessa região existiria, de fato, essa identidade e esse sentimento de pertencimento, e que forjariam, inclusive, modos complexos e muito móveis de regionalização e territorialização. Na RMSP, por exemplo, podemos citar a região do ABC paulista (ou ABCDM, se se deseja englobar os demais municípios na referida sigla⁶), a região do Alphaville, a região de Osasco, a região de Mogi das Cruzes etc., cada uma com seus pertencimentos e identidades

faço essa escolha em comparar a RMSP à Baixada Fluminense por considerar que, a despeito de serem duas realidades que não interpõem imediato termo de comparação, a Baixada ocupa notável extensão da própria RMRJ, tanto em termos territoriais quanto demográficos. Assim sendo, essa comparação trata-se de mero exercício metodológico, reconhecendo suas limitações, porém antevendo suas potencialidades.

⁵ É digno de nota, porém, a profusão de estudos e levantamentos sobre a Grande São Paulo, tomada em conjunto, por outros órgãos de pesquisa e formulação de políticas públicas, como a *Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano* (EMPLASA), vinculado ao Governo do Estado de São Paulo. Cumpre destacar, também, estudos clássicos sobre a totalidade dessa região, como o importante trabalho de Richard Langenbuch (1971), intitulado “A estruturação da Grande São Paulo”. Certamente, existe uma imensa profusão de estudos e trabalhos sobre os municípios e as localidades que compõem essa região metropolitana. No entanto, isso não retira o espanto e o desalento pelo fato dessa mesma região ser tão desservida de instituições de Ensino Superior Público, onde seja possível articular, com efeito, Ensino, Pesquisa e Extensão. Nesse sentido, esse é um grande mérito, certamente, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e, mais especificamente, da Baixada Fluminense.

⁶ Refere-se aos municípios de Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul, Diadema e Mauá. Não aparecem na sigla, mas se inscrevem nessa regionalização, os municípios de Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra.

próprios, porém sem constituir, necessariamente, uma noção de conjunto nesse sentido.

Em terceiro lugar, e talvez isso tenha chamado mais minha atenção, a notória profusão de projetos e políticas públicas de desenvolvimento econômico e social na Baixada Fluminense. Provavelmente, pelas condições sociais e econômicas notadamente marcadas no imaginário e nas representações correntes (pobreza, violência, baixos indicadores sociais etc.), essas políticas e seus investimentos decorrentes apontam para uma necessidade de buscar novos sentidos e significados para o que representa, afinal, a contemporaneidade dessa região. E essa preocupação, ao que pareceu no teor das diferentes intervenções e exposições do Seminário, certamente afigura-se como central naqueles estudos apresentados e discussões levadas a termo.

Assim sendo, julgo que é possível estabelecer alguma contribuição a esse debate, a partir dos referenciais teórico-metodológicos apresentados no início deste texto, especialmente dos pressupostos da obra de Karl Marx e Henri Lefebvre. Ou seja, a partir da busca de uma *crítica à economia política do espaço*, como discernir as *estratégias* presentes e suas virtualidades decorrentes, no campo próprio da (re)produção do espaço? De que modo a *reprodução das relações de produção* se afigura e se concretiza nessa região, e (re)define sua inserção no campo de uma mundialidade? Qual a articulação possível entre *ordem próxima* e *ordem distante*, no campo das contradições *do* espaço? Como compreender o processo de *valorização* do espaço, no campo das múltiplas dimensões próprias a esse espaço, seja a articulação entre o *vivido*, o *percebido* e o *concebido*, seja a partir das suas *opacidades* e *transparências*? Quais as tensões e os rebatimentos entre a dimensão do *econômico* e a do *político*, transfigurando uma *economia política*, aquela que se digna, conforme apontado no início do texto, a repartir e administrar a *penúria*? E, mais uma vez, se tratamos de *penúria*, de que modo podemos compreender a produção e a reprodução dessa miséria, transfigurada em uma *raridade* do espaço? Como se articulam, nesse campo, o processo de *homogeneização*, *hierarquização* e *fragmentação*, no âmbito da realização dessa *economia política do espaço*? Mais uma vez, quais as *virtualidades*

desse espaço? Como se afigura a efetivação das *equivalências* e seus múltiplos encadeamentos, seja no campo do político (Estado, instituições, movimentos sociais etc.) seja no campo do econômico (as estratégias, os investimentos em geral)?

Enfim, tratamos do fenômeno urbano, em sua efetividade presente e suas virtualidades, apontando a dimensão do *possível*, transfigurando-se a partir do *residual*. As múltiplas dimensões desse fenômeno, incluindo a *sociedade urbana* e o *mundo urbanizado*, implicam o reconhecimento e a problematização das tramas do cotidiano e da vida cotidiana, bem como a consideração a propósito de uma lógica: da *lógica formal* à *lógica dialética*. Todas essas considerações, assim, implicam necessariamente, mais uma vez, em uma *crítica à economia política do espaço*, comportando necessariamente a dimensão político-econômica própria desse espaço. Implica um resgate da filosofia, com vistas à sua própria realização, conforme legado de Karl Marx.⁷ Implica uma leitura e uma constante problematização a respeito da política e do político, para uma práxis que se projete, desde o início, para a superação do Estado e do modo estatista.⁸

⁷ “[VIII] Toda vida social é essencialmente *prática*. Todos os mistérios que conduzem ao misticismo encontram sua solução racional na práxis humana e na compreensão dessa práxis. [IX] O máximo alcançado pelo materialismo *contemplativo*, isto é, o materialismo que não concebe a sensibilidade como atividade prática, é a contemplação dos indivíduos isolados e da sociedade civil. [X] O ponto de vista do velho materialismo antigo é a sociedade “*civil*”. O ponto de vista do novo materialismo é a sociedade *humana*, ou a humanidade social. [XI] Os filósofos só *interpretaram* o mundo de diferentes maneiras; do que se trata é de *transformá-lo*.” Grifos do autor. MARX, Karl. **Teses sobre Feuerbach**, 2001, pp. 102-103.

⁸ “Marx reconheceu a tênue diferença de sentido entre “conquistar o poder” e “derrubar o Estado” após a experiência da Comuna do Paris, e isso levou, em sua última década de vida, a assumir publicamente o erro do *Manifesto Comunista* em relação a esse ponto. Por que esse fato é usualmente negligenciado por considerável parte da literatura marxista? Por que ele não é utilizado como ponto de partida para a revisão de algumas interpretações já consolidadas? Por que ele jamais foi suficiente para despertar alguns comentaristas em relação à relevância do tema do desvanecimento do Estado e, assim, jogar nova luz sobre o significado da política em Marx? [...] Fora do Estado, os homens não separam mais a força social de si mesmos, sob a forma de uma força política. Por isso, lá não há mais o “poder político”, mas sim a força do homem enquanto ser que se constitui socialmente; essa força – cujo significado parece remeter ao conceito de *potentia* e não de *potestas*, o que justifica a mudança de “*politische Gewalt*” para “*politischen Kraft*” – só pode vir a ser uma força política quando implica a afirmação da força do homem como força social. É essa unidade entre o homem e o social que o político – e não a política – expressa.” POGREBINSCHI, Thamy. **O enigma do político...**, 2009, p. 32.

Certamente, esse projeto inclui, também, a contribuição fundamental da Internacional Situacionista, na figura de Guy Debord, Raoul Vaneigem e tantos outros autores e expoentes desse grupo ou dessa corrente, tão influente nos acontecimentos de Maio de 1968 na França.⁹ Para além de uma crítica banalizada a respeito da “Sociedade do Espetáculo”, os trabalhos desse grupo apontam para uma crítica radical ao mundo da mercadoria. Nesse sentido, seguem a mesma cepa de Karl Marx e, em muitos aspectos, de Henri Lefebvre.

E, por último, não menos importante, urge uma leitura constante e sistemática da própria obra de Karl Marx. Seja do Marx “filósofo”, aquele da “juventude”, seja do Marx “político”, dos trinta anos até sua morte, seja do Marx “economista”, paralelo, grosso modo, ao período elencado anteriormente. Não se trata, conforme aceção de Lefebvre, simplesmente de uma “corrente” filosófica ou, menos ainda, de um “estilo” de vida. Não se trata, portanto, de mero estetismo. Muito menos, de um *dogma* ou um *axioma*, fechado em si mesmo, constituindo um sistema pretensamente uno e coerente. Não se encerra tampouco em classificações arbitrárias e pouco afeitas à profundidade e a amplitude de seu pensamento, de seu método. Para Lefebvre, “[...] o marxismo é hoje reconhecido por seus adversários mais encarniçados como *uma concepção de mundo*”, dentre as outras duas concepções elencadas pelo autor francês, que seria a *cristã* e a *individual* (2009, pp. 11-14). Desse modo, certamente vale a pena visitar o “velho barbudo” alemão, sobretudo diante das tensões e contradições do mundo contemporâneo. Com certeza, o pensamento de Marx (ainda) não foi superado.

Para encerrar este texto e servir, provavelmente como inspiração para o convite feito nos parágrafos anteriores, recorro a uma fala do Prof. José Cláudio Souza Alves, logo

⁹ Nesse sentido, é vasta a bibliografia a respeito desse grupo e desses autores. Destaque-se, principalmente, os textos a seguir: DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Comentários sobre a sociedade do espetáculo. 1ª ed. 14ª reimpr. São Paulo: Contraponto, 2003; VANEIGEM, Raoul. **A Arte de Viver para as Novas Gerações**. São Paulo: Conrad, 2002. (Coleção Baderna); INTERNACIONAL SITUACIONISTA. **Situacionista: teoria e prática da revolução**. São Paulo: Conrad, 2003; e JAPPE, Anselm. **Guy Debord**, Lisboa: Antígona, 2008.

ao final dos trabalhos do Seminário sobre a Baixada. Sua exposição, versando sobre a temática da chamada “violência” na Baixada Fluminense, apontou dados e informações que certamente apontam, a meu ver, à pronta superação da noção de “violência urbana” como um fenômeno externo, extraordinário, digno de notas sensacionalistas na mídia ou de manifestações para o endurecimento da repressão via aparelhos de Estado. Ao mesmo tempo, desnudou o cinismo do tratamento a esse fenômeno como algo restrito exclusivamente aos pobres, oriundo das regiões “perigosas” e de parcelas segregadas da população em geral. A violência, pensando a partir das intervenções do professor, está em *toda parte*. Isso, porém, não é cinismo nem sensacionalismo: é o reconhecimento do crítico implicado a esse modo de vida e reprodução social a qual estamos submetidos. Como não buscar as “raízes” dessa violência no estabelecimento e profusão das múltiplas cadeias de equivalência próprias do mundo da mercadoria e da efetivação do modo de produção estatista¹⁰? Além disso, um momento de sua fala, que permaneceu escondido, mas que revela uma potência extraordinária: em certa altura, no ápice de inflamação de seu discurso, o professor lamenta que “essas ciências horrorosas” não dariam conta do nível de dilaceramento que essa violência (cotidiana, sistemática, opressiva) apontada em sua apresentação imprime na vida de todos, principalmente da população mais vulnerável às formas mais cruas dessa violência.

De que se tratam, então, essas “ciências horrorosas”? Certamente, essa é uma provocação que se estende à universidade, em sua relação incontestada com o “extra-

¹⁰ “A institucionalização de todas as atividades, habituais ou revolucionárias, assim se define o processo pelo qual o Estado completa essa realização: o *modo de produção estatista*. A hipótese aqui defendida, e que se confirma por análises cada vez mais próximas do concreto, é que o Estado (político) encarregase da sociedade inteira, começando pelo crescimento econômico, por uma estratégia que converte em instituições todas as organizações e todas as atividades sociais. Esse Estado se comporta como centro de institucionalização e, ao mesmo tempo, como centro de decisões. Ele só protege os organismos sociais sob a condição de coloca-los em tutela; ele só protege os membros de tal organização contra o arbítrio dos outros agentes subordinando-se o conjunto. Ele só arbitra os debates e litígios de seus componentes afirmando-se acima deles. Essa concentração e centralização do poder político (correspondente à concentração-centralização dos capitais, das unidades produtivas, da realidade urbana) não exemplificaria o ponto de vista essencial, o próprio lugar central, para compreender o Estado moderno? O que se chama de “nacionalização” e o que se denomina “socialização” se confundem sob a égide do Estado, na institucionalização generalizada. Assim caminha o Estado, assim procede sua marcha metódica e sistemática.” LEFEBVRE, Henri. *De l'État 3...*, 1977, pp. 212-213. Grifos e tradução nossa.

muros”, a realidade para além das salas de aula, laboratórios e departamentos: pensar e questionar, no mínimo, que conhecimento é esse que produzimos. A *que* ou a *quem* servem tais conhecimentos? Partindo do pressuposto da não-neutralidade dessas “ciências” em geral,¹¹ é possível assumirmos determinadas posturas políticas, que se coadunam a determinadas visões ou perspectivas de mundo. Assim sendo, o chamamento que esse texto pretende fazer, a partir das experiências, impressões e leituras apontadas nos parágrafos anteriores é simplesmente um *convite* ao legado de Karl Marx e de Henri Lefebvre, ao que toca especificamente, em um primeiro momento, à composição de uma *crítica à economia política do espaço*. Fica registrado, portanto, esse chamado. Ao trabalho, então?

Referências

DAMIANI, Amélia Luísa. Espaço e Geografia: observações de método. Ensaio sobre Geografia Urbana a partir da metrópole de São Paulo. 2008. 414 p. Tese (Livre Docência em Geografia Urbana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

GLEZER, Raquel. Chão de terra e outros escritos sobre São Paulo. São Paulo: Alameda, 2007.

LANGENBUCH, Juergen Richard. A estruturação da grande São Paulo. Estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: IBGE, Departamento de Documentação e Divulgação Geográfica e Cartográfica, 1971.

LEFEBVRE, Henri. De l'État – 3. Le mode de production étatique. Paris : Union Générale d'Éditions, 1977.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008 [1973].

LEFEBVRE, Henri. Marxismo. Porto Alegre: L&PM, 2009 [1948].

¹¹ “Este livro toma a crise em curso como ponto de partida e passa gradualmente para “assuntos correlatos” com o objetivo de revelar suas contradições e consequências. [...] O que este livro oferece não é uma análise neutra, mas sim engajada e extremamente “parcial” – pois *a verdade é parcial*, só acessível quando se adota um dos lados, mas nem por isso menos universal. O lado que se adota aqui, claro, é o do comunismo. [...] A única maneira de compreender a verdadeira novidade do novo é analisar o mundo pela lente do que era “eterno” no velho. Se o comunismo é mesmo uma ideia “eterna”, então serve de “universalidade concreta” hegeliana: é eterna não no sentido de uma série de características universais e abstratas que podem ser aplicadas em toda parte, mas no sentido de que deve ser reinventada a cada nova situação histórica.” ZIZEK, Slavoj. **Primeiro como tragédia...**, 2011, pp. 18-19. Grifos do autor.

MARX, Karl. Teses Sobre Feuerbach. In: MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. A Ideologia Alemã. São Paulo: Martins Fontes, 2001 [1845].

POGREBINSCHI, Thamy. O enigma do político: Marx contra a política moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SILVA, Marcio Rufino. A reprodução do urbano nas tramas da metrópole: Operação Urbana Consorciada Vila Sônia. 2013. 455 p. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

SILVA, Marcio Rufino. Mares de prédios e mares de gente: território e urbanização crítica em Cidade Tiradentes. 2008. 253 p. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

ZIZEK, Slavoj. Primeiro como tragédia, depois como farsa. São Paulo: Boitempo, 2011.

RESENHA

MEDO E RESSENTIMENTO: a construção da barbárie como forma de subjugação

João Victor Sanches da Matta Machado *

Vinícius de Almeida Costa **

Pâmela Martins ***

Resenha de O Medo dos Bárbaros: para além do choque das civilizações, de Tzvetan Todorov. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2010 (2008). Tradução: Guilherme João de Freitas Teixeira. 237p.

O debate a respeito da dita superioridade cultural não data dos dias atuais, sua natureza estando diretamente ligada à própria modernidade. A dicotomia civilização/barbárie e a universalização dos valores europeus determinam as relações de poder globais a partir do Iluminismo (TODOROV, 2010:40 [2008]). Este representa um marco, na medida em que sintetiza (ou, pelo menos, tenta fazê-lo) as diferentes identidades culturais européias. Síntese esta que segundo Todorov, desconsidera a pluralidade existente, cujas contribuições são reunidas deliberadamente como *européias* de modo a desconsiderar que elas nasceram em contextos regionais, históricos e locais totalmente diversos, assim como os diversos povos que habitam a Europa possuem diferentes memórias coletivas. Eis uma das razões pelas quais é problemática a pretensão do Iluminismo em resumir a Europa sob uma única cultura e identidade. Afinal, conforme aponta Todorov, mesmo a produção que a Europa se orgulha de ter construído possui, inequivocamente, influência de outros povos.

O livro inicia-se com uma desilusão. A utopia da crença de que, com o fim dos regimes totalitários na década de 1990, não haveria mais razão para oposição entre Leste e Oeste. O paradigma liberal mostrava-se vitorioso e os conflitos acabariam em prol da

* Estudante de graduação em Relações Internacionais da UFRRJ, bolsista PIBIC/CNPQ. Resenha escrita no âmbito do projeto de investigação *A geografia como geopolítica do conhecimento: diálogos pós-coloniais*, sob orientação do professor Guilherme Ribeiro (LAPEHGE/UFRRJ). E-mail: jvsanchesmm@gmail.com

** Estudante de graduação em Relações Internacionais da UFRRJ. E-mail: viniciusdalmeidacosta@gmail.com

*** Estudante de graduação em Relações Internacionais da UFRRJ. E-mail: pâmela.illisse@gmail.com

harmonia de uma nova ordem mundial. Porém, a crescente tensão presentes nos anos subsequentes, ligada ao movimento da globalização e todos os seus múltiplos efeitos, acabam com tal ilusão de conagraçamento.

O debate conduzido por Todorov tem como um de seus objetivos minar os discursos etno e eurocêntrico. Reconhecer a universalidade cultura europeia é estigmatizar diversas sociedades como inferiores, bárbaras, atrasadas, ou seja, legitimar políticas historicamente constituídas por práticas desumanas e de dominação, a dita “missão civilizatória”. Segundo seu registro, “O medo dos bárbaros é o que ameaça converter-nos em bárbaros. (...) A história nos ensina: o remédio pode ser pior que a enfermidade” (idem, p.15). Esta argumentação é essencial, pois, se olharmos para o século passado, observaremos que ele foi palco da luta pelo reconhecimento cultural dos povos historicamente colonizados e fragmentados pela Europa. As consequências culturais do período colonial são tratadas com esmero por Todorov, revelando toda a dificuldade da Europa em lidar com o “outro”. Mesmo assim, o monólogo cultural em que se definem as relações internacionais (cf. CÉSAIRE, 2010 [1995]) insiste em se perpetuar até os dias atuais.

A forma como esse discurso do colonizador toma forma hoje em dia é perceptível nas ideias do norte-americano Samuel Huntington. A crítica à sua obra, onde o islamismo é visto como ameaça ao bem-estar e ao modo de vida ocidental, é central no livro — embora não se limite a isto. A divisão das civilizações realizada por Huntington torna-se uma ferramenta que, nas ações de governos levados pelo medo ou que possuem o medo como álibi, quer fazer crer na existência de um “choque de civilizações” para justificar práticas claramente racistas e xenofóbicas. Após o fim da Guerra Fria e os atentados de 11 de setembro, o islamismo encarna o novo vilão a ser derrotado em nome da liberdade e bem-estar do Ocidente (TODOROV, 2010:117-118 [2008]). A visão de Huntington limita-se a um determinismo identitário que desconsidera que a diversidade das culturas humanas é, no presente e no passado, muito maior e mais rica que tudo aquilo que podemos chegar a conhecer (vide LÉVI-STRAUSS, 1952). A guerra contra o terror, políticas xenofóbicas e violência recíproca são discursos apresentados por Todorov como determinantes desse maniqueísmo histórico. O

etnocentrismo situa a Europa como única autoridade responsável pela produção intelectual a respeito dos povos “inferiores” (vide SAID, 2007 [1978]). A problemática encontra-se na inevitabilidade das diferenças culturais; porém, a responsabilidade pelo conflito de ambos os lados não seria característica intrínseca à cultura, mas referente ao mau uso das crenças dos povos por grupos que visam somente ganho pessoal. Até que ponto a liberdade de expressão pode ir? Seus limites encontram-se no discurso do ódio, algo que não pode ser tolerado em sociedades democráticas (TODOROV, 2010:172 [2008]).

A necessidade do debate levado adiante por Tzvetan Todorov está presente na percepção do mundo típica de nossos dias. Em tempos de crise é que se conforma a imagem do inimigo; há que se forjar um responsável pelas mazelas econômico-sociais. O incremento da extrema direita na Europa, como podemos observar nos últimos anos, é uma das preocupações e foco de análise de Todorov. Ressalta-se o nacionalismo chauvinista a fim de sufocar políticas sociais e marginalizar ainda mais os estrangeiros, recuperando um sentimento nostálgico de um passado comunitário nacional supostamente glorioso (ver CARTA CAPITAL, 2014). Tal escalada da extrema direita encontra-se presente em países de grande relevância no cenário internacional, tais como Inglaterra, França e Holanda. Uma reportagem do jornal francês *Libération* do dia 25 de Maio de 2014 intitulada *Un tiers des eurodéputés français seront FN (Um terço dos eurodeputados franceses serão Front National)* demonstra como a presença deste gênero de mentalidade já ocorre na França, com 25% dos votos nas eleições para o parlamento europeu realizadas no país sendo destinados ao partido de extrema direita liderado por Marine Le Pen.

Enfim, o que se observa é o viés político que remonta à mentalidade etnocêntrica de superioridade. O alerta de Todorov se dá nesse sentido: considerar uma cultura ou um povo superiores a outros é o que nos leva a práticas desumanas. A própria sociedade que se diz civilizada, ao se deixar conduzir pelo medo, pode ser responsável pelas políticas as mais bárbaras.

Bibliografia

CARTA Capital. *Europa: o espectro da extrema-direita*. Disponível em: www.cartacapital.com.br/blogs/outras-palavras/europa-o-espectro-da-extrema-direita-1414.html Acessado em 29 de maio de 2014.

CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Florianópolis: Letras Contemporâneas (2010).

HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva (2000).

LÉVI-STRAUSS, Claude. *Raça e História*. Lisboa: Presença (1952).

LIBÉRATION. *Un tiers des eurodéputés français seront FN*. Disponível em: www.liberation.fr/politiques/2014/05/25/le-fn-premier-parti-de-france_1026579 . Acessado em 29 de maio de 2014.

SAID, Edward W. *Orientalismo. O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia de Bolso (2007).

TODOROV, Tzvetan. *O Medo dos Bárbaros: para além do choque das civilizações*. Petrópolis: Editora Vozes (2010).

RELATOS DE EVENTOS

AS GEOGRAFIAS DA EUROPA CONTEMPORÂNEA:

Relato das IX Jornadas Internacionais sobre "Grandes Problemáticas do Espaço Europeu"

[Faculdade de Letras, Universidade do Porto, maio de 2014]¹

Leandro Dias de Oliveira²

No decorrer dos dias 30 e 31 de maio de 2014, no Anfiteatro Nobre da Faculdade de Letras de Universidade do Porto [FLUP / U.PORTO], ocorreram as *IX Jornadas Internacionais sobre "Grandes Problemáticas do Espaço Europeu"*, evento anual que congrega pesquisadores – em sua maior parte, vinculados à ciência geográfica – de diversas partes da Europa e, desde o evento de 2013, do mundo. Coordenado pelos professores Helena Pina (coordenadora-geral e principal idealizadora do evento), Hélder Marques, Maria Conceição Ramos, Cármen Ferreira, Felisbela Martins, todos estes da Universidade do Porto, e Paula Remoaldo, da Universidade do Minho, este evento contou com pesquisadores das mais diversas universidades em seu comitê científico³ e com expositores de múltiplas nacionalidades na programação geral de comunicações orais e pôsteres.

Seu objetivo foi preciso: em um espaço de diversidade política, cultural, econômica, ambiental e social como a Europa – por vezes, ignorada pela compreensão da

¹ Este relato foi realizado no âmbito do projeto de pesquisa intitulado "*Reestruturação Espacial e Desenvolvimento Regional: Um Estudo Comparativo entre a Região Norte de Portugal e o Estado do Rio de Janeiro*", coordenado pelos professores Leandro Dias de Oliveira [DEGEO/UFRRJ] e Maria Helena de Mesquita Pina [FLUP/U.PORTO] e fruto do termo aditivo, no campo da geografia, ao termo de cooperação n.º 03 / 2011 celebrado entre a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Universidade do Porto visando a cooperação técnico-científica entre as partes.

² Professor Adjunto II do Departamento de Geociências da UFRRJ. E-mail: leandrodias@ufrj.br

³ De Portugal, Universidade Nova de Lisboa (Ana Firmino), Universidade do Porto (Ana Monteiro, António Barros Cardoso, Cármen Ferreira, Felisbela Martins, Glória Teixeira, Hélder Marques, Helena Pina, Jorge Queiroz e Maria Conceição Ramos), Universidade de Coimbra (Fernanda Cravidão, João Luís Fernandes e Norberto Santos) e Universidade do Minho (Paula Remoaldo); da Bulgária, Universidade Verliko Tarnovo (Atanas Dermendzhiev, Slavi Dimitrov e Stella Dermendzhiev) e Universidade Shumen (Milen Penerliev); da Espanha, Universidade de Santiago de Compostela (José António Aldrey Vázquez e Marco Valcárcel Díaz); da Romênia, Bucharest University of Economic Studies (Alexandrina Deaconu) e Universitatea Ovidius din Constanta (Elena Dobre); da França, da Universidade de Montpellier III (Lucette Laurens); e do Brasil, da Universidade Federal Rural Rio de Janeiro (Leandro Dias de Oliveira).

realidade europeia como simplesmente *desenvolvida*, por meio da cisão econômica Norte-Sul – há uma necessidade premente de pensar os desafios e potencialidades para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, voltada, por exemplo, para o conhecimento e a inovação, além de economicamente mais rica e ambientalmente sustentável. São tempos de crise e desemprego, e o evento buscou extrair, primordialmente sob o olhar da geografia, possibilidades criativas de aproximação entre a ciência e bem-estar da população. Uma geografia da *ação*!

Em um mundo globalizado, é de fundamental importância se pensar o espaço europeu para além de suas fronteiras. E neste panorama, os problemas captados pela ciência geográfica – sejam econômicos, políticos, sociais, ambientais, ou uma combinação de todos – são cada vez mais complexos, ora se assemelhando, ora se diferenciando, nos mais diversos países do mundo. As experiências espaciais, com suas virtudes e problemas, exigem ser compartilhadas, para que de maneira crítica seja possível auferir as potencialidades de projetos territoriais em curso. Sob o olhar atento de pesquisadores do Rio de Janeiro – Brasil, as questões se tornam ainda mais atraentes: o diálogo sobre as questões econômicas do presente, desde o papel do Estado nesta dialética “neoliberalismo *versus* intervencionismo” até as medidas contra a crise internacional sem precedentes do mundo atual; a participação política para além das câmaras e sedes do executivo e legislativo; a construção da sustentabilidade em suas vicissitudes, que nem sempre captam os verdadeiros desafios ecológicos locais; a questão climática, a análise geomorfológica e o papel antrópico no relevo e vegetação; os métodos de ensino e de pesquisa, o turismo, o ordenamento da cidade e uma miríade de questões que são comuns e dialeticamente dissonantes da realidade fluminense e brasileira.

Neste sentido, registros como esse são de fundamental importância, pois captam as inquietações geradas por ocasião da realização do evento. Em ocasiões recentes⁴,

⁴ Ver: OLIVEIRA, Leandro Dias de. A Cidade como Direito: Um relato sobre o GT Políticas Públicas Urbanas do XII Simpurb (UFMG, 2011) [E um convite para o XIII SIMPURB UERJ, 2013]. Revista *Geo UERJ*, v. 2, p. 447-456, 2011. Disponível em: <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/viewFile/2481/1744>. E no prelo: ROCHA, André Santos da; OLIVEIRA, Leandro Dias de Oliveira; SANTOS FILHO, Sidney Cardoso. Questões, Proposições,

relatos como este foram profícuos em suas intenções: refletir sobre os objetivos, resultados e discussões centrais obtidos pela reunião acadêmica de autores de diferentes filiações teóricas, políticas e empíricas. Relatos como este, em nossa concepção, devem ser estimulados, na busca pelo resgate dos eventos acadêmicos, ultimamente vilipendiados pelas qualificações oficiais que inculcaram nos pesquisadores que o único caminho de diálogo e divulgação científica é a publicação em revistas. Estigmatizados como fatos menores na perspectiva das agências e conselhos acadêmicos, nosso caminho aqui proposto é o justamente o inverso: pensar o evento como celebração da criatividade acadêmica, do diálogo rico entre pares e da própria capacidade de aprender – que jamais deve ser esquecida, ainda que se esteja no topo da titulação acadêmica.

Como anteriormente citado, as *IX Jornadas Internacionais sobre "Grandes Problemáticas do Espaço Europeu"* ocorreram em dois dias consecutivos. No primeiro dia, 30 de maio, sexta-feira, após solenidade de abertura, com a presença de autoridades e com a apresentação do temário geral do evento pela Prof.^a Dr.^a Helena Pina, coordenadora-geral das *Jornadas*, ocorreu a primeira sessão, intitulada *Quadro Social, Cultura e Multiculturalismo*, mediada pela Prof.^a Dr.^a Carmen Ferreira, da Universidade do Porto. Apresentaram suas comunicações: Ana Isabel Boura (U.Porto) – *"Multiculturalismo na Alemanha do século XXI"*; Helena Pina (U.Porto) – *"Alguns apontamentos sobre literacia no Alto Douro: um quadro deficitário mas em valorização"*; Sara Silva e Paula Remoaldo, da Universidade do Minho – *"Geografia da (In)segurança no Município de Guimarães"*; e Maria da Conceição Ramos (U.Porto) – *"Envelhecimento ativo, segurança e saúde no trabalho – desafios contemporâneos"*. O nosso olhar, na condição de pesquisadores fluminenses / brasileiros, seja a respeito do cosmopolitismo de Berlim – uma cidade viva, múltipla, rica e que recentemente viveu as comemorações a respeito da "Queda do Muro" – ou da insegurança de Guimarães – a violência é algo tão prosaico e banal no nosso cotidiano metropolitano que nos impressionamos com os baixos índices entendidos como graves para a realidade

Articulações: Um Panorama Analítico do I Seminário da Rede de Estudos Contemporâneos da Baixada Fluminense. *História, Natureza e Espaço*. Revista Eletrônica do Grupo de Pesquisa NIESBF.

européia – revelam as inquietações a respeito dos desafios da Europa que, ainda que em tempos de crise, são menos cadentes que os existentes na realidade nacional.

Com mediação da Prof.^a Dr.^a Paula Cristina Remoaldo, a segunda sessão, intitulada “Paisagem, Patrimônio e Turismo”, reuniu os seguintes trabalhos: “Parques temáticos e pós-modernidade nas paisagens europeias. Caso particular da Disneyland – Paris”, por João Luís J. Fernandes (Universidade de Coimbra); “The impact of aleppo pine afforestation on the structure and dynamics of landscape in Mediterranean Croatia”, por Ivan Tecik, Borna Fuerst Bjelis, Anamarija Durbesic, da University of Zagreb, Croácia; “Social-economic and demographic advantages of the bulgarian coastal zone”, Milen Penerliev (University of Shumen, Bulgaria); “O concelho do Peso da Régua em tempos medievais – alguns contributos para a leitura do território”, por António Barros Cardoso (Universidade do Porto). Uma mesa plural, que mostrou desde a cooptação de paisagens com signos amorfos espacialmente até o reflorestamento por pinheiros. O trabalho de Milen Penerliev revelou a “guerra dos lugares” [como podemos aqui definir, inspirados em Milton Santos] sob a perspectiva da geografia econômica, e o de António Cardoso analisou Peso da Régua, com seus menos de dez mil habitantes e centro econômico da produção do vinho na Região do D’Ouro.

Na Sessão 3 – Economia e Sociedade em Contexto Europeu, com a moderação da Prof.^a Dr.^a Ana Firmino, foram realizadas as seguintes exposições: “Agriculture, nature et requalification urbaine: comment penser le renouvellement du vivre ensemble?”, de Lucette Laurens – Université Montpellier 3, INRA-SAD-UMR, França; “A Bulgária e os desafios da integração europeia”, de Slavi Dimitrov – University of Veliko Tarnovo, Bulgária; “Quelques problèmes actuels de la terminologie économique roumaine”, de Ileana Constantinescu – Université de Bucarest, Romênia e Elena Dobre – Université d’Ovidius de Constanta, Romênia; “Theoretical and methodological questions of the social geography”, de Atanas Dermendzhiev e Martin Doykov – University of Veliko Tarnovo, Bulgária. A economia do Leste Europeu é ainda um campo aberto de análises, seja empiricamente, seja metodologicamente. A integração da Bulgária, por exemplo, à Europa pós-queda do Muro de Berlim, ainda é seletiva e preenchida por problemas políticos diversos.

Após a apresentação de pôsteres, em grande parte realizada por alunos da própria Universidade do Porto e tratando de questões correlatas à realidade vivida, ocorreram duas sessões paralelas, sendo *“Economia e Sociedade em Contexto Europeu”*, moderada pela Prof.^a Dr.^a Helena Pina, e *“Ordenamento do Território, Ambiente e Desenvolvimento”*, mediada pela Prof.^a Dr.^a Ana Firmino. Na sessão *“Economia e Sociedade em Contexto Europeu”*, que ocorreu na sala 203 da FLUP-U.PORTO, os seguintes trabalhos foram expostos: *“A crise económica e seus impactos na habitação e na vulnerabilidade social”*, Fátima Loureiro de Matos, Teresa Sá Marques, Diogo Ribeiro, Universidade do Porto, CEGOT; *“Democracia em Portugal e na Europa: Problemas, Desafios, Oportunidades”*, Francisca Margarida Machado Sousa da Costa, Universidade do Porto; *“O direito da União Europeia, a contabilidade e a evasão fiscal”*, Iolanda Marisa Ramos Pinto, Universidade do Porto; *“Quelques propositions en vue d’une harmonisation rapide de la législation au cadre de l’Union Européenne”*, Adriana Moțatu e Ileana Constantinescu, Univ. Bucharest; *“Responsabilidad social versus legitimidad: el caso de la isla de Ibiza”*, María Dolores Sánchez-Fernández, Universidade da Coruña, María del Carmen Azpelicueta Criado, Universitat de les Illes Balears, Maria Abril Sellarés, Universitat Autònoma de Barcelona.

No anfiteatro nobre, ocorria a sessão *“Ordenamento do Território, Ambiente e Desenvolvimento”*, onde foram expostos: *“Situações de ilhas de calor e espaços de segregação socioambiental: um estudo de caso na região metropolitana do Rio de Janeiro”*, apresentado por Andrews José de Lucena, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; *“Crescimento económico e educação ambiental: sinais de sustentabilidade ambiental em Cabo Verde”*, apresentado por Isa Dias Gomes, Maria da Conceição Pereira Ramos, da Universidade do Porto; *“Reflexões teóricas sobre as relações de poder que perpassam a ideia de desenvolvimento sustentável”*, apresentado pela brasileira Carolina Pimentel Corrêa, doutorando em geografia pela Universidade do Porto; *“Enclave econômico – portugueses em Londres”*, apresentado por Sara Magalhães, Universidade do Porto; Mafalda Piçarra, Oxford University; Maria Ortelinda Gonçalves, Associação Universitária de Espinho; José Carlos Meneses Rodrigues, Instituto de Estudos Superiores de Fafe; e, por fim, *“Relações políticas e*

econômicas contemporâneas entre a Bulgária e a Espanha”, apresentado por Tatyana Dimitrova, da University of Veliko Tarnovo, Bulgária.

Não há espaço para dúvidas: a construção do desenvolvimento sustentável, em suas múltiplas escalas, é sempre objeto de desconfiança. Tal termo apresenta capacidade sedutora, mas ainda há grande ineficácia em sua implementação – mesmo quando celebrada como *case* de sucesso – e acaba por não implicar em profundas mudanças no estatuto da natureza para o capital. Em nossa concepção, o trabalho de Carolina Pimentel Corrêa demonstra com precisão que a crítica ao modelo intitulado *desenvolvimento sustentável*, à revelia do que possa parecer, nunca foi tão urgente quanto nos dias atuais.

Ao final do primeiro dia de apresentações, ocorreu o lançamento livro [impresso e em e-book] *“Grandes Problemáticas do Espaço Europeu: Estratégias de (Re)Ordenamento Territorial num Quadro de Inovação, Sustentabilidade e Mudança”*, disponível gratuitamente em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12315.pdf>, com organização de Helena Pina, Cármen Ferreira e Felisbela Martins (Porto, Portugal: Fundação Universidade do Porto – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2013). Este livro também foi publicado em versão em inglês, sob o título *“The Overarching Issues of the European Space – Strategies for Spatial (re)planting based on Innovation, Sustainability and Change”* (Bucareste, Romênia: Milena Press, 2013). Trata-se de uma obra que expõe os resultados dos esforços oriundos das *Jornadas* de 2012, discutindo temas como as relações entre sustentabilidade e economia no ordenamento do território europeu, turismo e desenvolvimento local e questões como o multiculturalismo no contexto europeu do século XXI.

O segundo dia das *“IX Jornadas Internacionais sobre “Grandes Problemáticas do Espaço Europeu”* iniciou-se com duas sessões paralelas: *“Quadro Social, Cultura e Educação”*, moderada pelo Prof. Dr. Hélder Marques, e *“Territórios da Ruralidade: Potencialidades e Oportunidades”*, moderada pelo Prof. Dr. Leandro Dias de Oliveira. Na primeira, os seguintes trabalhos foram apresentados: *“Evolución y características del atlas digital de las áreas urbanas de España”*, de autoria de Ángel Miramontes

Carballada, Universidade de Santiago de Compostela; *“Entre os fios de cabelo branco e as coleções de primaveras: uma transição demográfica em Portugal e no Brasil”*, de autoria de Carolina Pimentel Corrêa, da Universidade do Porto; *“Prácticas de responsabilidad social hotelera desde la perspectiva de género”*, de autoria de María Dolores Sánchez-Fernández, Universidade da Coruña; *“A construção do conhecimento geográfico: um estudo acerca das concepções alternativas dos alunos sobre a gestão dos recursos hídricos”*, de autoria de Carla Fernanda Salazar Carvalho, Universidade do Minho; *“Percurso entre o cultural e o criativo em meio urbano”*, de autoria de Rute Teixeira, Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

Em *“Territórios da Ruralidade: Potencialidades e Oportunidades”*, Júlia M. Lourenço, da Universidade do Minho, expôs *“Problemáticas dos espaços periféricos rurais na Europa do Sul”*; Gustavo Bastos Braga, da Universidade Federal de Viçosa / Universidade do Minho, Paula Cristina Remoaldo, da Universidade do Minho; Ana Louise Carvalho Fiúza, da Universidade Federal de Viçosa expuseram *“Rurality Index: a view over the state-of-art network”*; Irene Serafino, da Universidade do Porto, expôs *“O associativismo contemporâneo e a reapropriação das culturas rurais na cidade de Bolonha”*; Philippe Baumert, da Université Bordeaux Montaigne, expôs *“Le vin comme levier de compétitivité et de développement territorial dans le cadre de la mondialisation”* e também *“Les vins d'Alsace et le vignoble alsacien dans l'oeuvre de Roger Dion : relecture et actualité de la pensée d'un des plus grands géographes français du XX siècle”*. Uma “geografia do vinho”! Philippe Baumert aproveita sua estada no Porto – onde estão localizados grandes especialistas na vitivinicultura, como a própria Helena Pina, coordenadora-geral do evento e autora da obra *“O Alto Douro: Um espaço contrastante em mutação”* (Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2007), dividida em 4 volumes com mais de 1.200 páginas – para apresentar o desenvolvimento territorial a partir da produção do vinho em território francês.

Maria da Conceição Ramos mediu a oitava sessão, “Ordenamento do Território e Requalificação Urbana”, que reuniu as seguintes pesquisas: *“El pausado avance de la ordenación del territorio y del planeamiento urbanístico en Galicia”*, José António Aldrey Vázquez, Departamento de Xeografía da Universidade de Santiago de

Compostela; *“Otro enfoque para las noches tropicales. Casos de estudio: Faro, Lisboa y Porto”*, Dominic Royé, Departamento de Xeografía, Universidade de Santiago de Compostela; *“Economia de proximidade em Portugal - o caso de Loures”*, Ana Firmino, Universidade Nova de Lisboa; *“O Horizonte 2014-2020 - uma oportunidade para mitigar o desconforto bioclimático à escala local e contribuir para o uso racional e comedido dos recursos naturais”*, Ana Monteiro, Universidade do Porto. Pensando em economia de proximidade e na própria Galícia [ou *Galiza*], que é uma típica região de fronteira – econômica, cultural, idiomática! – globalizam-se os debates, reflete-se sobre o papel do planejamento urbanístico e turístico e aproxima-se com as reflexões realizadas no Brasil acerca dos “brasiguaios”, da mutabilidade das fronteiras e da própria convivência global-local. Ana Firmino buscou, por sua vez, através de vastos indicadores que relacionam clima e saúde, refletir sobre as melhores possibilidades de construção de uma cidade ambientalmente sustentável, em um diálogo que se iniciou no dia anterior com a apresentação de Andrews Lucena, que aproximou desconforto térmico e segregação espacial na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

Já na segunda tarde do evento, José Antonio Aldrey Vázquez foi o moderador de “Multidisciplinaridade, Educação e Formação”, que conteve as seguintes reflexões: *“A model of research project in the education in geography of the Balkan States”*, por Stela Dermendzhieva e Martin Doykov, University of Shumen, Bulgária; *“The transition from instruction paradigm to learning paradigm in Romanian Education - achievements and constraints”*, por Alexandrina Deaconu e Lavinia Rașcă, University of Bucharest, Romênia; *“Geografia, educação geográfica e suas representações por professores em formação”*, por Felisbela Martins, Universidade do Porto; *“Métodos de trabajo en geografía física: análisis morfométrico 3D de los circos glaciares de la Sierra de Ancares (NW de la Península Ibérica)”*, por Marco Valcárcel Díaz, Universidade de Santiago de Compostela. Ensinar geografia é um desafio com problemas assustadoramente comuns entre Brasil e Europa: a licenciatura [em Portugal, a *“formação de professores”*, uma vez que a licenciatura é como se chama o ciclo básico da geografia] não seduz os discentes da graduação, o professor do ensino fundamental divide seu tempo entre “ensinar” e “controlar a turma” e os métodos de ensino-aprendizagem parecem defasados em relação à velocidade do mundo atual.

Na décima e última sessão, mediada pela Prof.^a Dr.^a Felisbela Martins e intitulada “Ambiente, Desenvolvimento e Sustentabilidade”, foram apresentadas as seguintes reflexões: “*Questão ambiental e desenvolvimento sustentável: análise política das ações do Brasil nos últimos 20 anos*”, por Leandro Dias de Oliveira, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Brasil; “*Erosion y progradación en sistemas de playa-duna*”, por Ramón Blanco Chao, Universidade de Santiago de Compostela; “*Sustentabilidade em viticultura em forte declive*”, por Jorge Queiroz, Universidade do Porto; “*Incêndios florestais no Alto Douro: o caso de Picões*”, por Cármen Ferreira, Universidade do Porto. Mais uma vez, entre limites e potencialidades, o termo desenvolvimento sustentável, ao mesmo tempo, permite grande maleabilidade de ação no Brasil, onde qualquer político pode incorporá-lo sem grandes dificuldades mediante a elasticidade de suas proposições, e também encerra ações interessantes de controle de erosão em dunas, na produção do vinho e na prevenção e combate aos incêndios, evitando-se tragédias como a que ocorreu em Picões, entre 8 e 12 de julho de 2013, que abrangeu os municípios de Alfândega da Fé, Freixo de Espada à Cinta, Mogadouro e Torre de Moncorvo, com prejuízo de milhões de euros por afetar áreas agrícolas e povoados florestais e grande impacto econômico-social nas comunidades que ali trabalham e residem.

A sessão de encerramento reuniu os professores Helena Pina, Maria Conceição Ramos, Cármen Ferreira e Felisbela Martins, todas da Universidade do Porto, onde foram elencados os desafios encontrados para a realização do evento e as projeções futuras destes esforços coletivos. A intenção foi [e é] transformar as “*Jornadas Internacionais sobre ‘Grandes Problemáticas do Espaço Europeu’*” em um evento capaz de amalgamar ideias e pesquisas que comunguem intenções de proporcionar uma geografia “viva”, capaz de construir uma sociedade melhor e mais igualitária. De nossa parte, a aproximação de pesquisa entre os cursos de Geografia da Universidade do Porto [U.PORTO] e da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro [UFRRJ], a partir da celebração de acordo de cooperação técnico-científica entre as universidades, se reflete no desenvolvimento da pesquisa “*Reestruturação Espacial e Desenvolvimento Regional: Um Estudo Comparativo entre a Região Norte de Portugal e o Estado do Rio de Janeiro*” – pensada como possibilidade de realização de analogias e pontes

intepretativas entre as duas realidades – e na própria realização das “*Jornadas Internacionais sobre Grandes Problemáticas Brasil-Portugal*”, com o objetivo de reunir pesquisadores brasileiros e portugueses para tratarem das questões comuns a estes dois países que, antes de tudo, possuem uma indissociável história territorial há 500 anos e o idioma oficial como patrimônio comum.

O encerramento do evento ocorreu com a apresentação da C.U.C.A. – Cancioneiro Universitário do Campo Alegre, a tuna da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. As tunas acadêmicas são grupos musicais que reproduzem os agrupamentos cancioneros românticos e boêmios do passado – inclusive, seus componentes usam roupas descosturadas e maltrapilhas que remetem aos antigos membros menos abastados –, e que em suas apresentações mesclam músicas clássicas da cultura portuguesa com canções contemporâneas, que inclusive extrapolam o território nacional. Sob os versos de “Valsinha”, de Chico Buarque e interpretada magistralmente pela C.U.C.A., as *jornadas* internacionais em território europeu, mais uma vez, incluíam o Brasil em sua agenda. Nas *geografias* contemporâneas da Europa, não há possibilidade para desconfianças: o Brasil é uma importante referência em estudos sobre a cidade, o campo, a economia, a sustentabilidade, e, logicamente, a cultura.